

CLAUDIA APARECIDA FRANCISCO

**DEMOCRACIA, COMUNISMO E REFORMAS NA VENEZUELA DE
RÓMULO BETANCOURT (1940-1964)**

FRANCA

2007

CLAUDIA APARECIDA FRANCISCO

**DEMOCRACIA, COMUNISMO E REFORMAS NA VENEZUELA DE
RÓMULO BETANCOURT (1940-1964)**

Dissertação, apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do Título de Mestre em História. Área de Concentração : História e Cultura Política

Orientador: Prof. Dr. Alberto Aggio

FRANCA

2007

Francisco, Claudia Aparecida

Democracia, comunismo e reformas na Venezuela de Rómulo Betancourt (1940-1964) / Claudia Aparecida Francisco.

–Franca : UNESP, 2007

Dissertação – Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Partidos políticos – História – Venezuela. 2. Rómulo Betancourt – Política e governo – Venezuela, 1940-1964.

CDD –987.063

*Dedico este trabalho às minhas eternas amigas e
companheiras: Fátima e Tatiana*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço às duas pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe, Fátima e minha irmã, Tati. E agradeço a Deus, por iluminar os meus caminhos e apaziguar o meu coração nos momentos mais difíceis dessa longa jornada, e ainda por colocar no meu caminho pessoas maravilhosas que me ajudaram de diversas formas a confeccionar essa dissertação, seja por uma palavra amiga, por dicas importantes, pela amizade, pelo companheirismo, dedicação e carinho. E com certeza, sem todo esse apoio, nada do que foi feito aqui seria possível.

Agradeço especialmente e infinitamente ao meu orientador, Alberto Aggio, pela confiança, apoio, dedicação, paciência, atenção, preocupação e respeito. A sua orientação, sempre impecável, foi um exemplo, para a minha atividade profissional e com certeza por toda a minha vida. As suas orientações sempre atentas, interessadas e preocupadas, além das com as suas palavras de apoio me transmitiram coragem e confiança para continuar, servindo como um importante estímulo nos dias difíceis, e ajudando-me a enfrentar as dificuldades que encontrei nesses anos.

Agradeço às minhas eternas amigas Miriam e Sandra, que sempre estiveram ao meu lado em todas as circunstâncias, com muita paciência, amizade e companheirismo. Agradeço especialmente a minha amiga Dayane, pela amizade incondicional estando presente em todos os momentos da minha vida, sempre com uma palavra de confiança e conforto. A todas as minhas amigas e amigos da Unesp, Elisa, Lucas, Ana Paula, Fernanda, Marlene, Thais, Mariana, Ísis, Carol, Michele, Reginaldo, Lívia, Fernanda, Tati, Aline, Sr. Ângelo, Débora que acompanharam todos esses anos e fizeram desses anos um período mais alegre e doce.

Especialmente a todos da Oficina Pedagógica Leste 4, a Claudia, Elenyr, Ana Maria, Cristina, Valéria, Virgínia, Yádia, Denise, Waldemar, Edna, Edna Requião, Silvia, Márcia, Dora, Teresinha, Tânia e Sílvia. Essa grande família que me acolheu com muito respeito, carinho e amizade, e com quem aprendi muitas coisas que não tem preço. À Oficina Pedagógica Leste 3, que também me receberam muito bem, e com muito carinho. E especialmente à Cida, que foi para Portugal atrás da sua felicidade e encontrou para a felicidade de suas amigas que sempre estarão torcendo por ela com muitas saudades.

À minha grande amiga Catalina Banko, que sem dúvida foi como uma segunda mãe quando estive na Venezuela para fazer as pesquisas. E sem dúvida, sem ela e o seu incondicional apoio, essa pesquisa não seria possível.

Ao pessoal da Venezuela que sempre estiveram torcendo para que tudo desse certo, principalmente á Lourdes Ortega e Virgínia Betancourt da *Fundación Rómulo Betancourt* que me receberam, ajudando no levantamento de toda a documentação da pesquisa. À Maria Gabriela e Otávio da *Universidad Central da Venezuela* (UCV), por me acompanharem em vários lugares, como livrarias, bibliotecas e toda a UCV com muita paciência e atenção. À Maria Teresa Romero, que mesmo com pouco tempo conversou comigo sobre o Rómulo Betancourt, ajudando-me a entender muitos temas relacionados á sua trajetória, e agradeço também à Raquel Gamus pelo apoio, e pela simpatia com que me recebeu para conversar sobre os temas da minha pesquisa.

À todos do Sindifícios pela generosidade, carinho e amizade, principalmente a minha querida amiga Eliana, que também acompanhou muitos momentos desse caminho. Às minhas amigas do Mariúma, Fabiana, Luciana e Anali, pessoas que tive o prazer e a oportunidade de conviver por muito tempo, compartilhando os momentos mais divertidos da minha estadia em São Paulo. À Vilma, pela amizade, carinho e atenção, a Kathia, Vera, Deusane, Cecília e Samira pela amizade e dedicação. A todas as minhas companheiras e amigas do Ávila, entre elas, Cláudia, Marli, Mariângela, Ângela, Luciene, Sônia, Almir, Marli Cavalcante, agradeço pelo apoio, nos bons e maus momentos e pelos sorrisos que vocês me proporcionam em momentos tão difíceis.

Agradeço à banca de qualificação, composta pelos professores Agnaldo Souza Barbosa e Pedro Geraldo Tosi, pela atenção e dedicação na leitura do texto e pelas sugestões para a pesquisa.

Aos funcionários da Unesp pela atenção e paciência, especialmente a todos da biblioteca, a Enide, Lurdinha, Marcio, e principalmente a Laura e Lurdinha que me ajudaram muito na configuração da dissertação, com muita paciência e dedicação.

E mais uma vez agradeço a Anito, pelos momentos de satisfação e alegria que me proporcionou durante esses anos e a Charlotte pela extrema dedicação e carinho, estando sempre do meu lado durante todos esses anos.

E por fim, agradeço a todos que de várias formas contribuíram para que esse sonho se tornasse uma realidade, e que não estão citados aqui, mas sabem da sua importância pelas suas palavras de estímulo e pelo apoio em momentos cruciais.

*“Oh! Bendito o que semeia
Livros...livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n’alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar.”*

Castro Alves

RESUMO

No período de 1928 a 1964, Rómulo Betancourt constituiu e construiu a sua trajetória política e intelectual na Venezuela. Esse percurso esteve diretamente ligado ao processo de democratização do país, e principalmente entrelaçado com a fundação da *Acción Democrática* (AD), além da discussão com os comunistas. Em 1928, com a “Geração de 28”, Betancourt iniciou os seus projetos políticos. A consolidação desses aconteceu a partir de 1931, com o *Plan de Barranquilla* e outras propostas formuladas por organizações políticas encabeçadas por ele. Para Betancourt, os partidos políticos desempenhariam um papel central ao assegurar a democracia pois, esses estabeleceriam um diálogo entre os setores sociais e o Estado. O percurso político de Betancourt foi marcado por exílios, pela busca incessante pela democracia e também pela necessidade de fundar um partido político que congregasse a idéia de democracia e de modernização. Em 1945, após um golpe de Estado, uma Junta Revolucionária assumiu o poder, liderada por Rómulo Betancourt, iniciando o período conhecido como *Triénio* (1945-1948). Nesse momento, Rómulo Betancourt efetuou o seu projeto, no entanto, esse foi interrompido por um golpe militar em 1948, resultando no seu terceiro exílio. Durante o exílio, ele e outras lideranças políticas assinaram o *Pacto de Punto Fijo* em 1958, com o objetivo de favorecer a convivência entre os partidos, e a estabilidade política. Após 1958, a vida política venezuelana assumiu novos contornos, com a formação de uma cultura política democrática.

Palavras-chave: Democracia; Comunismo; Partidos Políticos; Rómulo Betancourt; Venezuela

ABSTRACT

Between 1928 and 1964, Rómulo Betancourt constituted and built his political and intellectual trajectory in Venezuela. It was strictly related to the democracy process in the country, and mainly linked to the *Acción Democrática* foundation, besides the discussion with the communists. In 1928, with the “*Generación del 28*”, Betancourt began his political projects. The consolidation of them happened from 1931 on, with the “*Plan de Barranquilla*” and other purposes formulated by political organizations headed by him. For Betancourt, the political parties would play a major role to assure democracy for these would establish a dialogue between social sectors and the State. Betancourt’s political trajectory was marked by exiles, the unceasing seek for democracy and also by the need of founding a political party which joined democracy and modernization ideas. In 1945, after a State Stroke, the *Junta Revolucionaria* took over the power, commanded by Rómulo Betancourt, so it started a period known as *Trienio* (1945-1948). At this point, Rómulo Betancourt executed his project, nevertheless, it was interrupted by a military stroke in 1948, what resulted in a third exile. During the exile, he and other political leaders signed the *Punto Fijo* in 1958 whose aim was to help the relationship between the parties and the political stability. After 1958, the Venezuela political life got new with the formation of a democratic political culture.

Key words: Democracy; Communism; Political Parties; Rómulo Betancourt; Venezuela.

LISTA DE SIGLAS

AD	Acción Democrática
ARDI	Agrupación Revolucionária de Izquierda
CEN	Comité Ejecutivo Nacional
COPEI	Comité de Organización Política Eleitoral
FEV	Federação dos Estudantes da Venezuela
IC	Internacional Comunista
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionária
ORVE	Organización Venezolana
PCV	Partido Comunista Venezuelano
PDN	Partido Democrático Nacional
PRV	Partido Revolucionário Venezolano
PSV	Partido Socialista Venezolano
UCV	Universidade Central da Venezuela
UPM	Unión Patriótica Militar
URD	Unión Republicana Militar

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 1 RÓMULO BETANCOURT: DA “GERAÇÃO DE 28” À ACCIÓN DEMOCRÁTICA	18
1.1 Rómulo Betancourt e a “Geração de 28”	19
1.2 A formação do PDN, o marxismo e o leninismo de Rómulo Betancourt.....	33
1.3 O PDN, a discussão com o PCV e a formação da AD	39
CAPÍTULO 2 A FUNDAÇÃO E AS BASES DA AD	50
2.1 O pensamento democrático e a idéia de partido na modernização venezuelana.....	51
2.2 Rómulo Betancourt e a fundação da AD.....	65
2.3 A formação da AD, o pensamento de Rómulo Betancourt e o processo de modernização venezuelana: algumas interpretações.....	73
CAPÍTULO 3 A ACCIÓN DEMOCRÁTICA E O “TRIÉNIO DEMOCRÁTICO” (1945-1948)	80
3.1 O “ <i>Triénio Democrático</i> ” (1945-1948): processo de formação, consolidação e declínio.....	81
3.2 As interpretações do “ <i>Triénio Democrático</i> ”	99
CAPÍTULO 4 DEMOCRACIA E REFORMAS NA VENEZUELA DE RÓMULO BETANCOURT.....	107
4.1 A travessia do exílio ao <i>Pacto de Punto Fijo</i>	108
4.2 Democracia e reformas: do <i>Pacto de Punto Fijo</i> ao governo de Rómulo Betancourt.....	117
4.3 O <i>Pacto de Punto Fijo</i> e a construção da nova cultura política venezuelana.....	128

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	138
--------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Desde o início do século XX, a Venezuela teve a sua trajetória política marcada pelos regimes ditatoriais. Uma das ditaduras mais longas foi a do general Juan Vicente Gómez, de 1908 a 1936. Durante esse período, emergiu no cenário político um grupo de estudantes da Universidade Central de Caracas (UCV), entre eles, Rómulo Betancourt, estudante do curso de Direito. Esses estudantes iniciaram uma série de manifestações e movimentos de contestação contra a ditadura, o que os levou a serem conhecidos – inclusive a partir de uma autodenominação – como a “Geração de 28”, que lideraria a ruptura com a estrutura política gomecista.

Rómulo Betancourt surgia, pela primeira vez, no cenário político do país, assumindo uma posição de liderança daquele grupo de jovens. A sua participação na “Geração de 28” destacou-se pelo interesse em formar um grupo de estudantes que compartilhavam o mesmo objetivo, a revolução, vista como o único meio para acabar com a ditadura.

A “Geração de 28” difundiu novos valores políticos entre a juventude e também fez parte dos processos históricos que marcaram a transformação da Venezuela em uma sociedade moderna. Com o seu surgimento, diversas organizações e atores políticos emergiram, com o objetivo de fundar os posteriores partidos políticos que a Venezuela iria conhecer. Liderada por atores políticos que atuaram no sentido de unir teoria e prática política, esses partidos se tornaram os principais agentes da transformação e, à esquerda, os responsáveis pelas interpretações do marxismo no país. Formaram-se nessa conjuntura aqueles atores políticos que se transformariam posteriormente nos alicerces da democracia no país.

A partir da “Geração de 28” e enfrentando a ditadura, Betancourt conheceu as mazelas do exílio e também procurou conhecer novas teorias, entre elas, o marxismo, além de agregar novos adeptos ao seu grupo político. À medida que vivenciou esses novos contextos, as suas propostas para acabar com a ditadura ganharam novos contornos. Nos próximos anos Betancourt se tornaria o líder de um dos partidos mais importantes do país, a *Acción Democrática* (AD), e a principal liderança da democracia venezuelana.

O sonho de implantar a democracia na Venezuela resistiu a todos os entraves impostos pelos governos ditatoriais e pelos grupos de oposição. Esse período que segue de 1941 a 1964 foi marcado pelas lutas políticas contra a ditadura, com a construção e consolidação dos partidos políticos, por um intenso e conflituoso diálogo com os comunistas e por longos anos de exílio, até que uma nova etapa pudesse ser iniciada, com um golpe em 1945, encabeçado por civis e militares, liderados por Betancourt. O período ficou conhecido como o *Triénio Democrático*, que durou apenas três anos, de 1945 a 1948, sendo interrompido por um novo golpe militar, em 1948, instaurando novamente a ditadura no país por quase dez anos. Em 1958,

uma Junta composta por civis e militares, dirigida pelos principais partidos do país destituiu o general Pérez Jiménez, finalizando mais um período ditatorial. No mesmo ano, o Pacto de *Punto Fijo* foi instituído no país, com a proposta de manter a estabilidade constitucional, com novas regras para o jogo político e disseminando os elementos que formariam uma nova cultura política no país.

O primeiro capítulo, intitulado “Rómulo Betancourt, a “Geração de 28” e o Comunismo” acompanha os primeiros momentos da trajetória de Rómulo Betancourt e visa cumprir o papel de uma análise introdutória ao nosso tema. Ela é essencial para compreender a trajetória do pensamento político de Rómulo Betancourt e seus diversos contextos entre a década de 1940 e 1960.

Durante essa etapa inicial, destacamos a “Geração de 28”, vista a sua importância por representar o primeiro movimento efetivo no sentido de implementar uma ação política contestatória ao regime ditatorial vigente. O grupo de estudantes componentes da “Geração de 28”, exilados após uma série de manifestos, durante o exílio, organizou-se em diversos grupos políticos que originariam, mais tarde, os principais partidos políticos do país. Nesse momento de exílio, Rómulo Betancourt iniciou uma fase de reflexão e constantes leituras teóricas que posteriormente passaram a dirigir a sua ação política. A partir das suas reflexões sobre a realidade venezuelana, suas leituras e discussões, Betancourt esboçou os primeiros elementos que comporiam parte importante do seu pensamento. A sua participação na “Geração de 28”, o posterior exílio, de 1928 a 1935, fez com que Betancourt interagisse com diversas realidades políticas durante o seu itinerário. Betancourt percorreu diversos países, como Costa Rica e Colômbia, e chegou a participar efetivamente de organizações e partidos, como o Partido Comunista da Costa Rica, o que o levou a construir preliminarmente uma concepção sobre o comunismo, o comunismo latino-americano e sua relação com a Internacional Comunista. Essa relação com o comunismo, a princípio, pela coincidência de alguns temas, foi de aproximação, mas posteriormente a tendência foi a de um efetivo afastamento. Essa postura definiu-se dessa forma pois Betancourt percebeu o distanciamento da teoria comunista em relação à realidade latino-americana.

De suas leituras, Betancourt entendeu ainda que elementos do marxismo e do leninismo eram fundamentais para compreender e modificar a realidade venezuelana. O leninismo, enquanto teoria para a ação e composição da estrutura partidária, tornar-se-ia importante para conduzir a sua ação política e poderia auxiliar em um objetivo importante: o de organizar de um partido político. Para Betancourt, o partido político seria o principal veículo para alcançar

o seu principal objetivo na Venezuela, o estabelecimento da democracia, além de favorecer a manutenção do poder.

Nessa etapa da trajetória de Betancourt instalou-se em sua prática política o conjunto de temas recorrentes no seu projeto nacional, especialmente, a necessidade de fundação de um partido político, o nacionalismo (que compreendeu a questão da luta contra o imperialismo), os problemas sociais no país, a questão do petróleo, a busca pela unificação dos países latino-americanos, os conflitos teóricos e práticos com os comunistas, as suas aproximações com o leninismo e com o marxismo, e, por fim, a sua idéia central: a consolidação da democracia na Venezuela e na América Latina.

O segundo capítulo, “A fundação e as bases da *Acción Democrática*”, analisa o período de formação e fundação da AD, destacando a presença do seu líder, Rómulo Betancourt. O período aberto em 1941 foi marcado pela sucessão presidencial, pela legalização do PDN (Partido Democrático Nacional) e a fundação e legalização da AD, momento ímpar na trajetória política do país. Para Betancourt, a sucessão presidencial, com a vitória do general Medina Angarita, significou também o retorno do exílio e um novo ordenamento político das oposições políticas. Em setembro de 1941, o PDN deu lugar à versão definitiva do partido político idealizado por Rómulo Betancourt, a AD. Nesse momento, a AD instituiu-se como um partido de caráter nacional no país, difundindo-se através de jornais e avançando pelo país através da organização de sindicatos, grêmios e ligas camponesas.

Com a fundação da AD, Betancourt encontrou a possibilidade de efetuar o seu projeto político nacional, anteriormente esboçado pelo PDN. Durante esse período, Betancourt e o seu grupo político reuniram elementos para colocar em andamento o que mais tarde seria conhecido como “*Triênio Democrático*”. Nesse processo de formação, fundação e consolidação da AD, destacou-se a relação com o PCV (Partido Comunista Venezuelano), estabelecendo-se um conflito ideológico entre esses partidos em razão das disparidades relacionadas à teoria e prática política. A partir de 1945, dentre as propostas de Betancourt e da AD, podemos destacar a prioridade da formação de um projeto de modernização compatível com a realidade e as necessidades do país. A realidade econômica era um dos pontos de partida, principalmente a reforma agrária e a questão do petróleo. A AD defendeu um programa nacionalista, com tintas latino-americanistas, e também uma proposta democrática para a Venezuela e para a América Latina.

O terceiro capítulo “A *Acción Democrática* e o “*Triênio Democrático*”” discute o processo de construção da AD e o *Triênio*. No ano de 1945, Rómulo Betancourt e a AD vislumbram a possibilidade de efetivar o seu projeto de modernização idealizado para a Venezuela e,

ao mesmo tempo, estabelecer as novas diretrizes políticas, sociais e econômicas anteriormente idealizadas com o objetivo de democratizar o país, visando mudanças em todos os setores da sociedade. Para concretizar essas mudanças, a AD e Betancourt não encontraram meios legais ou constitucionais, visto que o país continuava sob o regime ditatorial. Com isso, a AD buscou apoio em setores da população, pois esse partido já era reconhecido nacionalmente, e também entre os militares e optou pela via insurrecional para colocar em andamento os seus propósitos. Em 17 de outubro de 1945, a intitulada junta cívico-militar, a Junta Revolucionária, composta pela AD e membros da UPM (*Unión Patriótica Militar*), destituiu o presidente, o general Isaias Medina Angarita e instituiu o período conhecido como o “*Triénio Democrático*”.

Esse período foi marcado por mudanças no campo político e social, compreendido como um novo momento político no país, com o fim de um longo período ditatorial. Além disso, pode ser compreendido como a primeira e breve etapa de uma mobilização política visando implementar efetivamente o regime democrático no país.

Na historiografia que analisa o “*Triénio Democrático*” e os motivos da sua interrupção, diversos autores apontam a crise que culmina no golpe de 1948 tendo como fator central, a política populista implementada por Betancourt e pela AD, um partido que segundo essa interpretação, tem na sua origem a matriz populista. A partir disso, as características populistas trariam a derrocada do partido e da sua política com o golpe militar.

Um novo golpe militar em 1948 voltou a instaurar o regime ditatorial na Venezuela por mais 10 anos. Esse golpe foi mobilizado por setores da sociedade insatisfeitos com a gestão da AD, como os militares que se aliaram em meio a um ambiente político instável, em virtude de uma crise de consensos entre as forças políticas e setores da sociedade.

O último capítulo intitulado “Democracia e reformas na Venezuela de Rómulo Betancourt”, analisa o período da última ditadura que se iniciou em 1948 e terminaria em 1958, com o estabelecimento da chamada democracia do *Pacto de Punto Fijo*. A partir de 1948, Rómulo Betancourt seguiu novamente para o exílio, iniciado em 23 de janeiro de 1949, e a partir daí, reuniu novamente membros da AD e das demais forças políticas, buscando estratégias para reorganizar o partido e retomar as atividades iniciadas a partir de 1945, continuando o processo de democratização na Venezuela e recolocando em andamento o seu projeto nacional. A organização da AD, único partido considerado ilegal no país, manteve o seu foco de resistência, organizado pelo CEN (Comitê Executivo Nacional), dirigido pelos exilados, formando novas células do partido no exterior.

Durante o exílio, Betancourt adotou uma postura mais moderada, abandonando a radicalidade do seu discurso e da sua ação em relação às mudanças na Venezuela. A essa altura, para Betancourt, um processo intitulado revolucionário não seria mais coerente com o atual momento do país. Ele não abandonou os seus objetivos principais, a consolidação da democracia, o seu projeto nacional e a consolidação da hegemonia da AD. Apenas modificou as estratégias para alcançá-los.

Dentre essas novas estratégias, a política de consensos e os acordos estabelecidos entre os diversos setores da sociedade que anteriormente se opuseram à Betancourt, como a Igreja Católica, militares e certos setores industriais mostraram-se fundamentais para a nova política de alianças celebrada pelo Pacto de Punto Fijo, em janeiro de 1958, que congregou os interesses dos diversos setores da sociedade, favorecendo a manutenção da hegemonia da AD no país após 1958.

CAPÍTULO 1

RÓMULO BETANCOURT: DA “GERAÇÃO DE 28” À *ACCIÓN DEMOCRÁTICA*

1.1 Rómulo Betancourt e a “Geração de 28”

Na década de 1920, um grupo de estudantes da Universidade Central da Venezuela (UCV) emerge no cenário político do país em razão da contestação que passam a fazer em relação ao regime ditatorial do general *Juan Vicente Gómez*. Entre esses jovens estava Rómulo Betancourt. Mais tarde, ele se destacaria no cenário político venezuelano por tornar-se um dirigente histórico de um dos principais partidos políticos do país, a *Acción Democrática* (AD). Rómulo Betancourt irá se configurar também em um dos expoentes do pensamento político venezuelano, tornando-se uma das principais lideranças políticas do país no século XX.

A postura adotada por esse grupo de jovens durante a década de 1920 deu início a um longo período de contestação política na Venezuela. Eles propuseram o rompimento de uma estrutura política que sobrevivia desde o início do século XX¹. Esse grupo se definiu como uma geração², a chamada “Geração de 28”.

Em um de seus escritos, Rómulo Betancourt descreve o ambiente de inquietação e movimentação política na Venezuela daquele período:

Mesmo com uma espécie de muralha chinesa ao nosso redor, pelos seus interstícios chegavam aqui os ventos que sacudiam o mundo, reflexos do episódio histórico que foi a Revolução Russa de 1917 e das mudanças sociais que aconteceram no ocidente europeu com o final da Primeira Guerra Mundial. As notícias sobre a Revolução mexicana, em sua etapa de maior alcance americano, tudo isso chegava como um estímulo poderoso. E nossos olhos juvenis brilhavam ao ler em algumas revistas as notícias das lutas universitárias de Córdoba, das manifestações nas ruas de Lima, do início da batalha que livraria Cuba do “*Machadato*”. Em razão dessa inquietude insurgente que comovia os jovens americanos, resolvemos organizar a Semana do Estudante (BETANCOURT, 1956, p.67, grifo do autor).

A obra de Ortega y Gasset, intitulada “*El tema de nuestro tiempo*”, uma das bases intelectuais da “Geração de 28” e de Rómulo Betancourt, influenciou-os, principalmente nas noções de geração e de intelectual. A partir daquele momento elas passaram a freqüentar o pensamento de Rómulo Betancourt, especialmente no que se refere à visão do intelectual como o dirigente da grande massa. Para Betancourt, naquele momento, a revolução era o único meio

¹ O país atravessava um longo período ditatorial sob o governo do general Juan Vicente Gómez desde fevereiro de 1908. O final dessa fase ditatorial ocorre apenas em 1945.

² Essa denominação foi dada pelos próprios componentes da geração, que partiram do conceito de geração elaborado pelo filósofo espanhol Ortega y Gasset.

possível para que a Venezuela pudesse romper com a ditadura gomecista, conforme o que ele escreve em carta a 24 de agosto de 1928:

“Revolução” deve ser a consigna para salvar a nossa pobre pátria; a “reação” é apenas um acidente em um processo histórico dos povos, acidente de finalidade imediata, diga-se fatal, sem influenciar em nada os modos de ser e de viver coletivos. “Reacionário foi Gómez quando tirou Castro do poder [...] a Venezuela jovem e pensante, a que vai às aulas, está honradamente pronta para “fazer” a pátria não com discursos arrebataadores, sim com um trabalho firme, construtivo, fundamentalmente *revolucionário* (BETANCOURT, 1990, p. 52, grifo do autor).

A “Geração de 28” difundiu novos valores políticos e sociais, especialmente entre a juventude, iniciando um processo de reflexão com vistas à elaboração de uma nova ideologia para o desenvolvimento econômico e político do país. Eles criaram uma imagem de nação que foi capaz de estimular a construção de uma consciência nacional. Para além dos seus objetivos mais imediatos, a importância dessa geração ultrapassou os objetivos dos seus criadores, pois nesse grupo se formaram os principais atores políticos responsáveis pela gestação e consolidação da democracia no país. Um dos seus principais objetivos estava em despersonalizar a ação do grupo. Naquele momento, essa atitude significava despersonalizar o poder, simbolizando o enfraquecimento da centralidade de Gómez. Dessa forma, a palavra geração, no contexto da “Geração de 28”, foi uma parte de um momento histórico e não historiográfico, sendo uma criação dos seus componentes e não uma qualificação conceitual posterior (ACEDO DE SUCRE; NONES MENDOZA, 1987).

O surgimento da “Geração de 28” pode ser compreendido também como parte dos processos históricos que marcaram a transformação da Venezuela numa sociedade moderna. Como se sabe, ao tornar as relações sociais mais complexas e modificar ou destruir formas tradicionais de organização social, a modernidade traz à tona novas formas de organização social, expressando esse processo em todas as esferas da vida. No caso venezuelano, os valores e conceitos tradicionais coexistiram com os novos valores e conceitos difundidos pelo processo de modernização. Essa entrada na modernidade propiciou a elaboração de novos atores políticos e a posterior reconfiguração da vida política do país, com a criação dos partidos políticos que posteriormente se tornaram o eixo central da democracia venezuelana.

Essa esfera de mudanças foi captada por Betancourt quando este afirmou, em dezembro de 1928, que a sociedade venezuelana estava mudando graças a um componente social indispensável ao processo revolucionário, proposto pelos jovens da “Geração de 28”:

Enquanto o protesto nacional esteve paralisado nas elites, escassas numericamente e sem respaldo das massas, o cárcere, o assassinato, e o desterro dos que concordavam com a ordem de coisas dominantes foi eficaz. Agora,

quando o protesto é popular, quando alinha em uma frente única de luta todas as reservas combativas da república, o cárcere e o arsênico produzem resultados negativos. Gómez e seus incondicionais apenas conseguem intensificar nas massas o espírito de luta e afirmar na sua consciência o dever de responder decididamente aos gestos e sacrifícios de seus melhores homens, a sua vanguarda lutadora (BETANCOURT, 1990, p. 118)

Esse processo de mudanças que o país conheceu durante esse período trouxe à tona esse novo grupo social que a partir desse momento passou a ser considerado como essencial: as massas. A partir desse processo de contestação, as massas passaram a atuar de forma mais ativa, dirigidas pelos grupos políticos contestatórios, ao mobilizar-se contra o regime de Gomez.

A “Geração de 28”, seus antecedentes e os acontecimentos políticos posteriores a ela mostraram os limites da ditadura do general Juan Vicente Gómez, vigente desde 1908. Os primeiros movimentos estudantis contra a ditadura iniciam-se em 1912, quando os jovens elaboram um documento contra o governo. Em 1928, foi fundada a Federação dos Estudantes da Venezuela³ (FEV), presidida por Jóvito Villalba⁴. A partir dela surgiria a “Geração de 28” e a idéia da Semana do Estudante⁵, realizada em 1928. Esse evento contou com agitações públicas, principalmente com os discursos de Jóvito Villalba e de Rómulo Betancourt sobre a situação política do país, as restrições às liberdades individuais e sobre o imperialismo.

Nos primeiros tempos, esse movimento era disperso e sem um plano de ação e um programa político definido, ele era composto por estudantes que buscavam, a partir de leituras e discussões, compreender o seu país e construir alternativas para romper com o gomecismo. Betancourt, em uma carta aos seus companheiros em fevereiro de 1930, explica como esse grupo político esteve temporariamente organizado:

Atuamos esporadicamente, sem o esforço contínuo que reclama a empresa que dedicamos nossas vidas; e quando o fazemos, é anarquicamente, sem disciplina nem controle. Desejo que minhas sugestões, concretizem o que em conversas privadas, estabelecemos mais de uma vez com alguns dos exilados da FEV, ao ampliar e modificar, segundo o critério dos grupos que nos deram uma norma de ação harmônica, para poder apresentar aos inimigos de dentro e de fora apenas uma frente de luta (BETANCOURT, 1990, p. 128)

³ A Federação dos Estudantes da Venezuela (FEV) foi fundada em 1928, por estudantes da *Universidad Central de Venezuela* (UCV). A FEV foi um órgão responsável pela coordenação de todos os centros de representação estudantil. Ela era presidida por Jóvito Villalba e Raúl Leoni (segundo presidente).

⁴ Os estudantes Jóvito Villalba, Rómulo Betancourt, Pio Tamayo e Prince Lara fizeram parte da “Geração de 28” e no exílio iniciaram o processo de formação dos grupos políticos na Venezuela. Muitos desses grupos posteriormente se converteram nos principais partidos no país como a Acción Democrática (AD), a Unión Republicana Democrática (URD) e o Partido Comunista Venezuelano (PCV).

⁵ A *Semana del Estudiante* foi celebrada de 06 a 12 de fevereiro. O seu objetivo era o de arrecadar fundos para a realização e fundação da FEV.

O governo de Gómez deteve as principais lideranças dos estudantes, no entanto, os demais estudantes e a população reagiram às prisões com pequenas manifestações em Caracas e em outras cidades do país. Essa indignação social ocorreu porque as jornadas de fevereiro e abril de 1928, em meio a uma tentativa de golpe militar, geraram uma inquietação por parte da população. Após a tentativa de golpe militar, conhecido como *Sublevación del Cuartel Miraflores* ou “*El Cuartelazo*”⁶, a repressão do governo intensificou-se. A conspiração, com vários estudantes envolvidos pretendia apoderar-se do quartel de *Miraflores*, mas fracassou. Seus participantes foram perseguidos e presos, entre eles Jóvito Villalba e Rómulo Betancourt, que em junho de 1928 foi preso e embarcou para Táchira, na ilha de Curaçao, onde permaneceu desterrado até janeiro de 1929.

Em Curaçao e posteriormente na Costa Rica, Rómulo Betancourt abandonou a sua tendência literária e empenhou-se em formular reflexões acerca de problemas sociais, políticos e econômicos. Nesse momento, ele inicia suas leituras sobre a indústria petrolífera venezuelana e mundial, aproveitando inclusive a sua proximidade das refinarias de petróleo de Curaçao e Aruba. Um dos principais problemas vistos por ele foi a questão da mão-de-obra a baixos custos.

A situação venezuelana passa a ser um dos elementos fundamentais nas reflexões de Betancourt. Para ele e para os seus companheiros de grupos, a Venezuela, diferente do que muitos afirmavam sobre a população do país, estava pronta para a luta armada, com condições de reivindicar a sua autonomia política, e escreve:

Afirma o companheiro Pardo que a Venezuela está morta para a ação, que vê com indiferença os esforços feitos para libertá-la, que não responderá a nenhum outro movimento armado que intente contra a Ditadura. Como escrevi a esse companheiro, seu erro evidente ao chegar a essas conclusões, deriva-se da posição falsa em que se situou para enfocar a situação do país. Estendeu a toda Venezuela a apatia covarde e satisfeita dos “Boultons e companhia”, esquecendo-se de como as ruas de Caracas, nas montanhas de Portuguesa, em Curazao, em Coro, em Cunamá, em Santa Ana del Pilar, o povo venezuelano, a massa anônima bateu com valentia, contra os exércitos de Gómez. E são com esses homens, os “*alpargatudos*” e com os “*pataensuelo*” é com eles que vamos fazer a guerra [...]. Sintetizando: o que em um país se chama democracia: as massa populares, resolvendo subverter o regime ditatorial, seja lá de que forma e custe o que custar (BETANCOURT, 1990, p. 128, 129, grifo do autor).

Ao identificar as massas populares como um dos principais veículos da mudança no país, Betancourt na mesma carta, ainda afirma que outros grupos podem se agregar ao movi-

⁶ A *Sublevación del Cuartel Miraflores* ou “*El Cuartelazo*” aconteceu na madrugada do dia 07 de abril de 1928. Nessa ocasião, um grupo de estudantes, entre eles Rómulo Betancourt e vários oficiais tentaram destituir o presidente. Eles tomaram o Palácio Miraflores sem sucesso, pois o presidente estava em Maracay. No evento, o general Eleazar Lopez Contreras derrotou o grupo, resultando no exílio dos estudantes envolvidos.

mento político emancipador, como os jovens e as mulheres, destacando enfaticamente o papel decisivo desses grupos na revolução contra Gómez:

A oposição no país é quase nula. O povo, verdadeiramente revolucionário, disposto a toda hora matar pela revolução, não sabe falar a não ser pela boca de um fuzil. Esperar dele atitudes cívicas, gestos de cidadão é inútil. No momento de usar um rifle, pegará sem vacilar. Enquanto isso estará indiferente, sem compreender o seu alcance, verá passar ao seu lado atitudes de renúncia. É a massa silenciosa, sofrida, valente. É a reserva e a esperança da revolução. A única que responderá ao chamado da juventude, força militante e empreendedora. Ao lado da juventude, alentando-a, com o seu fervor e com o seu entusiasmo, está a mulher, o melhor e o mais puro de uma pátria minguada. A juventude e a mulher: estão aí, são as duas únicas forças impulsoras da renovação política e social do país. Sintetizando: Duas forças militantes e uma passiva formam a frente oposicionista dentro do país. Os jovens e a mulher são força impulsoras; as massas, força neutra, mas decisiva quando um estímulo poderoso – o da ação armada – age com estímulo sobre a sua dinâmica. Nelas a revolução encontra a sua potência, esperando quem a coloque em andamento (BETANCOURT, 1990, p. 129).

A partir desses escritos, Betancourt teorizou como um processo revolucionário deve ser colocado em andamento, a forma assumida por ele e os atores políticos envolvidos, além de começar a definir a sua concepção de grupo de vanguarda e o princípio da discordância com os comunistas, ao afirmar que não será apenas a classe operária a responsável pela revolução. Como vimos acima, em seu entendimento, seriam as classes, composta pelas massas populares, as mulheres e os jovens. Nesse momento, Betancourt inicia, a partir de suas leituras teóricas preliminares e da análise das condições históricas do país, uma adaptação da teoria marxista à realidade venezuelana.

Em outubro de 1929 e início de 1930, Betancourt viaja para Costa Rica onde começa a escrever ensaios relacionados aos problemas venezuelanos, focando-se especialmente nas denúncias da ditadura de Gómez. Ele trata também de assuntos latino-americanos e mundiais ligados ao imperialismo, ao nacionalismo, à economia política, ao petróleo e à questão agrária. Para Betancourt em relação à produção e exportação de petróleo

[...] era necessário conhecer bem o nosso maior inimigo, o “yanqui petroleiro” [estado-unidense]. Precisamos estar cientes de que a Venezuela está jogando no campo da produção mundial de petróleo. Por isso, seria imprescindível dedicar uma atenção especial à esse aspecto da luta [contra o imperialismo] (BETANCOURT, apud AGUSTIN CATALÁ, 2005, p. 114, grifo do autor).

Para Rómulo Betancourt, o nacionalismo antimperialista era uma atitude, além de se constituir em ações que os estados “progressistas” e os povos explorados deveriam colocar em prática. Para Maria Teresa Romero (2005), o nacionalismo era a resposta que Betancourt ofe-

recia ao problema do imperialismo. Para ele, cada país devia tomar decisões unilaterais contra o imperialismo, nacionalizando terras e indústrias, mantendo uma posição política autônoma. Para isso, seria importante, nas suas palavras,

[...] criar uma economia nossa, vitalizando a produção agrícola e pecuária, mediante uma reforma agrária, com crédito e garantias de mercado e a direção técnica do Estado proporcionando: impulso a industrialização do país; rompimento das relações que nos unem e nos subordinam, como nação e como Estado, às finanças internacionais; e resgatar da miséria, da exploração e do abandono as classes trabalhadoras do país (BETANCOURT apud AGUSTIN CATALÁ, 2005, p. 170).

Além das questões ligadas ao petróleo, uma das grandes preocupações analíticas de Betancourt também começa a se esboçar. No exílio, a partir de 1928, ele inicia leituras sobre o pensamento marxista, anarquista e comunista, buscando uma formação intelectual ligada a essas tendências, ao viajar para Barranquilla, Santo Domingo, Panamá e Trinidad Tobago. As principais bases do seu pensamento político evidenciam-se nesse momento, assumindo uma tendência marxista nas suas análises e deixando evidente a sua insatisfação em relação à postura adotada pelos partidos comunistas. Ao comunicar-se com Haya de La Torre em fevereiro de 1930, Betancourt define como seria a prática política do seu grupo:

Evitaremos os manifestos no estilo antigo, cheios de invocações a “sagrada democracia”, e os de novo cunho, explorado pela verborrêia pseudo-socialista dos esquerdistas radicais tropicais, onde a massa é oferecida como um prato de fácil digestão temperado por tipinhos que se agrupam em “células”, a ditadura proletária. Palavras de ordem, cinco, seis, definindo posições de luta frente ao imperialismo, ao latifúndio, a exploração do homem pelo homem. Com essas palavras de ordem levantaremos nossas bandeiras por todo o país. Faremos a revolução, a revolução pequeno-burguesa, diriam os ortodoxos de laboratório, os alquimistas de biblioteca, os intelectuais puros [...] a única revolução possível em um grupo social como o nosso, onde jamais fizeram uma agitação socialista, onde quase não existe industrialização, nem maquinaria, onde os trabalhadores nem se agruparam em sindicatos profissionais de auxílio mútuo, onde os camponeses não estão integrados por índios fáceis de conduzir, apenas pela mestiçagem, individualista, desconfiada, fanfarrona, que não se rende a outra força que não seja a do caudilho a cavalo. Essas revelações devem estar sendo estranhas a você. Talvez ouviu muitas vezes Machado, Carlos Leon, De La Plaza afirmarem nos motins do PC do México que o PRV na Venezuela está respaldado por sindicatos revolucionários que eles dirigem desde a capital asteca – por ondas, será – uma revolução classista no país. Mentem descaradamente com uma falta de responsabilidade e de honra revolucionária, o que não deixa de ser surpreendente pelo fato de ser adotada essa atitude com *tática* de luta por todos os servos da II Internacional na América Latina (BETANCOURT, 1990, p. 134, grifo do autor).

E Betancourt prossegue a sua crítica à postura adotada pelo partido de formação comunista, o PRV (Partido Revolucionário Venezuelano), o único partido oposicionista no país

naquele momento, enfatizando o seu posicionamento e a incoerência do PRV frente a realidade venezuelana:

Sendo “revolucionários”, ou simulando serem, caem no providencialismo. Concebem a existência desse pretendido conceito de luta de classes como se caísse do céu, como um dom milagroso. Não nego o problema social na Venezuela. Reconheço-o tanto que formo a frente revolucionária e levo a projeção do meu trabalho para além da destruição do regime ditatorial e do estabelecimento da democracia demoliberal. Mas tenho suficiente honra para não subestimar forças que apenas se esboçam, com o objetivo, como fazem os camaradas do PRV e como fazem todos os companheiros de vagabundagens “celulares” semelhantes, de vestir-me com a glória vaidosa de ser o Lénin em pequena escala de una revolução comunista no trópico (BETANCOURT, 1990, p. 135, grifo do autor).

A partir de 1928, o exílio seria então o ambiente de formação dos primeiros grupos políticos que iriam formar alguns dos principais partidos, dentre eles o Partido Comunista Venezuelano (PCV) e a *Agrupación Revolucionaria de Izquierda* (ARDI), ambos fundados em 1931.

Como vimos, em outubro de 1928, a Federação de Estudantes de Venezuela (FEV) pronunciou-se contra Gómez através de uma carta, levando à prisão de seus mentores, o que fez com que estes entrassem em contato com outros presos políticos. A partir desse momento, muitos desses estudantes definiram suas posturas políticas e ideológicas. Nessa fase, vários grupos literários e círculos de estudos se formaram, inspirados nas ações, na inquietude e nos questionamentos desencadeados pelos eventos anteriores do mesmo ano.

Parte do grupo de estudantes, presos em 1928, estiveram durante quatorze meses, de outubro de 1928 a novembro de 1929, no cativeiro de *Castillo Libertador* e conviveram com Pío Tamayo e Arévalo Gonzáles, que formam um grupo de esquerda, de orientação comunista, agrupados na chamada “*tienda roja*”⁷. A importância do doutrinação de Pío Tamayo se destaca, pois a partir da “*tienda roja*” formaram-se os primeiros comunistas na Venezuela (ACEDO DE SUCRE; NONES MENDOZA, 1987).

A outra parte dos exilados permaneceu nas regiões do Caribe e em parte da América do Sul. Eles fundaram a já mencionada *Agrupación Revolucionaria de Izquierda* (ARDI), em 1931, e participaram do *Grupo de Estudios Marxistas*, organizado em *Barranquilla*, na Colômbia. A ARDI foi a primeira célula do futuro Partido Democrático Nacional (PDN). A ARDI centrou seus estudos em leituras do marxismo e não teve pretensões de se tornar um partido político, preferindo ser um grupo revolucionário cujo objetivo foi o de fazer estudos

⁷ A “Tienda roja” era um grupo composto por leitores de obras consideradas marxistas. Os componentes da “tienda roja” difundiam as idéias comunistas entre os jovens que chegavam. Muitos dos componentes da “tienda roja” formaram o Partido Comunista Venezuelano (ACEDO DE SUCRE; NONES MENDOZA, 1987).

permanentes sobre a realidade do país. Em janeiro de 1932, Betancourt escreve para os seus companheiros sobre a ARDI:

Nosso grupo hoje será de trabalho, de organização, de estudo e também de combate. Amanhã, dentro da Venezuela, reunidos com os rapazes de Castillo, com os ultra-radicais, enfim, buscaremos acordos com todos que professem as distintas matrizes da esquerda. [...] A ARDI é provisória. Nos servirá para nos organizarmos por poucos meses que ficaremos imigrados. No nosso país, acordados concretamente sobre o próprio campo dos acontecimentos, fundaremos uma organização com finalidades claramente definidas [...] Desaparecidas as condições em que estamos atualmente (sem outro contato além das correspondências, com desacordos de matrizes entre uns e outros, etc), poderemos fundar o nosso partido, como a expressão orgânica de um pensamento comum a todos, firme e sólido. Penso que para o nosso trabalho, deve-se concretizar atividades como: intensificarmos o núcleo marxista definido pelo grupo, o estudo da nossa realidade para que no momento do regresso estejamos aptos para responder com soluções concretas os problemas que nos sejam apresentados (BETANCOURT, 1990, p. 336-367, grifo do autor).

O primeiro documento elaborado pela ARDI foi o *Plan de Barranquilla*, assinado em 12 de março de 1931 e publicado no mesmo ano em *Barranquilla*, na Colômbia. O texto contém duas partes: a primeira é uma análise histórica e a segunda é a apresentação de um programa de governo. Na primeira parte, a linguagem é próxima à marxista, com referências críticas aos comunistas⁸ e com o uso de termos e expressões que se referem diretamente à dialética materialista⁹. Para *Germán Carrera Damas* (1994), o propósito do *Plan de Barranquilla* não estava apenas em formular um programa de ação revolucionária. O seu objetivo estava também na definição de uma prática política que pudesse ser compartilhada por todos os componentes da ARDI, como uma forma de definir quem concordava com as propostas desse Plano.

Os autores do *Plan de Barranquilla* buscaram uma interpretação marxista e revolucionária da realidade social, política e econômica da Venezuela. Em 29 de julho de 1931, Betancourt esclarece em carta que a posição ideológica do grupo está condensada no *Plan de Barranquilla* e afirma:

Eu redigi o *Plan de Barranquilla*, refletindo o pensamento da esquerda moderada da emigração, chamando-se marxista e acreditando honradamente que está sendo leal à ideologia marxista, e que não acredita na possibilidade de substituir Gómez por um governo operário-camponês. Acreditamos que será necessário um governo de transição, nitidamente burguês, que aproveitaremos para doutrinar e organizar as nossas classes produtoras para levá-las

⁸ No *Plan de Barranquilla*, Rómulo Betancourt e os demais companheiros do grupo esboçam as primeiras críticas à ação política comunista. Eles referem-se ao tipo de ação revolucionária comunista, considerada imediatista, não conseguindo resolver a longo prazo os problemas venezuelanos.

⁹ O caráter revolucionário e comunista que foi atribuído ao *Plan de Barranquilla* justifica-se em muitos casos pela linguagem utilizada, repleta de termos marxistas (ACEDO DE SUCRE; NONES MENDOZA, 1987).

ao triunfo e não a mil fracassos que até agora os esquerdistas radicais intransigentes com suas táticas intransigentes vem condenando as massas da América Latina (BETANCOURT, 1990, p. 299).

O objetivo do documento foi o de fazer uma análise histórica a partir de conceitos marxista com uma finalidade política. Cinco dos componentes do grupo de Barranquilla se tornariam, mais tarde, membros da AD entre eles Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Valmore Rodríguez, Ricardo Montilla y César Camejo¹⁰. No *Plan de Barranquilla* afirma-se:

Nós, com os critérios mais realistas e positivos, nutridos de doutrina e de história, acreditamos que a elevação do nível político e social das massas não pode ser alcançado apenas sobre as bases da independência econômica. Por isso, articulamos nossa plataforma com postulados de ação social e antimperialista, transcendendo conscientemente e com coragem as aspirações adiadadas por aqueles que acreditavam que bastava moralizar a administração e reformar quatro ou cinco artigos da Constituição para que a Venezuela começasse a realizar o seu destino de nação (BETANCOURT, 1997, p. 170).

Esse documento teve um caráter analítico e programático, com uma orientação antimperialista, anti-latifundiária e nacional-revolucionária. Ele evidenciou e denunciou aspectos da realidade venezuelana como a aliança com o capital estrangeiro e a “casta” latifundiária, apontada como a base de sustentação do “gomecismo”. O documento também afirma a necessidade da luta em nome da transformação do país (MAZA ZAVALA, 1984).

A partir do *Plan de Barranquilla*, Rómulo Betancourt começou a tratar de problemas relacionados à exportação de petróleo, a maior riqueza do país. Por outro lado, é a partir desse momento que Rómulo Betancourt passa a evidenciar mais claramente a sua relação conflituosa com os comunistas. Nesse texto, podemos identificar os primeiros elementos que formaram os alicerces para consolidação da sua principal obra política: a fundação da AD, enfatizando a função e a importância do partido político nos processos de mudanças no país: “Os que escrevem este plano comprometem-se a lutar pelas reivindicações sustentadas nele e a ingressar como militantes ativos no partido político que se organizará dentro do país nas suas bases (BETANCOURT, 1990, p. 242)”.

E, no seu ensaio “Con quién y contra quién estamos”, publicado em 1932, Betancourt começa a precisar a forma e o pensamento que regeria o partido político:

Estamos ardorosamente convencidos da urgência em disciplinar forças hoje anarquizadas, dentro do molde rigoroso da ideologia e da tática do partido, e de acordo com essa convicção, nosso grupo já está unido por algo mais completo e obrigatório – a disciplina de partido – que aqueles vínculos vagos

¹⁰ O grupo que redigiu e assinou o *Plan de Barranquilla* era composto também por outros membros entre os quais figuraram Pedro A. Julián, Simon Betancourt, Carlos Peña Uslar, P. J. Rodríguez Berroeta, Mario Plaza Ponte, Rafael Ángel Castillo e Juan J. Palácios.

– “solidariedade de geração”, “amizade pessoal”, etc. – que até ontem, não mais, nos amalgamava confusamente. Já construímos até aqui e para o amanhã, o núcleo inicial de um partido político revolucionário, consciente do que quer e seguro do que pode fazer, e de confessa e militante filiação socialista (BETANCOURT, 1990, p.394, grifo do autor).

Para Manuel Caballero (2004), o *Plan de Barranquilla* não foi apenas um programa político. Ele também foi considerado o primeiro ensaio venezuelano de historiografia marxista. Os redatores do documento fizeram uma análise da história venezuelana a partir de conceitos marxistas, assumindo também uma ação de caráter revolucionário. A análise histórica será o meio que impulsionará à ação. O grupo afirma que teses mecanicistas não solucionariam questões mais complexas a longo prazo. O grupo de Barranquilla afirma que

A nossa revolução deve ser social e não meramente política. Liquidar Gómez e com ele o “gomecismo” significa liquidar o regime latifundiário caudilhista, exige a necessidade de destruir uma certa ordem de coisas, nos seus fundamentos econômicos e sociais, que está profundamente enraizada em uma sociedade onde a questão da injustiça permanece. Devem ser as nossas conquistas primordiais: a proteção efetiva para o proletariado urbano, melhorando e elevando o seu padrão de vida; um pedaço de terra, sem capatazes e sem patrão para o camponês despossuído pela ganância do fazendeiro; educação popular intensiva, primária e técnica para ambos estratos sociais; luta aberta contra os vícios que consomem a trama moral e física dos nossos homens, essas são conquistas imediatas, sem as quais a nossa próxima revolução será uma das “clássicas danças de espadas” venezuelana, sem transcendentais repercussões no organismo social. A nossa vitória significa o deslocamento do poder de todo homem ou partido de raízes militaristas ou latifundiárias, pois eles, depois de cem anos de fracasso dos ideais democráticos, latifundiários são inimigos históricos da cultura e dos benefícios das massas (BETANCOURT, 1997, p. 67).

O *Plan de Barranquilla* retoma uma idéia central da “Geração de 28”, com a despersonalização do poder, visando romper com o “gomecismo” no país. Critica o conjunto de práticas políticas antidemocráticas que caracterizou o período do “gomecismo”. A visão ideal de democracia compartilhada pelo grupo aspirava a uma gestão revolucionária em um contexto de participação efetiva de todos os grupos ou classes sociais. O *Plan de Barranquilla* foi, enfim, um documento elaborado com o objetivo de compreender a sociedade venezuelana, compondo um modelo explicativo particular, com elementos que viabilizariam a ação política:

A análise profunda da sociedade venezuelana, a confrontação de seus problemas em relação à problemas semelhantes de outros povos da América Latina, a aplicação dos métodos da ciência social contemporânea ao estudo da sua evolução histórica, o esforço para ir além das explicações superficiais dos fenômenos para buscar suas causas definitivas nos convencem de que o despotismo foi, na Venezuela, como no resto do continente, a expressão de uma estrutura social e econômica de características diferenciadas (BETANCOURT, 1997, p. 63).

Ao utilizar conceitos marxistas, o *Plan de Barranquilla* aborda teoria e ação política através da análise histórica. Na primeira parte, o documento afirma que

[...] as massas venezuelanas estão “definitivamente convencidas da necessidade de armar-se” cumprindo a mais fundamental de todas as condições objetivas para colocar “na ordem do dia” a insurreição através da rigorosa dialética materialista”. Diante do desenrolar dos acontecimentos que levarão fatalmente à revolução, qual é a atitude dos setores da oposição de vanguarda dentro e fora do país? De expectativa ou de esforço e trabalho centrado exclusivamente em uma finalidade imediata: a derrota do gomecismo. Se a primeira atitude é indigna e vergonhosa, a segunda mesmo justa, até certa medida, é condenável, vista a sua ação unilateral. Simultânea à tarefa concreta de mobilizar elementos para a luta armada, deve-se desenvolver vivamente outra análise dos fatores sociais, políticos e econômicos que permitam um prolongamento da ordem das coisas que se pretende destruir (BETANCOURT, 1997, p. 62)

Nessa passagem, o *Plan de Barranquilla* refere-se à ação dos comunistas, criticando o fato de eles se considerarem um partido que se intitula a vanguarda do proletariado e, baseado nesse convencimento, praticarem ações políticas de caráter unilateral. Mesmo assim, no início da década de 1930, Betancourt propôs uma organização conjunta com os comunistas. Ele propôs uma política ampla, no momento em que os comunistas propunham uma política sectária baseada no confronto classe contra classe. Esse fator contribuiu para a criação de um outro grupo com fundamentos políticos diferentes dos comunistas, que emerge como uma alternativa no interior das esquerdas, consolidado sob a forma de um partido político, o Partido Democrático Nacional (PDN).

A partir de 1931, as primeiras divergências ideológicas começaram a evidenciar-se. As tendências políticas passaram a estar mais definidas a partir dessa fase e havia – muito em função da ação dos estudantes – um claro repúdio à ditadura “gomecista” e a toda e qualquer solução baseada em personalismos ou militarismos. Essa situação conturbada amenizou-se apenas em 1936 em função de que, a 17 de dezembro de 1935, falece o ditador Juan Vicente Gómez, alterando o cenário político do país.

Gómez morreu em dezembro de 1935, deixando um país convulsionado, sem dívidas e com as arcas cheias de dinheiro. Um povo enfermo e miserável. Uma institucionalidade primitiva e um país submetido ao capital estrangeiro. Os venezuelanos saíram às ruas tentando destruir os símbolos de Gómez e do gomencismo. Mas, ainda que tenham sido saqueados edifícios e queimado os símbolos de vinte e sete anos de ditadura, o gomencismo se perpetuou nos seus herdeiros (ARUJ, 2003, p. 240).

Entre os anos de 1933 e 1935, a morte de Juan Vicente Gómez era iminente e Betancourt adota uma posição mais definida e categórica em relação ao projeto de transformação

venezuelana pós-gomecista. Partindo de uma análise mais estrutural dos problemas venezuelanos, coloca-se um projeto revolucionário, marxista e antimperalista, tendendo a libertar a sociedade venezuelana dos seus exploradores internos e externos, convertendo-a em uma sociedade do tipo socialista. Trata-se de um projeto fundamentado, em quanto programa mínimo, nas proposições da ARDI, estabelecidas no Plan de Barranquilla, em relação ao seu programa máximo, nas idéias do Partido Comunista da Venezuela (ROMERO; TINOCO; ROMERO, 1990, p. 31). Em agosto de 1935, Betancourt resume seu pensamento:

Discutindo o programa mínimo de reivindicações imediatas a todo momento, aproveitando qualquer oportunidade, estabelecendo clara e concretamente seu programa integral, por um governo do tipo proletário, é o único que pode assegurar pão e possibilidades de um desenvolvimento integral às massas despossuídas e exploradas (BETANCOURT, 1990, p. 32).

Nesse contexto, assume o cargo interinamente o general Eleazar Lopes Contreas e nele permanece até 19 de abril de 1936. No mesmo ano, um grupo de estudantes ligados ao PCV e a ARDI, que estavam exilados, regressaram ao seu país. Os estudantes ligados a ARDI retornaram com objetivos claros de instaurar um regime com liberdades civis, baseado na convivência democrática e resolver os problemas econômicos que assolavam o país.

A proposta de López Contreas buscava uma transição a partir de uma “abertura lenta e gradual”¹¹, evitando dar uma sobrevida ou mesmo continuidade ao governo de Gómez. Na verdade, dar continuidade ao governo anterior não era mais possível, vistas as mudanças históricas processadas no país nos últimos anos. Na década de 1930, as alterações no quadro social e político tornavam-se evidentes com a formação da ARDI e do PCV em 1931. Os trabalhadores já começavam a se organizar e fazer reivindicações e a população não aceitava passivamente as ordens do governo.

Analisando esse momento da história política venezuelana, Maza Zavala (1984) procurou demonstrar a tendência democrática de López Contreas, caracterizando-o como um “homem de transição”, pois em um primeiro momento a sua gestão chegou a propor uma reforma democrático-liberal, mas manteve certos procedimentos repressivos. Ele apenas agiu de acordo com o momento histórico e com as suas possibilidades políticas. No entanto, contrapondo-se ao presidente de transição ou o democrático-liberal, sempre se sobressaía o ditador, cerceando e reduzindo as liberdades individuais. Em janeiro de 1936, ele decretou a suspensão dos direitos constitucionais, alegando um perigo de sublevação popular iminente contra a

¹¹ Essa chamada abertura “lenta e gradual” proposta por López Contreas resultou no regresso dos estudantes exilados, na legalização da ARDI e do PCV (por um curto prazo) e em alterações na Constituição, ampliando os direitos civis (MAZA ZAVALA, 1984).

paz, a ordem, a propriedade privada, e prevendo um perigo comunista, encomendando à polícia secreta a confecção de um material com o levantamento de todos os comunistas do país, esse material recebeu o nome de *Libro Rojo*¹².

A reação popular foi realizar uma manifestação na praça Bolívar, no dia 14 de fevereiro de 1936, tendo como resposta uma violenta ação repressiva por parte do governo. O fato desencadeou uma reação coletiva, levando a outra manifestação no mesmo dia. Esse levante popular contou com a presença de vários setores sociais, chegando ao Palácio presidencial de Miraflores, onde se exigiu o restabelecimento dos direitos constitucionais.

Nessa fase, temos o surgimento da *Organización Venezolana* (ORVE), ela nasce com os objetivos de construir uma nova concepção de “democracia responsável”, com critérios mais formais e técnicos, buscando unir os venezuelanos e expressando a necessidade de uma interrupção das discordâncias doutrinárias, com ideais anticomunistas e com a idéia de que os problemas venezuelanos são essencialmente técnicos e não políticos. Esse grupo foi composto por políticos de formação marxista, intelectuais anticomunistas e de tendências positivistas e liberais. A idéia de uma frente única de reconstrução do país e o fim do estado autoritário era o objetivo que os unia. Esse grupo passou por momentos em que assumiram comportamentos políticos distintos. Durante os primeiros meses colaborou com o novo governo mas, no segundo semestre de 1936, assumiram um caráter mais radical (MARTÍNEZ, 2004).

A ORVE, composta por um grupo de intelectuais com uma visão política inspirada nos princípios da modernização institucional e técnica da administração pública, visava, segundo seus componentes a conciliação, concentrando-se nos problemas cruciais da nação em torno dos quais requeria um esforço de compreensão, consenso e concentração de energias em todos os setores. Esse grupo posicionou-se entre a esquerda e a direita, buscando alcançar os princípios técnicos que deveriam orientar as ações do governo através de propostas equilibradas e sem autoritarismo (MARTÍNEZ, 2004, p. 132-133).

Um de seus membros mais importantes, Mariano Picón Salas, recomendava mais critérios políticos e uma maior racionalidade técnica na solução dos problemas venezuelanos:

¹² O *Libro Rojo* é um material que foi elaborado a pedido do presidente Eleazar López Contreas no ano de 1936. Ele divide-se em duas partes, a primeira refere-se a documentos selecionados pela polícia secreta do governo. Nesta seção podem ser encontradas fotos de militantes, a chamada “cartilha do militante”, e uma lista de militantes que são definidos como militantes. Essa parte tinha o objetivo de legitimar através de provas forjadas, a sua ligação com o Partido Comunista Venezuelano, e através disso poderem ser perseguidos e exilados. Isso ocorreu quando o PCV voltou à ilegalidade. Militantes de outros grupos políticos foram acusados e definidos como comunistas de acordo com essa lista, como Rómulo Betancourt. Na segunda parte do *Libro Rojos*, existem correspondências avulsas de vários membros do PCV e da ARDI, além do *Plan de Barranquilla*.

A improvisação e o capricho que predominou na nossa administração pública deveria ser substituída em uma nova Venezuela, seria o que chamo de “organização ou sindicalismo dos técnicos” [...]. É uma idéia que existe desde os grupos políticos mais conservadores na Europa, como os grupos da “L’Action Française”. É uma idéia moderna que como em muitas outras, coincidem com as direitas e esquerdas inteligentes (PICÓN SALAS, 1936 apud MARTÍNEZ, 2004, p. 132, grifo do autor).

Em relação à instauração da democracia no país, o grupo destaca a importância do Estado:

Queremos uma democracia, mas uma democracia responsável onde as funções do Estado não sejam dominadas pelas forças do dinheiro, pelo suborno ou pela violência [...]. O Estado deve unificar e conciliar a discórdia coletiva [...]. Queremos direitos mas, também queremos deveres (BRUNI CELLI, 1936 apud MARTÍNEZ, 2004, p. 133).

Por outro lado, a reflexão sobre o papel do Estado recebe um papel de destaque entre as esquerdas. Elas convenceram-se de que para dar suporte a uma “democracia política com conteúdo econômico” era necessária a transformação não apenas das relações feudais que de acordo com as esquerdas dominavam as relações sociais e produtivas do campo e de sua atividade agrícola, e para isso seria importante contar com um Estado de orientação econômica distributiva, democratizador, soberano e nacionalista. O discurso sobre a definição e a função do Estado variaram no decorrer dos anos. Para a ARDI o Estado deveria ser um Estado nacionalista, anti-monopolista e antimperialista. Durante o primeiro semestre de 1936, a ORVE concentra as funções de um Estado que terá responsabilidade na unificação, organização e no desenvolvimento nacional, devendo ser um: “Estado moderno que realize a unidade política, econômica e moral da nação [...] um Estado nacional que ofereça justiça, proteção e eficiência a todos os venezuelanos [...] que unifique e concilie a discórdia coletiva” (PROGRAMA DEL ORVE, 1936, apud SOSA ABASCAL, 2001, p. 144).

Diante das mudanças que o país atravessava, a grande questão que se colocava era a respeito de quais seriam os atores políticos que conduziriam o processo de renovação da vida política venezuelana, bem como o processo de modernização do país. Como expressão do clima da época, a questão implícita, era a de como o país entraria na modernidade. Nesse sentido, sobressaiu-se a importância da “Geração de 28”, uma vez que foi por seu intermédio que nasceram as principais organizações políticas. Posteriormente, essas organizações políticas converteriam-se em partidos políticos, como o PCV e o PDN. Os atores políticos que emergiram desse processo buscaram conectar teoria e prática política. Vista a trajetória dos principais dirigentes dessas organizações, não há como não reconhecer que eles foram os principais

intérpretes da teoria marxista no país, entre eles, Rómulo Betancourt e Jóvito Villalba, fundadores da *Acción Democrática* (AD) e da *Unión Republicana Democrática* (URD).

É nesse contexto histórico que emerge e desenvolve-se o pensamento político de Rómulo Betancourt. Ele foi construído em meio a sua vida política, que engloba, entre outros momentos, a sua participação na “Geração de 28”, no Partido Comunista da Costa Rica, em 1932, na formação do PDN, em 1937, no seu período de ilegalidade e exílio no Chile, na legalização do PDN, em 1941 e na fundação da *Acción Democrática* (AD), no mesmo ano. A formação desse pensamento político colaborou e foi influenciada enormemente por esse contexto de superação da ditadura e construção da democracia venezuelana, que só encontraria uma relativa normalidade a partir a década de 1940.

1.2 A formação do PDN, o marxismo e o leninismo de Rómulo Betancourt

Para Rómulo Betancourt era necessário elaborar e implantar elementos que possibilitassem a construção da democracia no país a partir da construção de sujeitos que conduzissem a vida política, ou seja, uma sociedade civil com capacidade interventora, capaz de mudar a realidade vigente de forma participativa. Para isso, foram mobilizados elementos do nacional-popular, visando atingir todos os âmbitos da sociedade. Betancourt buscou o instrumento e o meio para combinar a vontade de participação popular e a centralização política, no intuito de conter conflitos.

Manuel Caballero (2004) afirma que para Betancourt, o melhor modelo político para aquele momento seria o leninista. O leninismo enquanto projeto de transformação da sociedade seria suficientemente eficiente como uma técnica para a conquista e conservação do poder. No entanto, a partir de leituras de textos de Betancourt percebe-se que a referência a Lênin acontece, porém não se caracteriza como a base do seu projeto político. Algumas referências são encontradas no que se refere à estrutura e organização partidária entre outros temas, como a autodeterminação das nações. Quanto às estratégias para a manutenção do poder e transformação da sociedade venezuelana, Betancourt insiste na análise das condições históricas do país à luz de conceitos oriundos do marxismo, sem que ele incorporasse o leninismo como uma teoria e prática política na plenitude do mesmo.

Nessa análise desenvolvida por Caballero (2004), existe uma busca por um termo ou um conceito que explique a postura política adotada por Betancourt. No entanto, Betancourt não incorpora plenamente uma teoria como a do leninismo. Ele assimila temporariamente alguns elementos e transita pelos conceitos marxistas de acordo com sua análise da conjuntura

histórica venezuelana. Dessa forma, entendemos que nomeá-lo como leninista não explica o seu pensamento e a sua ação política. A política partidária foi um elemento inspirado no leninismo e evidencia a sua proximidade em relação a esse tema, mas não define em linhas gerais a sua prática política em relação a partidos políticos e ao seu projeto político.

Nesse projeto político, supunha-se a necessidade de reconstruir a estrutura política, social e cultural na Venezuela, sob a direção de um partido político. O *Plan de Barranquilla*, publicado em 1931 e, posteriormente, o artigo de Rómulo Betancourt “*Con quién estamos y contra quién estamos*” de 1932, publicado no periódico *Venezuela Futura*, constituem a base desse projeto. A partir desses escritos é possível apreender os elementos que compuseram esse novo projeto político e essa nova etapa do processo de modernização política no país.

O artigo “*Con quién estamos y contra quién estamos*” parte da afirmação de que na Venezuela existiu a tirania de um homem sobre o resto do país, referindo-se à Gómez e ao gomecismo. Rómulo Betancourt, a partir de uma perspectiva marxista analisa a ditadura venezuelana, identificando a ausência de uma classe capaz de dirigir o Estado em um contexto de imperialismo.

Betancourt inicia o seu ensaio em desacordo com a tese da hegemonia andina. Para ele, essa análise é formal e superficial, não privilegiando a realidade nacional. Para ele, uma tese que justifica o problema nacional pela imposição de uma região sobre o resto do país, não estava de acordo com a situação histórica venezuelana. Ele nega a dimensão dada ao regionalismo e afirma que a tese da hegemonia andina não explica o problema venezuelano porque “a tirania de Gómez é dialeticamente a tirania de uma classe – a classe capitalista nacional e internacional – exercida sobre as massas trabalhadoras da população (classes médias, proletariado urbano e trabalhadores rurais)” (BETANCOURT, 1997, p.72).

Neste ensaio, ele vai evidenciando a sua proximidade a elementos leninistas, ao referir-se ao princípio da autodeterminação dos povos, tema discutido por Lênin¹³, quando afirma que

[...], ao ponto de que hoje somos apenas uma semi-colônia com permissão para ter o seu hino e sua bandeira, não temos autodeterminação para resolver e considerarmos melhor os nossos problemas internos e internacionais (BETANCOURT, 1997, p. 100).

Betancourt define, nesse mesmo ensaio, os atores do conflito histórico existente na Venezuela e se considera

¹³ Lênin, na obra “Problemas de política nacional e internacionalismo proletário”, fala da autodeterminação das nações e a define pela autonomia das nações com a formação de um Estado nacional independente.

[...] fiel ao método do materialismo histórico, dentro do campo da luta de classes. É possível descobrir na raiz de todos os nossos problemas sociais, apenas aspectos do conflito universal entre as forças que criam as riquezas dos povos – as trabalhadoras – e as que exploram essa riqueza e seus produtores, em benefício de minorias parasitárias – as capitalistas (BETANCOURT, 1997, p. 89).

E, a partir dessas definições, ele começa a esboçar o seu conceito de classe, que será utilizado como fundamento do PDN e posteriormente da AD, levando à dissidências no interior das esquerdas, em especial, a relação conflituosa com o PCV. Para Caballero (2004), Betancourt ampliou e em certo sentido afastou-se do conceito marxista de classe, pois para ele, a classe trabalhadora não se restringe apenas ao proletariado urbano. No seu ensaio, Betancourt afirma estar

[...] com as classes exploradas, com o “camisa-de-mochila”, com o “panteon-en-suelo”, com os peões das fazendas de gado, com os servos dos latifúndios de café, com os operários das companhias de petróleo, com os dependentes das “pulperías”, com os “medianeros” dos engenhos, com o pequeno comerciante arruinado pela concorrência capitalista, com o pequeno proprietário absorvido pela grande propriedade, com o professor de escola e dos intelectuais proletarizados e que a preços miseráveis vendem a sua ciência, com soldados recrutados à força, com o funcionário público subalterno, com toda classe, em resumo, integrada por nossos homens de músculo ou de pensamento e que por salários de fome entregam sua força de trabalho ao governo e aos patrões particulares nacionais ou estrangeiros. Serão essas classes trabalhadoras, revolucionariamente orientadas, rigorosamente disciplinadas, dignificadas pela consciência de seu destino e pelo fanático convencimento de que a lógica da história as marcaram como sucessoras da burguesia no governo do povo, e atualizarão nossas possibilidades nacionais, forjando um tipo de Estado novo, ant imperialista e socialista, instrumento do povo para a realização da justiça social (BETANCOURT, 1997, p. 101-102, grifo do autor).

Esse ensaio traz um esboço das diretrizes do pensamento político de Rómulo Betancourt, a sua análise da realidade venezuelana e, através desse estudo, os elementos de como estabelecer estratégias de ação. Para isso, ele retoma a teoria marxista no seu ensaio, considerado o primeiro trabalho marxista na Venezuela juntamente com o *Plan de Barranquilla*. Há nesse texto um “resgate” da história política venezuelana para legitimar a sua visão política do país e para buscar a partir dela meios para criar e mobilizar uma estratégia política. A partir da sua análise crítica da história política venezuelana, ele descreve como deveria ser o governante que substituiria o presidente Gómez. Ele deveria ter uma

[...] percepção clara e científica dos nossos problemas políticos, econômicos e sociais; fervoroso propósito de responder a todas as reivindicações das nossas massas ignorantes e exploradas, não as tornando apenas instrumentos para a realização da justiça social; energia implacável e sem fraqueza, o bastante para livrar o país da dominação imperialista e para destruir os funda-

mentos econômicos da aliança capitalista caudilhista, e não a certidão de batismo para ver se nasceu ou não em uma zona interdita como a andina (BETANCOURT, 1997, p. 91).

Na sua ação política, Betancourt distinguiu-se dos comunistas do PCV e das propostas da Internacional Comunista no interior da esquerda venezuelana e latino-americana. Em virtude de sua opção teórica e principalmente pela sua prática política, que vislumbrava a democracia, ele combinou leituras do marxismo e do leninismo com análises da questão nacional, conferindo a ele uma especificidade em relação à sua interpretação do marxismo. Para Betancourt, uma das maiores contribuições do leninismo esteve na estratégia de organização partidária. Para ele, o partido político resumiria diversas experiências históricas anteriores, conduzindo à despersonalização do poder e à luta contra a anarquia (CABALLERO, 2004, p.357 - 360).

Com os partidos políticos seria possível debater assuntos voltados às questões políticas, visando romper com o modelo ditatorial personalista “gomecista” até então presente no país. A mudança do personalismo para o partidarismo ocorreu de forma lenta até que os partidos se consolidassem, mudando o curso da sua vida política.

Diante das mudanças na vida política do país, consideramos que a trajetória política de Rómulo Betancourt confundia-se, em certos momentos, com história política venezuelana. No entanto, ao colocarmos essa questão, não estamos totalmente de acordo com autores que afirmam que Rómulo Betancourt foi o “pai da democracia venezuelana”¹⁴. Concordamos com os mesmos quando afirmam sobre sua importância na criação e participação intensa em um projeto político que objetivava a democracia no país. Entendemos que um processo democrático, como o venezuelano, não se reduziu à criação e fundação de um único ator político. Ele foi elaborado por um grupo político solidamente organizado, com um projeto político específico e com objetivos claros de instaurar a democracia. Vista a sua atuação junto às diversas camadas da sociedade venezuelana foi possível instaurar a democracia política no país.

Rómulo Betancourt e seus companheiros sempre mantiveram o princípio da despersonalização do poder. Por isso, ele foi favorável à formação de uma organização política que privilegiasse a disciplina interna do grupo com um projeto político para a nação. O partido

¹⁴ Afirmar que Rómulo Betancourt foi o “pai da democracia” venezuelana significa retomarmos a idéia do personalismo que na década de 1940 já estava se diluindo no país, em favor do partidarismo. Com isso, não pretendemos minimizar a importância de Rómulo Betancourt na história venezuelana. Estamos, ao discordar dessa afirmação, definindo diretrizes de análise opostas à afirmação de que Rómulo Betancourt e a AD foram populistas, como serão desenvolvidos e discutidos no segundo e terceiro capítulos desse trabalho. Diversos autores compartilham essa análise de populismo, entre eles, Arturo Sosa Abascal (2001), Luis Ricardo Dávila (1988), D. F. Maza Zavala (1984), entre outros.

nasce com o objetivo de renovar a vida política nacional, buscando ativar os elementos nacionais e populares, como forma de expressar uma “vontade nacional”. Para Betancourt,

[...] abordar e resolver os fastidiosos problemas traçados pela realidade venezuelana é uma tarefa que não pode ser realizada por apenas um homem, seja qual for a força que ele disponha e quanto esteja particularmente provido de geniais dotes de estadista. A transformação da Venezuela em um sentido de progresso que irradia pelos estratos mais profundos da nacionalidade, requer um esforço unânime do povo, comandado pela organização partidária de vanguarda. Uma organização que conjugue e complemente a vocação revolucionária e o rigor realista. Uma organização que se agrupe e se sujeite-se a uma disciplina partidária, com base em um programa concreto e inspire uma mística criadora para todas as classes populares da nação. Um partido liberal ou um partido comunista não poderiam cumprir na Venezuela esse papel histórico apenas possível para uma organização de plataforma doutrinária e de estrutura interna democrática e antimperialista (BETANCOURT, 1997, p.170-171).

Aos partidos foi delegada a importante tarefa de fundar e manter o jogo democrático no país nas décadas seguintes. No seu processo de formação, na década de 1920, intitulavam-se como uma geração, uma fase em que as idéias ainda não estavam definidas e posicionadas teórica e estrategicamente. Posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, esse grupo de estudantes consolidou-se, a partir de uma base teórica e prática, sob a forma dos partidos políticos PDN e PCV. Afirmamos que os partidos políticos na Venezuela exerceram uma função vital para a instalação e manutenção do jogo democrático no país, como a sua base de sustentação, pois com eles assegurou-se a rotatividade de idéias e o amplo diálogo político, não permitindo o retorno dos personalismos no país.

Rómulo Betancourt possuía uma filosofia de poder, ele distinguia com muita clareza a diferença entre poder, que é o domínio sobre a sociedade, e governo, que é o exercício da administração pública, e sua opção sempre foi pelo poder, exercido através do partido político.

O partido de inspiração leninista foi a base para um novo pensamento, para uma nova ação e posteriormente uma nova situação, criando também novas condições para a mudança. De acordo com as condições políticas do país, elementos do marxismo e do leninismo apareceram como caminhos para os que almejavam transformações na sociedade. Betancourt escreve:

Os partidos, por mais doutrinários e de massas que sejam, sempre são conduzidos por seus líderes. Quando Lênin disse isso foi um escândalo para aqueles com mais pudores, não me recordo se em 1903, nos dias da aparição do ‘Proletariado’ ou na sua saída da redação da velha ‘Iskra’. Contestando, com a sua dificultosa dialética, Lênin clareou e definiu perfeitamente o papel dos líderes, dos chefes de partidos, e essa definição era: os partidos caminham por onde caminham os seus dirigentes [...]

Esse setor, o tímido e amorfo Valmore¹⁵ é “carne de cañon”, que nos servirá somente para volume [de membros] e não me importa que seja atrasado. Sempre se bota maturidade (BETANCOURT, 1932 apud CABALLERO, 2004, p. 355, grifo do autor)

O leninismo de Betancourt concentrou-se na questão da organização partidária, com a disciplina interna, e na organização de um partido em escala nacional, com uma política de alianças, Manuel Caballero (2004), menciona a política de alianças como um elemento leninista componente no pensamento de Betancourt, idéia que Betancourt teria ampliou, utilizando-a no âmbito da sua definição de classe e na ação política do seu partido, o PDN e posteriormente a AD. No entanto, ao analisarmos os escritos de Betancourt, podemos perceber que a mudança no conceito de classes pode ser oriunda de uma análise das condições históricas da Venezuela à luz de conceitos do marxismo e em confronto com o ideário do comunismo da III Internacional Comunista. Em suas cartas, Betancourt sempre evidencia a sua concepção de classes em oposição ao conceito de classe do PCV, e não apenas como o resultado de uma política de alianças.

Betancourt mantém uma relação de afastamento e aproximação do marxismo e do leninismo. O lugar da democracia no esquema leninista também não era compatível com as idéias de Betancourt. Para ele, a democracia não era apenas um meio para concluir a revolução socialista, era algo a ser alcançado e mantido na sociedade. Isso difere do esquema leninista de revolução, onde em um determinado ponto do estágio revolucionário, a democracia burguesa seria desmantelada, juntamente com todas demais as instituições burguesas. Em julho de 1931, Betancourt esclarece seu posicionamento frente à teoria leninista ao citar o próprio Lênin, afirmando que:

Nossa plataforma é avançada – pelo menos acreditamos honradamente nisso – mas é articulada em seu aspecto político e em seu aspecto econômico, seguindo aquele conselho de Lênin, daqueles que se esquecem dos esquerdistas radicais... “é necessário constatar a *sangue frio* o estado real de consciência e de preparação de toda a classe e não apenas de sua vanguarda comunista, e não apenas de seus indivíduos avançados” (Lênin, *La maladie infantile du communisme*, p. 59-60). [...] buscamos a formação de uma frente única provisória composta pelos setores explorados da cidade e do campo, semi-proletários, artesãos, pequenos industriais, camponeses pobres, professores das escolas, vendedores com salários de fome, etc., para levá-los inicialmente a batalhas contra a frente reacionária, resultado do entendimento entre o capital financeiro imperialista e o bloco burguês – caudilhistas nacionais. E essa tática é consequência imediata da crença acima afirmada, a de que o conteúdo da nossa revolução será *democrático*. Lênin fala sobre essas resoluções: “é absurdo falar de revolução democrática e limitar-se a opor simplesmente o *proletariado* e a *burguesia*, pois esta revolução reflete um período

¹⁵ Valmore Rodrigues foi um dos principais membros do Partido Comunista Venezuelano (PCV).

da evolução em que a massa fundamental da sociedade encontra-se entre o proletariado e a burguesia e constitui um setor camponês pequeno-burguês muito extenso.” Arrancar o controle da burguesia, mediante a incorporação de suas reivindicações ao nosso programa, a esta “população camponesa e pequeno-burguesa gigantesca, capaz de sustentar a revolução democrática, mas não a revolução socialista (Lênin, Páginas Escogidas, 56-57).” (BETANCOURT, 1990, p. 282, 283, grifo do autor).

A definição de classes também foi um ponto que fez com que ele se afastasse do marxismo e do leninismo. Como foi exposto, no seu ensaio “*Con quién y contra quién estamos*”, Betancourt apresenta um conceito de classe ampliado, afastando-se do conceito marxista de classe e por consequência dos comunistas.

Ele fundou um partido de classes, composto pela classe trabalhadora que abrigava também o campesinato, setores das classes médias baixas urbanas. Fundou um partido nacional e para isso percorre todo o país compondo a sua rede de organização e conhecendo a população local e a geografia do país. Posteriormente, Betancourt funda um partido civil, a AD, reprovando o uso da força, amenizando o radicalismo de sua ação política, posicionamento oriundo de um processo de mudanças pelas quais ele passou durante a sua trajetória após 1945, caracterizando uma nova postura política. Em seu pensamento, no âmbito da política, dever-se-ia reconhecer a diversidade e buscar substituir a coerção pela persuasão, eliminando a força como solução de problemas. E essa postura o faz transcender do campo da teoria para a prática, permitindo que o seu projeto político saísse do plano da teoria, para se tornar uma prática política, lançando as bases de um regime e de um sistema político que alcançaria alguma longevidade na vida política venezuelana.

1.3 O PDN, a discussão com o PCV e a formação da AD

Nas décadas de 1930 e 1940, diversas questões animavam as discussões políticas na América Latina. Na Venezuela, entre as esquerdas, as discussões transitavam por temáticas como a da questão nacional, do fim da ditadura, da instauração do comunismo e da implantação da democracia. Essas discussões atravessavam os partidos políticos venezuelanos, especialmente o PCV e PDN, ainda que cada um deles obviamente preferisse atingir suas metas por meios próprios.

O contexto internacional era marcado pela política do New Deal, as ondas fascistas e nazistas, a Guerra Civil Espanhola e a ação da Internacional Comunista sob a direção de Stalin, convertida em uma arma internacional na defesa da revolução soviética frente ao nazismo e ao capitalismo. E é nesse contexto que nasce o PDN, com a finalidade de organizar a ação

das esquerdas não comunistas, nacionalistas e democráticas, com o objetivo de conduzir o processo de modernização no país. O tema da modernização sempre esteve no centro das preocupações desse partido, pois as forças políticas discutiam entre si para definir como o processo de modernização seria conduzido no país.

O Partido Democrático Nacional (PDN) foi fundado em 14 de fevereiro de 1937, procurando estabelecer um espaço na esquerda, distinto do Partido Comunista. Não era um partido instrumental, pois declarava abertamente que seu objetivo principal era alcançar o poder político e governar o país. Para Arturo Sosa Abascal (2001), o PDN buscou uma alternativa à compreensão de história segundo o modelo comunista e o modelo positivista, com um forte teor nacionalista. Para Rómulo Betancourt, o nacionalismo do PDN combatia o imperialismo, o capital norte-americano e o modelo de Hitler e de Mussolini.

Nesse contexto, Betancourt compreende que externamente era preciso estar atento aos Estados Unidos e argumenta em torno da necessidade de um entendimento com esse país, sem que isso se confunda com uma entrega de todos os bens a eles, e afirma,

[...] insisto sempre na necessidade de um entendimento inter-americano. Não é sem razão que utilizo o termo inter-americano em vez do tão utilizado “pan-americano”, este termo simboliza toda uma vergonhosa etapa de sujeição de vinte povos aos mandos de Washington. E deforma uma realidade que não pode ser escamoteada, se é sobre o terreno da lealdade e da franqueza pretende-se iniciar algum novo tipo de entendimento entre os Estados Unidos e “nós”: os que vêm das Américas. Uma saxônica, que pela sua própria evolução interna tornou-se imperialista e seguirá sendo, a não ser que se operem profundas mutações na sua organização econômica; do outro lado, a latino-americana, que sofre uma interferência econômica do capital financeiro internacional, especialmente o norte-americano e o britânico, onde está a obrigação histórica de lutar pela sua plena independência (BETANCOURT, 1997, p. 191).

Mesmo com as suas divergências em relação à política externa norte-americana, caracterizada como imperialista e os problemas relacionados com a política petroleira venezuelana, Rómulo Betancourt interessou-se pela política interna norte-americana, especialmente pelo papel desempenhado pelo Estado na sociedade. Para ele, essa política oferecia uma resposta global aos países vitimados pela crise, com a ajuda dos Estados Unidos. O seu objetivo era o de recuperar a capacidade produtiva e distributiva da economia, remodelando as relações entre setores sociais, principalmente entre Estado e sociedade e entre capitalistas e trabalhadores. Com o New Deal, o Estado passou a assumir um papel mais interventor e estabeleceu regulações e leis, visando uma melhor distribuição da riqueza, além de implantar um conjunto de instituições com o objetivo de proteger os grupos sociais enfraquecidos. Rómulo Betancourt evidencia a influência de Roosevelt no seu pensamento político:

O mau uso do poder capitalista pode terminar com o sistema tão deasacreditado do capital. Esta frase condensa o critério de todo um vasto setor social. Está integrado por gente com a mente lúcida que, sem renunciar a sua adesão à ordem social atual, criticam a teimosia suicida com que os donos do dinheiro socavam os alicerces do capitalismo. Porque não fazem outra coisa quando se amontoam nas bases da organização social que ocupam, uma classe privilegiada, a dinamite do descontentamento das massas famintas, oprimidas. Roosevelt e os que pensam como ele, aspiram o prolongamento da existência da organização social atual, adequando-a aos novos tempos. Modernizando-a. Humanizando-a. Está claro que a cada dia está mais firme e mais consciente a exigência dos setores trabalhista por uma participação maior na riqueza dos povos. E que não bastam os argumentos da força para reprimir a ânsia irrefutável dos despossuídos por desfrutar também do seu lugar ao sol. [...] Estas reflexões não podem se limitar apenas ao que ocorre nos Estados Unidos. O fenômeno dos setores privilegiados manifestando-se coléricos contra aqueles que exigem parte de seus privilégios em nome da tranquilidade social é um fenômeno universal (BETANCOURT, 1938 apud SOSA ABASCAL, 2001, p. 48-49).

Sob a ótica de Betancourt, as propostas de Roosevelt se transformariam em uma lição importante, pois o New Deal abria espaço para uma nova coalizão social com um projeto de unidade social e inaugurava uma agressiva política comunicativa de “portas abertas” à imprensa e à opinião pública. Roosevelt passou a ser visto como um reformador, com um projeto de participação nacional, tendo o governo federal como o agente central nas tomadas de decisão.

Para Betancourt, o PDN precisava obter as condições necessárias para se tornar o interlocutor da esquerda democrática, pois representava um setor organizado na sociedade venezuelana com propostas ideológicas consistentes e um programa alternativo voltado para a modernização do país. Seu objetivo era o exercício do poder político e a melhor maneira de obtê-lo seria convertendo-se em uma força política democrática legalmente reconhecida e legitimada pela população (SOSA ABASCAL, 2001, p. 191).

Para o PDN, a democracia seria a base permanente do sistema político e da sociedade venezuelana. O partido vinculava à democracia o fim da exploração econômica, visando o progresso social, e nesse sentido não aceitava a tese da “ditadura do proletariado” e da ditadura da vanguarda do proletariado. A democracia possuía um valor civilizatório, representava o moderno, a superação da barbárie. A concepção pedenista se distinguia da concepção liberal e da comunista, pois para os comunistas a democracia era um instrumento e para os liberais a democracia não reduziria as injustiças sociais no campo da produção e da cultura. Em setembro de 1939, o PDN definia a sua visão de democracia econômica em sua primeira “conferência”:

O PDN busca a conquista do poder para realizar um governo do tipo democrático, dando a este conceito um conteúdo mais profundo do que o proposto pelo liberalismo clássico. Para nós, um regime democrático implica a efetividade das atividades públicas. E fundamentalmente, a modificação profunda da organização econômica do país e a democratização da estrutura da economia nacional. Não concebemos a democracia a não ser como um regime governamental e que ao mesmo tempo, permita o livre jogo das forças sociais e se empenhe, no campo, com a abolição do latifúndio, das relações feudais de propriedade, intervenha nas cidades, na produção industrial e desenvolva o comércio, protegendo decidida e abertamente todas as forças vivas, em especial, os setores menos beneficiados da riqueza, que são os trabalhadores manuais e intelectuais (AGUSTÍN CATALÁ, 1981, p. 107).

Para os membros do PDN, colocar em andamento o processo de democratização necessitaria efetuar rápidas e profundas mudanças no interior da sociedade venezuelana. Desse ponto de vista, o PDN, diferencia-se da ORVE que visava uma democracia institucional, preocupada em unir os venezuelanos sem preocupar-se com questões sociais ou econômicas. O PDN visava essas mudanças, mas em função da assimilação do conceito de classe – pensado por Betancourt inicialmente no *Plan de Barranquilla* e no seu ensaio “*Con quién y contra quién estamos*” – incorporava os grupos sociais desprivilegiados ao seu programa e a sua ação, concentrando na noção de povo os maiores beneficiários desse processo de transformações. Para o PDN, a democracia deveria ter um viés participativo com um forte apelo econômico expresso na sua política social.

Segundo o PDN, posicionar-se como esquerda significava distanciar-se dos liberais, à medida que excluía a base individualista do pacto social que originava a sociedade política e o livre mercado sem a intervenção do Estado, como mecanismo de concessão de recursos econômicos. A proposta pedenista não se identificava com a “coletivização” ou a planificação estatal em todas as atividades relacionadas à produção e distribuição das riquezas. Ele se opunha ao internacionalismo proletário do comunismo, e ao internacionalismo imperialista, como forma de desenvolvimento do capitalismo liberal que não respeitava as fronteiras nacionais. (SOSA ABASCAL, 2001).

O nacionalismo expressado pelo PDN traz o conceito de “nacionalismo revolucionário e amplo”, resgatando a influência da ARDI, que associava o nacionalismo ao antimerchandismo, como uma forma de não se submeter ao imperialismo, e com a influência do aprismo, à necessidade do monopólio estatal como forma de um nacionalismo econômico, princípio oriundo de reflexões acerca do petróleo e a necessidade de nacionalizar a produção desse produto, um tema inicialmente discutido por Betancourt no seu primeiro exílio, quando escrevia

sobre os problemas venezuelanos. Essa idéia de nacionalismo surge também em oposição ao domínio do capital estrangeiro, e na proteção do desenvolvimento das indústrias nacionais.

No momento em que Betancourt forma o seu partido, ele consegue projetar-se na sociedade buscando efetivar todo o ideário proposto pelo PDN. O seu objetivo principal esteve além da agitação política e da propaganda doutrinária local. Ele almejava, internamente, uma organização de partido com um alcance nacional. A presença do leninismo, nesse momento, é bastante reforçada. Podemos enfatizar aqui os laços de Rómulo Betancourt com o leninismo por meio dos seus próprios escritos. O seu interesse pelo leninismo ocorre após 1929, ainda que mantenha uma relação conflituosa com os comunistas. A fase em que esteve na Costa Rica, entre 1932 e 1935, Betancourt escreve a Mariano Picón Salas uma carta onde declara que é demasiado realista

[...] para importar o socialismo marxista com o mesmo critério servil e colonialista dos avós da década de 10, quando transplantavam na América as constituições jacobina, sem adapta-la previamente à nossa realidade, que é distinta da européia. Esse trabalho de adaptação do socialismo marxista à nossa realidade significa estudar, trabalhar e construir uma análise e uma investigação própria; coisas inacessíveis a maior parte do leninistas dos trópicos (AGUSTIN CATALÁ, 2005, p. 186).

A autonomia do partido se tornou também um tema fundamental na discussão entre os pedenistas e comunistas porque, para os comunistas, o partido se tornava uma mera agremiação de interesses individuais. No entanto, para os pedenistas, a consulta, o diálogo e a discussão eram fundamentais, visto que buscavam um partido como uma organização orientada para a conquista do poder político, com o objetivo de realizar um programa político sustentado em bases ideológicas igualmente compartilhadas pelos seus membros. O PDN não possuía uma proposta classista no sentido marxista, pois a sua base estava nas classes e nos setores sociais que buscavam uma transformação democrática e antimperialista no país. Para o PDN, o povo venezuelano era formado por uma diversidade de estratos e setores sociais, representando o povo real e não o povo ideal, no sentido que os comunistas lhe atribuíam. Assim, a definição de classes se apresentava como o grande dilema dos partidos, levando-os muitas vezes a drásticos antagonismos. Na linguagem dos protagonistas, as divergências entre o PDN e o PCV concentravam-se no debate sobre o sujeito político e o processo de transformação social, ou seja, quem conduziria a revolução. Para o PCV, seria o proletariado, dirigido pelo partido de vanguarda, o Partido Operário, e para o PDN, o veículo da transformação era o povo (SOSA ABASCAL, 2001, p. 204).

A relação conflituosa entre o PCV e o PDN tornou inviável qualquer aliança duradoura entre eles. O grande ponto de cisão entre os dois partidos estava na leitura do marxismo e, por consequência, nas determinações da Internacional Comunista. Para o PDN, o PCV tornou-se apenas uma parte da Internacional Comunista, sem preocupar-se com a questão nacional, ignorando a realidade venezuelana. Por outro lado, o PDN optou pelo rompimento com a Internacional Comunista e, por conseguinte, com o PCV, optando por um programa político que privilegiava a questão nacional.

Como afirmamos acima, as distinções entre o PDN e o PCV deviam-se também às concepções de sujeito histórico, o que nos remete aos debates das esquerdas latino-americanas, pois se refere diretamente às formas de concepção do “fazer” e compreender a política, acabando por diferenciar as esquerdas. Nesse sentido, o pedenismo apresentava-se, portanto, como distinto tanto do liberalismo como do comunismo. Especialmente em relação a estes últimos, contestava a sua auto-definição como vanguarda política da classe operária, mas também a ênfase dos comunistas em conquistas imediatas, além da sua visão instrumental e etapista da democracia.

No seu exílio, Rómulo Betancourt também esteve no Chile de novembro de 1939 a janeiro de 1941, país considerado por ele como de grande importância, em razão da experiência da Frente Popular e da importância do Partido Socialista Chileno. No exílio, Betancourt procurou conhecer o país, com o objetivo de buscar uma efetiva colaboração política. Nesse momento, ele já tecia diversas críticas ao papel desempenhado pela Internacional Comunista, pois para ele era necessária uma coordenação política latino-americana de esquerda democrática. O maior problema da Internacional Comunista, em sua opinião, esteve na falta de atenção às especificidades das nações latino-americanas e na falta de autonomia das organizações nacionais comunistas.

A Internacional Comunista concebia as Frentes Populares como a unidade das organizações operárias aliadas às organizações burguesas de esquerda, com o objetivo de enfrentar o fascismo (SOSA ABASCAL, 2001, p. 170-173). No entanto, Betancourt definia a sua concepção de frente única:

Quando falava de frente única, entendia que na base teria gente sem antecedentes políticos duvidosos e por esse fato aceitaria nosso programa de luta, indicando o seu propósito de estar disposto a lutar contra a ordem burguesa. Esse conceito de frente única é algo diametralmente oposto ao que professavam e praticavam estes stalinistas castrados, dóceis ao comando da III, nos anos posteriores à morte de Lênin (BETANCOURT, 1990, p. 409).

O PDN propôs-se a passar de uma organização “frentista” a uma organização única, a um partido da esquerda venezuelana. Para os pedenistas esta seria a melhor resposta à repressão do governo. Dessa forma, as esquerdas tornar-se-iam uma organização unificada que poderiam planejar e controlar a ação das massas, ampliando a sua ação por todos os setores da sociedade venezuelana, convertendo-se em uma forma alternativa de poder. Alguns comunistas radicais caracterizaram o PDN como liberal e burguês. Em contraposição, os pedenistas contestavam essa caracterização e afirmavam os propósitos revolucionários do partido e sua maior capacidade de defender os interesses da população. O PDN defendia os interesses de diversos grupos da sociedade que compunham as diversas realidades do país, como os operários, camponeses, funcionários, pequenos comerciantes, pequenos industriais, estudantes e intelectuais revolucionários. O inevitável afastamento entre o PCV e o PDN aconteceu, assim, porque enquanto os dirigentes comunistas sentiam a necessidade de converter-se em uma Seção Venezuelana da Internacional Comunista, os dirigentes da esquerda democrática pedenista buscavam autonomia em relação àquela organização:

Do nosso choque com os fiéis a linha da III podem resultar duas soluções, uma: ou bem nós constituímos dentro do PCV uma ala oposicionista, ou bem nós constituímos, à margem da III, um partido revolucionário, intitulado ou não comunista, em luta aberta contra a burguesia criolla e imperialista, aspirando capturar o poder político para desenvolver um programa mínimo revolucionário (um *Plano*, com adições possíveis, mas sem perder o eixo principal, pois ele será para nós apenas como um guia). O que nós não podemos ser é “intelectuais sem partido”. [...]. Nos unimos por uma mesma convicção: a de que a tática radical da III, sobretudo em relação ao ant imperialismo, é extremamente perigosa, porque os resultados positivos não correspondem ao alarme para a definitiva emancipação dos trabalhadores. [...] Em síntese, amalgamamos uma verdadeira frente ideológica, com critérios firmes, com uma ideologia sem dúvidas, com a intenção de poder amanhã deslocar-se de dentro do PCV, da ala stalinista mesmo que com dificuldades, dos corrinhas domesticados do *Buró del Caribe* (BETANCOURT, 1990, p. 354-355, grifo do autor).

No entanto, romper com o mito da unidade das esquerdas significaria converter-se em um traidor da causa popular e um aliado da direita, vista a dispersão que causaria, e isso ampliaria o espaço político do governo e das forças reacionárias, neutralizando o movimento popular. Outro problema estava na militância, que era pequena e difícil de mantê-la em meio à clandestinidade. Dessa forma, as dificuldades impediam a ruptura entre o PDN e o PCV; no entanto, a incompatibilidade ideológica e política se mostrou evidente.

O PDN foi, muitas vezes, denominado como um partido reacionário ou anti-revolucionário e a favor do imperialismo, identificado com as burguesias nacionais. O pede-

nismo era, para os comunistas, uma ideologia burguesa disfarçada com o uso superficial do marxismo.

A aproximação do PDN com o APRA era compreensível, pois existiam semelhanças teóricas. Rómulo Betancourt relacionava-se com líderes apristas com o objetivo de gerar laços entre os partidos nacionalistas de esquerda democrática. Durante a sua trajetória, Rómulo Betancourt aproximou-se diversas vezes do aprismo, adotando a proposta de uma “Frente Única” para a revolução, que faz parte do ideário aprista. Em 1924, Haya de la Torre não apenas caracterizou o APRA como uma “Frente Única”, como sublinhou a necessidade de frentes únicas latino-americanas, como uma estratégia de ação revolucionária. Esta orientação ideológica que Betancourt outorga ao grupo estudantil e à Revolução é marcadamente aprista. O programa do APRA também inclui temas ligados ao imperialismo, ao latifúndio e a todo tipo de exploração. Em 12 de outubro de 1932, Betancourt explica a sua atitude mais reservada em relação ao APRA. Esta se originou das críticas de seus companheiros que ele acatou disciplinadamente. Mas ele manteve uma certa simpatia por esse partido vista a sua postura heterodoxa diante do partido marxista, e o seu interesse por soluções genuinamente americanistas, além do seu incômodo diante de radicalismos excessivos (ROMERO; TINOCO; ROMERO, 1990, p. 19-20).

O termo social-democrata também foi associado ao PDN, com o intuito de desqualificar o pedenismo por um argumento stalinista, remetendo-se à polêmica entre mencheviques e bolcheviques, que resultou na divisão do Partido Operário Social-Democrata russo antes da Revolução de Outubro de 1917. Mas a questão discutida através desses argumentos estava na divergência de opiniões sobre a forma do processo que culminaria na revolução e o papel desempenhado pela burguesia e pelo proletário. Para os comunistas, os pedenistas baseavam-se na ideologia burguesa, por isso eram social-democratas, aqueles que trairiam a revolução socialista, conformando-se apenas com um avanço até essa etapa. Além dessa análise, Caballero (2004), também nomeia Betancourt como um social-democrata, porém esse autor baseia-se em outra linha da social-democracia, representada por E. Bernstein, além do fabianismo britânico. Na visão desse autor, a aproximação de Betancourt em relação a essa linha da social-democracia, pode ajudar a compreender o seu afastamento do PCV, além das reformas modernizadoras e da busca por mudanças através de reformas legislativas. Como já foi explicitado, em certos momentos da trajetória de Betancourt, principalmente quando esteve na ORVE, é possível aproximarmos essas características, identificando a ORVE com essa tendência social-democrata. Esse grupo, ao enfatizar a necessidade de estabelecer uma democracia baseada em uma tecnicidade da política, minimizando a importância de mudanças profundas na sociedade, privilegiando reformas legislativas, pode aproximar-se de elementos da social-

democracia. No entanto, anteriormente, com a ARDI e posteriormente com o PDN, essa tendência diluiu-se, dando lugar a um projeto político voltado para mudanças econômicas na sociedade, com um alto teor de radicalismo na sua prática política, perdendo elementos que a identifiquem plenamente com a social-democracia. Mas, com isso não negamos a possibilidade de elementos da social-democracia permanecerem no projeto político do PDN, posteriormente no projeto político da AD e como ferramentas na análise da realidade venezuelana.

A análise do pensamento político de Rómulo Betancourt nos coloca diante de diversas interpretações acerca da sua trajetória política e intelectual e uma das temáticas que emergem está ligada à vinculação de Betancourt ao marxismo. No prólogo de seu livro *Problemas Venezolanos* (1940) ele define a sua posição política:

Estou e sempre estarei na trincheira do povo. Luto e lutarei sempre nas fileiras da esquerda. Porém, defendo a solução dos problemas nacionais da Venezuela, imposta pela estrutura do país e pelo clima histórico em que vive. Estas soluções são diferentes das medíocres panacéias do liberalismo, inoperante e historicamente esgotado, e das fórmulas soviéticas (BETANCOURT, 1997, p. 170).

A partir desse trecho do livro de Betancourt, Caballero (2004) afirma que Betancourt não é marxista, apenas leninista. Entendemos que a referência aos soviéticos no trecho, refere-se à III Internacional Comunista e a um conjunto de práticas que Betancourt nunca concordou. O que sempre existiu foi uma forte recusa ao marxismo da III Internacional, e isso difere do seu posicionamento frente aos conceitos do marxismo. Para ele era necessário discuti-los, analisando a possibilidade de serem utilizados como um método de análise dos processos históricos venezolanos. Betancourt sempre destacou a diferença entre o marxismo a ser aplicado a Venezuela e o marxismo stalinista da III Internacional Comunista, como nesse texto de maio de 1931:

Na Venezuela, reconhecer a existência do problema do camponês – com esse simples reconhecimento nos divorciamos para sempre da burguesia liberal, que apenas reconhece problemas de ordem política na realidade venezuelana – a partir disso, duas soluções nos são colocadas: a expropriação sem indenização de todos os latifundiários, aplicando com todo o rigor a linha política marxista-leninista; ou a expropriação, ou melhor, o confisco dos latifúndios de Gómez, seus familiares e amigos. Bem, adotar a primeira fórmula, é reconhecer que o caráter da nossa possível revolução, terminando com Gómez, será socialista e não simplesmente burguesa-liberal, com um conteúdo mínimo de reivindicações sociais. É dizer, cair no radicalismo, e mesmo que bem intencionado, não deixa de ser menos romântico e anti-materialista, característico dos companheiros da extrema esquerda que aspiram a sovietação do país como resultado imediato da queda do atual regime. Além dessa solução de ordem doutrinária existe outra, concreta, objetiva, *venezuelana*, que nos obriga a descartar a primeira fórmula (BETANCOURT, 1990, p. 263-264, grifo do autor)

Diversos epítetos foram atribuídos à Rómulo Betancourt buscando compreender os caminhos e descaminhos da sua trajetória política e intelectual. A caracterização de leninista foi atribuída a ele como um termo quase auto-explicativo. O mesmo acontece com outras expressões atribuídas a Betancourt na tentativa de sintetizar a sua trajetória e compreender a sua política. Para Arturo Sosa Abascal (2001), Rómulo Betancourt poderia ser definido como um comunista crioulo em razão de sua postura radical nas primeiras décadas de atuação política. Outro termo usualmente utilizado por autores como Luis Ricardo Dávila (1992) é o de “populista” ou “populista de conciliação” (Juan Carlos Rey, 2004). Esses autores fazem uso desse conceito para explicar um conjunto de posturas políticas que se aproximam, segundo esses autores, de personagens políticos também intitulados populistas, de acordo com características que indicariam que existe um domínio das práticas reconhecidas como populistas. E também utilizam o conceito de populismo para explicar os desdobramentos dos processos políticos venezuelanos nesse período e nas próximas décadas.

Ao analisarmos a trajetória política e intelectual de Rómulo Betancourt, não pretendemos nomeá-lo para compreender o seu pensamento e a sua ação política, pois, para nós, durante o período de 1940 a 1960, ele teve como objetivo buscar soluções para os problemas venezuelanos e, para isso, buscou elementos que o auxiliassem nesse propósito, o de interpretar a Venezuela e usar essa análise como um instrumento, como uma ferramenta para direcionar a sua ação política. Para alcançar esse objetivo, elementos do leninismo, do marxismo, da social-democracia, do aprismo, e do comunismo (com severas restrições) foram essenciais na sua trajetória. Para ele, o melhor resultado desse processo de interpretação e ação política seria a instauração da democracia.

Para o PDN, a aplicação correta da análise marxista, longe das fidelidades stalinistas e ambições de controlar todas as esquerdas, estava no reconhecimento da necessidade de organizar a população. Ela seria entendida a partir de sua diversidade real e preparada para o exercício do poder. O PDN representaria a criação de um instrumento adequado para avançar nas conquistas democráticas, liderando as transformações das relações fundamentais da sociedade venezuelana.

A AD viria a ser, em certa medida, o sucedâneo do PDN. A perspectiva que animou Rómulo Betancourt e seus partidários, no início da década de 1940, era a de buscar todas as alternativas para consolidar a democracia na Venezuela. Para isso era preciso romper com o regime ditatorial vigente no país e com sua cultura autoritária.

Como vimos, Rómulo Betancourt percorreu uma longa trajetória que contou com vários exílios, passando pela Costa Rica, Colômbia, Chile, entre outros países. Nesse período, buscou compreender a realidade venezuelana, a partir de suas leituras do marxismo e do leninismo, que assumiram um caráter particular pelo crivo da sua interpretação.

Como vimos, as suas interpretações teóricas e a sua leitura da realidade venezuelana o levaram a estabelecer uma relação conflituosa com o Partido Comunista Venezuelano, uma vez que as análises de ambos a respeito da realidade venezuelana mostraram-se incompatíveis. Em setembro de 1941, AD foi fundada, congregando todos os anseios de Betancourt em romper com o regime ditatorial vigente e implantar um regime democrático na Venezuela.

CAPÍTULO 2

A FUNDAÇÃO E AS BASES DA *ACCIÓN DEMOCRÁTICA*

2.1 O pensamento democrático e a idéia de partido na modernização venezuelana

A década de 1940 assistiu a uma etapa decisiva na história venezuelana. O ano de 1941 se iniciou com a sucessão presidencial, em 05 de maio de 1941, quando o general Isaias Medina Angarita assumiu a presidência do país. A partir dessa data o cenário político do país passou a viver sob novas configurações. Essa fase foi marcada por avanços na vida política nacional, pois naquela nova gestão, os partidos políticos foram legalizados, podendo atuar sem grandes restrições. É nesse cenário político que se dá o avanço nas discussões relacionadas aos rumos assumidos pelo processo de modernização. As discussões tinham como base a articulação entre a modernização, a democracia e o papel dos partidos políticos nesse processo, bem como a posterior configuração da sociedade e suas formas de participação da mesma nesses processos políticos.

Diversas medidas da gestão de Medina Angarita foram compreendidas como o início do processo democrático no país, caracterizado pela legalização de partidos políticos no país, entre eles, o PDN e posteriormente a AD. Esse partido encontrou nessa gestão o momento mais favorável para a sua fundação e institucionalização. E, sem dúvida, a fundação e a legalização desse partido contribuiu de forma definitiva para o processo de democratização política no país.

O PDN foi legalizado em junho de 1941, mas a perspectiva de seus líderes era formar um novo partido. Mesmo antes da legalização do PDN, em 11 de maio de 1941, seus líderes decidiram que o nome do novo partido seria *Acción Democrática* (AD), criando um comitê para organizá-lo. Dois meses depois da sua legalização, o presidente Medina Angarita autorizou o funcionamento da AD, em 13 de setembro de 1941. E, nesse dia, realizou-se a primeira assembleia pública do partido. Com o novo nome, o partido foi presidido por Rómulo Gallegos e Rómulo Betancourt.

A fundação da AD ocorreu em um momento importante na vida política do país, foi considerada por muitos autores, como o início da democratização política no país pois, esse processo iniciado por López Contreas, que contou com a institucionalização e a concessão de alguns direitos à população, apesar do um rígido controle, continuou de uma forma mais ampla com a gestão de Medina Angarita.

Com o governo de López Contreas e posteriormente com o de Medina Angarita temos o desenvolvimento do processo de modernização no país. O processo de modernização, iniciado no governo de López Contreas, enfatizou a economia, através de uma visão evolucionista da política, excluindo a necessidade de uma democracia social e política e, dessa forma, con-

tribuiu para a polarização das propostas de modernização no país. Oposta ao modelo de modernização do governo de López Contreas, a proposta de uma democratização social e política, com ênfase na mobilização social, animava a chamada esquerda moderada, representada pelo PDN (MARTÍNEZ, 2004).

A partir de 1941, a modernização¹⁶ passou a ser o tema discutido entre as distintas forças políticas no país. Dentre os demais idealizadores da modernização, Rómulo Betancourt também se insere nesse grupo, através do seu projeto nacional, com o tema da modernização sempre atrelado ao da democracia, unindo análises teóricas com análises da realidade nacional.

As principais divergências entre os projetos de modernização apontavam a luta para definir quem seria o sujeito histórico capaz de conduzir o projeto modernizador. Essas divergências se centravam na estratégia para executar esse projeto modernizador, de acordo com as prioridades de cada um dos grupos políticos. Para Patrícia Soteldo Rojas (1999), as divergências se localizavam entre os projetos modernizadores da corrente elitista e da corrente democrática e nacionalista. A primeira corrente era representada pelos aliados do governo do general López Contreas e Medina Angarita. Para eles, o Estado seria o instrumento desse grupo, pois ele possuiria os recursos necessários para a transformação da economia, prioridade dessa corrente, além de assegurar a sua permanência no poder. Essa corrente identificou o surgimento dos partidos políticos e a luta conseqüente desse surgimento, como um desperdício de energias para o desenvolvimento do país. Para eles, os direitos políticos e o exercício da democracia seriam uma consequência da modernização, e antecipá-los poderia estagnar o processo modernizador e, por isso, as demais dimensões da vida democrática não foram prioritárias para esse grupo. A prioridade esteve em assegurar a existência de um país industrializado e moderno. Nesse sentido, a democracia se convertia na meta final e não em um meio para alcançar a modernização.

A corrente democrática nacional, representada principalmente pelo PDN, considerava-se a própria representante do sujeito histórico do seu projeto modernizador, ou seja, a grande massa, o povo. O povo precisaria de uma vanguarda que o representasse, ou seja, o partido político, organizando atividades sistemáticas, com o objetivo de consolidar a demo-

¹⁶ O conceito de modernização corresponde à mobilização social. Modernizar-se não é um ato de destruição do tradicional, nem a repetição da experiência dos países considerados modernos. Não é a consequência de um estado final de plenitude, onde todas as boas coisas vem juntas, seguindo-se a partir disso, o “fim da história”. A modernização é um processo de atualização das nações que não querem ficar fora da dinâmica internacional fundamental, independentemente da forma que esta foi dirigida. Ela é um processo de aprendizagem de habilidades que os sistemas requerem para responder as exigentes mudanças nos diversos setores (SALAMANCA, apud MARTÍNEZ, 2004, p. 62).

cracia. Essa corrente enfatizava a necessidade de um regime democrático representativo, com o sufrágio universal, onde as eleições diretas e universais legitimariam o acesso ao governo e a hegemonia do poder político. Por congregar essas características, essa corrente modernizadora posteriormente rompeu com o positivismo e com o comunismo (SOTELDO ROJAS, 1999, p. 25).

Para Betancourt, os primeiros anos da gestão de Medina Angarita foram marcados por um lento processo de democratização em alguns âmbitos da vida política venezuelana. A livre expressão de pensamento e a legalização dos partidos foram aspectos fundamentais nessa gestão, que incluiu a fundação da AD. No seu discurso do primeiro ano da AD, Betancourt falou da importância do partido na vida política do país,

A Acción Democrática celebra hoje o seu primeiro ano de vida. Doze meses primordiais passaram-se desde a nossa primeira assembléia pública no *Nuevo Circo* de Caracas. E temos a convicção de que este aniversário de vida de um partido político independente deve ser motivo de regozijo venezuelano, não apenas para os que formamos com fervor de convencimento, agora em suas fileiras. Porque o fato de que podemos nos organizar e crescer nacionalmente, revela fundamentalmente duas coisas. A primeira, que era tão caprichosa como falsa, a do critério dos que negavam a capacidade do venezuelano para a organização, a disciplina e o desinteressado entusiasmo, valeria melhor dizer: o patriótico entusiasmo. A segunda, que já pertence ao passado, a um passado que é doloroso e vergonhoso, foi a crença de que um país civilizado apenas deve escutar a palavra inapelável de quem o governa. [...] Dissemos no começo da nossa atuação pública que não seríamos um partido “caraquenho” fechado dentro dos postos de controle policial da capital, atentos exclusivamente às palpações de nossa pretensiosa metrópole. Somos apenas um partido nacional, que irá à província com a sua palavra e com a seu discurso, para contribuir com a sua incorporação ativa na vida política da Nação. [...] É muito interessante observar que os militantes do partido, vem de todas as classes produtoras do país, conforme a orientação de organização exclusivamente democrática. Não somos um partido integrado exclusivamente por operários e camponeses, já que é bem definida e melhor conhecida, a nossa apreciação de que um partido uniclassista não é capaz de comandar exitosamente o povo venezuelano nas suas mais importantes conquistas. Por isso, na Acción Democrática trabalham coordenadamente industriais e comerciantes de mentalidade evoluída e moderna, profissionais e operários, camponeses e agricultores, intelectuais e artesãos (BETANCOURT, 1999, p. 232-233, grifo nosso).

Em artigo publicado no periódico *Acción Democrática*, em 02 de maio de 1942, Rómulo Betancourt apresenta a sua opinião sobre a mensagem anual do presidente Medina An-

garita às Câmaras Legislativas, reunidas no Congresso em 25 de abril de 1942. Para Betancourt,

No período do governo do General Medina, é certo que ocorreu liberdade de organização política e que os partidos como o nosso, atuaram sem outros impedimentos derivados de leis antidemocrática, como a chamada de “Ordem Pública”. Pela borda, tira-se oficialmente essa prática dissimulada, tão própria do quinquênio lopecista, de legalizar organismos políticos, para logo restringir enganosamente o exercício do direito constitucionalmente garantido aos venezuelanos de organizar-se em partidos e associações lícitas. [...] O exercício de outras liberdades democráticas, entre elas, a livre expressão do pensamento, também foi respeitada pelo atual governo. Nesse sentido, dentro de uma apreciação global e de conjunto, o saldo da atual Administração foi positivo, e diferente do quinquênio do seu antecessor não houve coação, o fechamento de jornais e perseguição de escritores (BETANCOURT, 1999, p. 227-229).

Apesar dos aspectos positivos da gestão de Medina Angarita, a sua eleição para o período de 1941 a 1945, significou o triunfo da elite cívico-militar, assegurando a sua permanência no poder ao manter o seu domínio sobre o aparelho estatal. A diferença estabelecida entre o governo de Medina Angarita e do general Gómez fez com que ele assegurasse esse poder através da sua imagem de modernizador. Essa imagem de modernidade encerrava a concepção evolutiva da democracia. Ao anunciar as diretrizes de seu governo, definia-se que a democracia se limitaria ao rígido cumprimento das leis e a consolidação dos princípios liberais constitucionais, destacando também a necessidade de diversificação e equilíbrio da economia venezuelana (SOTELDO ROJAS, 1999, p. 28).

Diante da plataforma de governo de Medina Angarita, o projeto político de Rómulo Betancourt para modernizar o país se encontrava em uma posição antagônica. Vista a sua definição de democracia e de modernização, ele advertiu a população quanto as restrições democráticas daquele governo:

Em um país como a Venezuela, com uma estrutura marcadamente presidencialista, as palavras do presidente adquiriram uma particular transcendência. O Poder Executivo direciona todos os atos do Estado, além dos golpes que deformam a vida institucional do país com um Congresso que acaba sendo um prolongamento, ou apêndice daquele grupo. A integração de ambas as Câmaras, por uma esmagadora maioria de funcionários públicos, [...], determina que a vontade legislativa e executiva confunda-se, identificando-se plenamente (BETANCOURT, 1999, p. 227).

O projeto político da AD teve como base a democratização da sociedade, localizada em um contexto de modernização social e política. Betancourt esboçou uma idéia de moder-

nidade, diretamente ligada ao programa da AD e de democracia que envolveria toda a sociedade venezuelana, destacando o papel do Estado no processo de democratização e de modernização. Em relação à vida econômica do país, Betancourt chama a atenção para a importância do Estado no projeto político do partido:

Temos um particular interesse no problema econômico do país, o da produção nacional. Do exterior nos vem muito pouco, e menos será o que amanhã nos virá. Assegurar o abastecimento interno requer uma ação planificada, audaciosa, de vasto alcance. Esta ação não pode realizar-se na Venezuela a não ser pelo Estado, mobilizando, a seu conju-ro, a iniciativa privada. E se reclamamos algo, com uma urgência de obsessivos por uma grande idéia, é que o Estado venezuelano cumpra sem mais demoras essa função de governar na vida nacional. Claro que, respeitando os legítimos interesses privados dos produtores, e desdenhando as ameaças e coações da enquistada e soberba oligarquia da usura (BETANCOURT, 1999, p. 234).

O projeto político de Betancourt e da AD destacou a importância do desenvolvimento econômico do país, pois entendiam que um dos grandes problemas estava no fracasso da economia nacional. Betancourt afirmava que o país era rico e paradoxalmente empobrecido, destacando a importância do papel do Estado no desenvolvimento do país. O Estado venezuelano, segundo ele, manejava milhões de bolívares com a produção de petróleo, mas contava com a pobreza da maioria da população. A partir dessa situação,

Acción Democrática disse em seu programa que em um país de riquezas e possibilidades econômicas como o nosso, não tem por que estar agoniado de necessidades insatisfeitas. E que apenas requer o acordo de um plano científico, audacioso e bem elaborado de impulso à produção nacional, alcançando uma era de prosperidade. Nosso partido considera que, para esse propósito, o Estado venezuelano tem uma tarefa central por realizar. Devido às peculiaridades da nossa estrutura econômica, o Estado venezuelano conta com uma disponibilidade de dinheiro e com recursos de toda ordem, o que o sinaliza como pioneiro, como o “baquiano”, nesta tentadora empresa da reconstrução nacional (BETANCOURT, 1999, p. 321, grifo nosso).

O discurso de Rómulo Betancourt pronunciado em 01 de junho de 1942 no Teatro Olímpico, tratou também de assuntos relacionados a situação econômica do país, evidenciando o papel do Estado

O Estado, pelo seu determinante peso específico na vida nacional, é o que deve tomar a iniciativa de planificar em todos os aspectos da produção, distribuição e o consumo, realizando uma enérgica política econômica de guerra. Ao sustentar a tese de que a economia nacional deve se planificar, isso não significa que nós defendemos uma sorte de capitalismo de Estado, dentro do qual deixe a iniciativa privada su-

bordinada por completo à vontade oficial. Defendemos a elaboração de um plano harmônico em conjunto em que se acorde o Executivo, com todos os fatores que intervenham no processo de produção e distribuição de riqueza, a fim de que o país aproveite esta hora de incerteza para vitalizar a sua agricultura e para dar um audacioso impulso na sua indústria (BETANCOURT, 1999, p. 336).

O papel do Estado se tornava fundamental na vida política e econômica do país pois, ele teria a função de distribuir a renda de forma igualitária, sem privilégios, além de intervir na economia sem prejudicar a iniciativa privada, primando pelo amplo desenvolvimento econômico

A democratização real de todos os órgãos do poder público não pode se adiar mais. [...] A política social restrita e com a falta de contato direto com o povo, receoso e desconfiado deve ser eliminada. O conceito de que é com a mentalidade de clã que se deve dirigir o destino do país, optando por sistema a voz independente e o critério que não esteja mediado ao cargo público, deve ser abolido. O executivo deve dar beligerância a sugestão responsável que emerge da rua, expressa através dos partidos políticos sérios e de periódicos da confiança popular, abandonando, de uma vez por todas, esse receio simples e mesquinho contra quem não ocupa um cargo no escalão (BETANCOURT, 1999, p. 213).

O tema da intervenção estatal sempre esteve presente nos textos de Betancourt, além de compor o programa da AD. Ele sempre destacou a importância da participação efetiva do Estado no processo de modernização ao viabilizar a democratização no país. No programa político da AD e no projeto político modernizador e democrático de Rómulo Betancourt, o Estado sempre ocupou um papel importante. Nos seus artigos *“El ‘Intervencionismo’ estatal autocrático”*, publicado em 19 de setembro de 1944, e no artigo *“El Intervencionismo de Estado en países democráticos”*, publicado em 20 de setembro de 1944, Rómulo Betancourt enfatiza a questão da intervenção do Estado:

Existe uma superficial propensão a confundir o intervencionismo de Estado com as tendências socializantes. E a dividir os homens entre democratas reacionários, segundo o seu maior ou menor fervor pela ingerência estatal na vida econômica dos povos. Essa tentativa de calibrar a mentalidade política de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, segundo o grau de adesão ou de repúdio que manifestam frente ao intervencionismo estatal, é uma flagrante bobagem. [...] Sem medo de errar, pode-se assegurar que atualmente não existe nenhum país do mundo, democraticamente governado, onde o Estado seja um espectador passivo diante dos processos econômicos. O intervencionismo estatal é um fato definitivamente incorporado à realidade do nosso tempo. Esse intervencionismo estatal dos países democráticos corresponde à necessidade de proteger a maioria desbotada do afã de

extorsão das hipertrofiadas potências do dinheiro. É a resposta necessária ao processo de concentração de fabulosos capitais em poucas mãos. Os consórcios ou monopólios, com os seus métodos de cobrança injusta do consumidor, e das indústrias e comércios médios provocaram a reação defensiva da coletividade. Essa reação cristalizou, em organismos estatais, modos de impedir o literal esmagamento dos setores economicamente débeis de uma sociedade, pelos tentáculos dos grandes *trusts* (BETANCOURT, 1999, p. 400-403, grifo do autor).

Para Betancourt, a intervenção estatal é uma prática política que visa defender as camadas sociais menos favorecidas que enfrentavam a pobreza, e ao mesmo tempo, defende a produção nacional frente o capital estrangeiro:

Alguns argumentam que não existe nenhuma dessas formas de intervencionismo estatal nos templos idílicos do liberalismo econômico, quando muitos países se enriqueceram e prosperaram. Nos Estados Unidos, Henry A. Wallace, em seu estupendo estudo sobre a gênese e as características da Constituição norte-americana, fala do anseio que consiste no retorno a esse perdido paraíso do “laissez-faire”. A verdade é que o monopólio, o consórcio, o *trust*, são conjuntamente, fatos fatais dentro do sistema capitalista de produção e a negação do livre cambio. O intervencionismo de Estado, como réplica da coletividade ao controle por alguns dos recursos econômicos de um povo, resulta em uma derivação também fatal da forma que em nos nossos dias assume a concentração de capitais (BETANCOURT, 1999 p, 404, grifo nosso).

Nesse período de formação e consolidação da AD, além de formular o seu projeto político, Rómulo Betancourt dedicou-se a percorrer todo o país para compreender os seus problemas e estabelecer estratégias. À medida que ele avançava a sua pesquisa em escala nacional, ganhavam novos contornos e revelavam a sua crescente força política junto à sociedade. Ele percorreu todo território nacional, divulgando o programa político da AD, buscando a adesão de novos militantes, com base no seu princípio elementar: “nem um distrito, nem um município sem seu partido” (BETANCOURT, apud, SOTELDO ROJAS, 1999, p. 34).

Três mil quilômetros de estrada percorrida em “dois para quatro” (ou “cuca-racha”, como se diz em Zulia), e o saldo de distância percorrido nesse giro pelo ocidente venezuelano foi desbravador. Um aspecto mais positivo, foram os delegados do Diretório do Partido do Povo, vindos da Cordilheira e de Zulia. Em termos pessoais, uma reserva de profundas emoções, um estímulo acumulado em nossa intimidade para continuar a luta. Em termos políticos, uma maior estabilidade na organização das nossas seções e a exposição do programa realista da Acción Democrática a multidões fervorosas. Em termos nacionais, um trabalho de integração venezuelana, uma ofensiva motorizada e desmanteladora contra a criminoso discussão inter-regional, criada por politiqueros de aldeia, por míopes caciques de casebres, interessados em impedir a unificação total do povo (BETANCOURT, 1999, p. 221).

Em seu artigo publicado no *El País*, de 19 de janeiro de 1944, intitulado “*Fracasó una Areperia*”, Betancourt contou a história de seus amigos que fecharam uma pequena indústria produtora de *arepas* de milho na cidade de Caracas. Ao contar esse incidente, Betancourt mostrou através dele um dos problemas da economia venezuelana. Ele dizia que

O fracasso da areperia de Garcia Arocha e Alfredo Cortina tem a sua raiz na desarticulação da economia venezuelana. Este absurdo até agora insolúvel – porque o Estado venezuelano tem um santo horror de encarar com energia os problemas – constituído pela disparidade existente entre o preço que os agricultores vendem pelos seus frutos e o preço pago pelo consumidor, depois de passar pelas forcas “caudinas” dos intermediários. Essa empresa que fechou as suas portas não podia pagar o elevado preço a que se cobra o preço do milho. [...] O Estado deve intervir energicamente para colocar o pão de milho ao alcance do consumidor. É a obrigação dele. O seu dever é o de velar pela saúde pública, e além do mais, deve fazê-lo como ato de contrição. Porque se o consumo de pão de trigo é vetado para vastas camadas da população venezuelana, deve-se à insaciável voracidade fiscal do governo, que multiplica o seu dinamismo quando cobra impostos e desloca-se com lentidão para eliminar tributos (BETANCOURT, 1999, p. 369-370, grifo nosso).

No projeto político da AD, o Estado assumiria esse papel, aliado à preocupação com a questão nacional, justificada por um conhecimento dos problemas regionais venezuelanos. A partir desses temas, formular-se-ia uma proposta com a construção de uma economia moderna, aliada a um programa social, garantindo a cidadania social. No artigo citado acima, Betancourt enfatizou o papel central do Estado no gerenciamento da vida política, econômica e social do país. Ele apontava a incapacidade do Estado naquele momento para gerenciar a economia do país, não intervindo na economia local quando necessário, levando-a ao fracasso, como aconteceu na história descrita no artigo.

Para Betancourt, a participação do Estado, a questão nacional e o partido político eram elementos que contribuiriam decisivamente no processo de modernização, pois a modernidade significava também romper com a tradição. Para ele, um partido nacional era, em primeiro lugar, o unificador de regiões, sem o predomínio de nenhuma região sobre outra, de acordo com a contestação da tese da hegemonia andina, compondo um partido das massas. A sua concepção de um partido, com bases e propósitos nacionais, remetia-se à compreensão da realidade venezuelana e afirmava que:

[...] “se a nossa realidade é distinta, desde o princípio, nossa tática de luta também deve ser distinta. [...] Estou convicto de que fizemos mais pela Venezuela tratando de estudar os problemas que amanhã vamos resolver como parlamentares e como homens de Estado”. (BETANCOURT, apud NJAIM, 1989, p. 154).

A idéia de partido político para Betancourt sempre esteve vinculada a um projeto político para a Venezuela e posteriormente para a América Latina. Para Njaim (1989), a trajetória da concepção de partido para Betancourt, teve como objetivo estabelecer os alicerces para a incorporação de um novo ator político, o próprio partido político, buscando um novo tipo de ação política, que viabilizasse a sua permanência na sociedade.

Na Venezuela, o partido político desempenharia um papel central no processo de democratização política. A partir da instauração da dinâmica partidária, implementou-se uma nova lógica política no país, construindo novos sujeitos históricos, com a incorporação da população no processo político, mesmo que de uma forma tímida.

A necessidade de incorporar o povo ou as “massas” – expressão usada naquela momento – ao mundo dos direitos, cultura, liberdade e justiça social era uma preocupação de Betancourt, pois isso significava democratizar o país e avançar o processo de modernização. Seu objetivo era o de converter o povo em sujeitos de sua própria trajetória histórica, através da implementação de mecanismos que permitissem a tomada de decisões referentes ao bem-estar social.

As aspirações de Betancourt presentes na luta para constituir uma organização partidária democrática e nacionalista que incluísse todas as classes, teriam plenas condições de se concretizarem com a legalização do PDN, posteriormente assumindo o nome de AD. Algumas dimensões constitutivas do anterior PDN passaram a compor a AD, entre elas a democrática. A AD manteve o objetivo de ser um partido que contemplaria todos os estratos sociais, que pretendessem modernizar o país. A modernização implicava em um processo de mudanças sociais em que a democracia teria uma importância fundamental. O propósito dos primeiros anos da AD era o de fazer com que a democracia fizesse parte da cultura política dos venezuelanos. A proposta de uma democracia representativa e participativa foi uma das dimensões da luta política desse partido, conquistada através do voto popular (SOSA ABASCAL, 2001).

Nessa trajetória de construção de uma estrutura partidária, a idéia de um novo projeto de nação tornou-se mais intensa. Uma parte fundamental desse projeto esteve na proposta de estruturação da sociedade venezuelana, inicialmente proposta no *Plan de Barranquilla* e idealizada nas cartas de Betancourt, onde ele citava a existência de novas forças sociais que necessitavam de organização para romperem com a política gomecista. Essa organização social, composta pelas novas forças seria promovida pelo partido político nascente, ou seja, o PDN. Temas como a sua definição de classes, em constante debate com os comunistas, o fim do latifúndio, assunto inicialmente discutido no *Plan de Barranquilla*, posteriormente desenvol-

vido no programa do PDN e consolidado no programa da AD, ganharam destaque nessa nova proposta de organização social. Essa nova organização social se basearia na concepção de democracia expressa por Betancourt, inicialmente esboçada e posteriormente definida nos documentos de partido, compondo uma parte fundamental do seu pensamento político. Dessa forma, o partido político tornou-se também uma forma de concretizar o seu ideário. Para ele, com o partido político, “iniciou-se a segunda independência nacional e ele contribuiu decisivamente para o avanço, prosperidade e dignificação da República” (BETANCOURT, 1941 apud NJAIM, 1989, p. 126).

A concepção de partido político de Betancourt inicialmente esboçou-se no *Plan de Barranquilla*, onde ele escreveu: “Quem escreve esse plano compromete-se a lutar pelas reivindicações nele sustentadas, e a ingressar como militantes no partido político que se organizará dentro do país sobre as suas bases” (BETANCOURT, 1990, p. 242). O partido teria também um importante papel estratégico na consolidação dos objetivos políticos de Betancourt, sendo um dos principais instrumentos para viabilizar a democratização no país, no início do processo de modernização. Para isso, a organização interna do partido tornava-se essencial. No seu artigo *¿Com quién y contra quién estamos?*, publicado em 1932, Betancourt evidenciou os grupos que estariam unidos contra o gomecismo e as instituições criadas por ele e, posteriormente, em suas cartas, ele esboçou como esse grupo deveria estar organizado para instaurar uma nova organização política e social no país.

Em carta aos seus companheiros, Betancourt evidencia a necessidade de criar um partido capaz de unir o proletariado e as camadas médias da população, com uma plataforma realista, e que contemplasse as aspirações de todos os setores da sociedade. Para isso, seriam necessárias palavras de ordem às massas para que elas se movimentassem, impedindo reações em momentos estratégicos de ação contra o gomecismo, e todos os seus seguidores. Em uma carta de 1932, Betancourt afirmava:

Em 1932, com um partido de massa organizado, o cárcere ou o novo desterro não será mas coisa para nos enfraquecer, porque atrás de nós teremos pessoas compactas com quem nos comunicaremos, com quem estaremos em contato, a quem daremos orientações políticas (BETANCOURT apud NJAIM, 1993, p. 152).

Betancourt sempre se preocupou com o alcance do seu partido em escala nacional, com a divulgação de todo o seu programa político e possivelmente ampliando o número de filiados. Para ele, o partido deveria ser conhecido nacionalmente, não estando restrito apenas ao ambiente universitário. Os seus escritos deveriam ser compartilhados por todas as classes sociais “liquidando dessa forma, o perigo de encerrar o partido dentro dos claustros universi-

tários e dos pequenos e escondidos grupos de intelectuais de esquerda que dominam o ambiente caraquenho” (BETANCOURT, apud, SOTELDO ROJAS, 1999, p. 42).

A denominação de esquerda sempre foi muito polêmica no país, por isso, a AD e seus membros sempre esclareceram o seu lugar entre as esquerdas e que tipo de oposição os caracterizava. Rómulo Gallegos, um dos presidentes da AD, definia o partido como uma oposição equilibrada, sem sobressaltos demagógicos pois, para ele, sem uma oposição séria e estruturada, “não pode existir democracia”. (SOTELDO ROJAS, 1999, p. 32). Um ano mais tarde, em 13 de setembro de 1941, Betancourt em um artigo publicado no jornal *El Universal*, define a idéia de oposição no partido:

Desde quando começamos a atuar publicamente, definimo-nos como um partido independente e de oposição. Na Venezuela, por partido de oposição entendia-se sempre um agrupamento de alguns homens que utilizavam o rótulo partidário como uma simples cortina de ferro. Na imprensa ou no Congresso, a oposição lembrava rapidamente a aventura armada. Creio sinceramente que no nosso curto lapso de vida demostramos a diferença que existe entre a clássica oposição venezuelana – a dos caudilhos ressentidos com o governante, por não poderem desfrutar do Poder – e a oposição doutrinária, impessoal e plena de intenções criadoras (BETANCOURT, 1999, p. 233).

A concepção de partido político de Betancourt sofreu influências de diversas tendências políticas, principalmente as de tradição marxista. A realidade venezuelana se tornava um importante elemento na composição da AD, contando também com as reflexões, análises e discussões sobre a questão das classes e a sua luta na Venezuela, tema que gerou muitas discussões, levando ao rompimento com o PCV. Membros do PCV, como Valmore Rodrigues, fizeram várias acusações contra Betancourt, uma delas, como a sua estreita proximidade com o aprismo, em uma carta enviada a seu amigo Ricardo Montilla, em Bogotá, no ano de 1932, publicada no *Libro Rojo* (1936):

Demasiado aprismo, oportunismo que não devemos deixar nos confundir. Para nós existe apenas um partido possível, e é o PC, com a sua linha leninista firmemente estabelecida, sem filtros de nenhum gênero. [...] criar um partido sobre bases opostas a ideologia que se professa, para depois voltar a ela e ao partido que a sustenta, isso é uma coisa que está muito perto da traição, ou melhor, ao pior dos oportunismos, ao oportunismo sem lei. Temos que combater o firmemente esse desvio aprista em Rómulo (AGUSTIN CATALÁ, 2005, p. 236-237).

A discussão da AD com o PCV encontra na questão nacional um ponto crítico. Para os membros da AD, discutir e aplicar o que viria da IC não era suficiente, seria necessário refletir sobre a realidade nacional. E a partir da realidade nacional, seria necessário definir o melhor caminho para a Venezuela, ou seja, iniciando o processo de modernização.

Betancourt fez referências a Lênin, destacando a sua importância na sua concepção de organização, disciplina e estratégia política, com a composição de uma única ideologia de grupo. E, nesse momento, lançou críticas aos comunistas por seguirem as propostas da III Internacional Comunista, apenas aplicando-as, sem nenhuma reflexão sobre a realidade venezuelana. E afirmou que o Partido Comunista Venezuelano não era um partido venezuelano, ele apenas representava a Terceira Internacional Comunista no país, que influenciava e direcionava alguns partidos políticos, que de alguma maneira, organizaram-se em alguns lugares da América Latina.

Nesse contexto de discussões, a III Internacional Comunista teve um papel de destaque, acirrando as divergências entre os partidos de orientação comunista, marxista ou socialista no interior da esquerda. A III IC tornou-se a base para os Partidos Comunistas, representando as determinações a serem seguidas. E foi nesse momento que em países como a Venezuela, que se ampliaram essas discussões com as propostas da IC e elaboraram novas interpretações da teoria marxista.

Na Venezuela, durante a década de 1940, diversas questões se tornaram temas de intensas discussões políticas entre os partidos políticos, principalmente com o PCV, envolvendo o comunismo e outras temáticas como a questão nacional, o fim da ditadura e a própria instauração do comunismo. Porém, cada um desses grupos políticos buscou atingir seus objetivos através de diversos meios. O modelo de ação e as suas finalidades foram assuntos que dividiram esses grupos, unidos sob a mesma denominação de esquerda.

A partir dessa situação, iniciou-se uma longa polêmica entre os membros da AD e os comunistas, onde Betancourt novamente reafirma o problema da dependência do PCV em relação aos preceitos da Internacional Comunista, fato que os impediria de compreender e intervir na realidade venezuelana, de acordo com o seu contexto nacional: “os partidos comunistas servem ou não servilmente, os vaivéns da política exterior soviética, mesmo que contrariando as necessidades nacionais dos países em que atuam” (BETANCOURT, 1944, apud, SOTELDO ROJAS, 1999, p. 124).

E Betancourt aproveita para explicitar o papel da classe trabalhadora no país em seu artigo “*Somos Democratas de Izquierda, Venezolanistas y Americanistas*”, publicado em 15 de abril de 1944, em resposta aos membros do PCV Gustavo Machado e Juan Batista Fuenmayor:

Sustentamos que, na Venezuela, a classe trabalhadora não tem densidade numérica, nem tradição cultural, nem um peso específico dentro do mecanismo econômico e social no país para constituir por si mesma um partido capaz de conduzir toda a Nação oprimida, buscando a conquista da demo-

cracia de fato, da justiça social e da liberdade nacional. Não é o agravamento da condição social do camponês, o setor mais oprimido da Venezuela, um motivo para dar a ele a possibilidade de assumir a direção de todo povo na luta por um futuro melhor. Por isso somos partidários – na teoria e nos fatos – de que o povo deve se organizar em um partido como a AD, onde o trabalhador manual e intelectual, o agricultor e o industrial e o comerciante que não se enriquece injustamente, tem um lugar e uma responsabilidade. Essa é a nossa concepção, firmemente defendida, ela não implica em impedir aqueles que pensam de maneira diferente do direito que os assiste na forma de organizar os seus partidos. Por isso, Fuenmayor mente ao dizer que levamos os pedenistas e os comunistas a estruturarem seus próprios quadros (BETANCOURT, 1999, p. 477).

Betancourt assumiu uma postura frente às correntes ideológicas imperantes no mundo na década de 1940, como o fascismo, o nazismo, o comunismo, o nacionalismo e a democracia. Ele firmou um posicionamento frente à Segunda Guerra Mundial, as relações econômicas e políticas do país com severas críticas ao desenvolvimento da economia venezuelana. As consequências da guerra resultaram em mais um aspecto fundamental no pensamento de Betancourt: a sua concepção americanista frente as relações entre as nações do continente americano. Essa concepção converteu-se em uma estratégia política e partidária que se desenvolveria nos próximos anos, com a também pela chamada Doutrina Betancourt. A sua concepção americanista ganharia legitimidade, reconhecimento, apoio nacional e internacional, principalmente dos Estados Unidos.

A AD nasceu, como vimos, a partir do PDN, com a elaboração e ampliação do seu projeto político, advindo dessas discussões entre as forças políticas no país, como os aliados do governo e o PCV, que ganhava destaque no cenário político venezuelano. O posterior distanciamento com essas principais correntes políticas se evidenciou com o rompimento com o PCV, além da cisão com todo o ideário positivista ainda vigente no país, através das elites políticas que apoiavam Juan Vicente Gómez e seguidamente Medina Angarita.

Esse distanciamento do comunismo e do positivismo por parte da AD, levou-a para esse caminho alternativo, composto por alguns preceitos marxistas, mas desvinculado da Internacional Comunista e dos partidos tradicionais do país.

O distanciamento do positivismo se iniciou a partir de 1936, período em que começou uma fase em que o governo esteve mais próximo das novas aspirações políticas no país, como a formação dos partidos políticos e os anseios por mudanças políticas, voltadas à democratização do país. Iniciou-se um processo que deu lugar a novas organizações sociais e políticas, entre elas, o PDN.

Rómulo Betancourt, um dos principais responsáveis pela criação do PDN, realizou esforços no sentido de se diferenciar ideologicamente dos comunistas e dos positivistas e conti-

nuou essa atividade nos primeiros anos da AD. O PDN discordava da concepção determinista da história, defendido pelo positivismo. No caso venezuelano, esse determinismo político expressou-se sob a forma de um pessimismo histórico que aceitava como inevitável, a recorrência de regimes personalistas, autoritários e ditatoriais. O projeto político de Betancourt se distinguia do positivista pois, para ele, o processo histórico era definido pelas decisões livremente tomadas pela sociedade. Ao dar forma e conteúdo ao PDN e a AD, Rómulo Betancourt partiu da concepção de uma sociedade autônoma, baseada em constantes mudanças, com diversos ritmos, compondo a intrincada trama da história (SOTELDO ROJAS, 1999, p. 22).

Para Martínez (2004), o autoritarismo era a concepção política e ideológica do grupo dominante, que estabeleceu durante décadas uma forma de comunicação com o Estado caracterizada principalmente pela concepção de família, a valorização da idéia do heroísmo, da valentia, da exclusão da mulher e das minorias étnicas, pelo racismo, e pela xenofobia, politicamente caracterizava-se pelo personalismo, a exclusão da maioria da população, o trato violento e discriminatório das dissidências políticas, das oposições políticas, o anticomunismo de Estado, as expulsões do país ou confinamento dos membros dos partidos de oposição. Essa “cultura autoritária” foi marcada por esses valores que estavam incorporados na vida cotidiana.

Até a década de 1940, a cultura política no país foi marcado por esse autoritarismo. A partir desse período, como vimos, diversas mudanças políticas passaram a operacionalizar transformações na vida política do país. O aparecimento e a legalização dos partidos políticos iniciou um processo de mudanças que seria percebido no interior da sociedade no decorrer das décadas de 1940 e 1950. O autoritarismo e o positivismo marcaram fortemente essa cultura política nacional até a década de 1940. Durante esse período, aconteceram diversas tentativas de substituir esses elementos característicos do autoritarismo por elementos democráticos, que estivessem dentro de outro esquema de pensamento, ou seja, entre o pensamento liberal e o democrático. No entanto, esse pensamento democrático atingiria apenas alguns setores da sociedade pois, não havia um projeto político que viesse a incluir a população dentro dessa proposta democrática (MARTÍNEZ, 2004, p.127).

Com a criação dos partidos políticos no país foi possível iniciar um debate sobre assuntos voltados às questões políticas, com a real possibilidade de abandonar o modelo ditatorial personalista presente no país até 1945. A mudança do personalismo para o intitulado partidismo ocorreu de forma lenta até que os partidos se estruturassem, consolidando-se no país e alterando o quadro político venezuelano.

É nesse contexto que a AD se insere, liderada do Rómulo Betancourt e seu grupo político, partido que posteriormente se tornaria o mais importante do país. O campo da política ganharia novos contornos, passando a ser também o lugar da luta pela hegemonia, através dos partidos e não mais centralizado em uma figura política isolada. O sujeito político passaria a atuar nesse cenário, pois ele passaria a ser parte desse processo de luta pela hegemonia, através dos discursos, práticas e ações políticas, permitindo a possibilidade de elaboração de novas práticas políticas.

Posteriormente, a democratização para Betancourt ganhou novas dimensões, viabilizando a sua realização. Nesse processo, junto à trajetória do pensamento de Rómulo Betancourt, atrelou-se a trajetória da AD, com a concepção de partido político em um amplo contexto de modernização. O partido foi uma das formas encontradas por Betancourt para efetivar as mudanças propostas no seu ideário, pois através dele, seria possível alterar o cenário político, social e econômico do país. Através dele, a democracia se concretizaria pois, o partido também seria responsável pela propagação dos novos elementos componentes de uma nova cultura política no país, difundindo-os junto à sociedade e possibilitando a sua efetivação.

2.2 Rómulo Betancourt e a fundação da AD

Lênin esclareceu e definiu perfeitamente o papel dos líderes e dos chefes de partido. E essa definição não é outra que não essa: os partidos vão por onde os dirigentes caminham. E os dirigentes do nosso partido seremos nós. E os que no grupo tenham a nossa decidida filiação socialista. (AGUSTIN CATALÁ, 2005 , p. 142, 143).

A fundação da AD marcou uma importante fase no processo político venezuelano, no que se refere à formação e o papel dos partidos políticos. Ela se apresentou no cenário político como uma alternativa às propostas políticas vigentes durante o governo de Medina Angarita. O partido nasceu de uma filiação partidária anterior, o PDN, que durante a sua trajetória passou por diversas mudanças que o fizeram definir as suas diretrizes e o seu plano político para a sociedade. O PDN encontrou obstáculos para a sua legalização, vistas as suas divergências com as propostas políticas do governo de Medina Angarita. Com isso, o partido precisou assumir uma nova identidade com características diferenciadas.

No discurso de instalação da AD, realizado no *Nuevo Circo* de Caracas, em 13 de setembro de 1941, Rómulo Betancourt falou das dificuldades encontradas pelo PDN em 1936, com a clandestinidade do mesmo

Naqueles turbulentos dias de 1936, dissemos e prometemos manter sempre no alto a bandeira das reivindicações populares e nacionais, fossem quais fossem as circunstâncias que nos colocassem. E aqui estamos, de regresso de uma dura jornada, sem excessiva vaidade, mas com a orgulhosa satisfação de saber ser dignos da fé depositada e do compromisso contraído. (Grandes aplausos). A bandeira que nos foi entregue naquelas tumultuosas jornadas do despertar nacional, seguiu brilhando, sem que nada nem ninguém a manchasse. Espalhamos ao ar suas alegres cores, nesta tarde inesquecível, erguendo-a com mãos mais seguras pela experiência acumulada e pelo amadurecimento adquirido. (Aplausos) (BETANCOURT, 1999, p. 316, grifo do autor).

Naquele momento, o PDN passaria a chamar-se AD e teria um programa político diferenciado e mais sucinto. A AD adota o programa político partidário do PDN, sucedendo-o, como Rómulo Betancourt definiu: a “Acción Democrática foi o nome que utilizamos para legalizar o clandestino Partido Democrático Nacional, com tão ativo e eficaz trabalho como no quinquênio lopecista” (BETANCOURT, 1956, p. 161). O programa da AD, no momento da sua fundação, caracterizou-se por se apresentar de forma sucinta, com formulações gerais, ausente de especificações e aprofundamentos sobre o seu conteúdo ideológico, apesar de contar com uma definição mais precisa do seu projeto político.

Nos escritos de Betancourt, uma resposta a essa formulação do programa da AD foi apresentada, onde ele a justifica vistas as dificuldades do processo de legalização do partido. Os partidos passavam, segundo o seu relato, por um “questionário inquisidor” onde

[...] deveríamos demonstrar, para merecer a permissão para realizar atividades políticas lícitas, que éramos ardentes defensores da propriedade, concedida nos termos do direito “quiritário”, os zelosos guardas do conceito medieval da família, e os São Jorges de adaga no braço, prontos para enfrentarmos as modernas normas do direito social, velhas com velhice de décadas em outros países, mas estimuladas pela Venezuela oficial de 1941, como repudiáveis fatores contra a subversão e a anarquia. Passamos por essas forças cruéis. E o programa da Acción Democrática teve que ser um enunciado vago de princípios gerais e não o sincero enfoque revolucionário sobre os problemas do país e as possíveis soluções” (BETANCOURT, 1956, p. 161, 162, grifo nosso).

Na AD, desde a sua formação inicial com a ORVE, a ARDI, o PDN e as demais expressões doutrinárias, ideológicas e políticas de 1928 até 1941, o tema da democracia sempre esteve vinculado às bases do projeto nacional, referentes a análise econômica e social dessas organizações e partidos políticos. As esquerdas esboçaram distintas interpretações da realidade econômica e social do país e mesmo os setores mais moderados ou os mais radicais destacavam a estreita relação existente entre a democracia e a sua base econômica e social. Para a AD, a democracia não poderia ser um sistema baseado exclusivamente em um sistema de di-

reitos, ela deveria ser corresponder a um sistema social e econômico diverso do vigente naquele momento (MARTINEZ, 2004, p. 137).

As principais questões discutidas na AD estiveram voltadas ao processo de modernização venezuelana, ao papel do Estado naquele momento e à formação da Nação. No período de transição do PDN à AD, é possível notar mudanças estruturais no discurso de Betancourt, principalmente na sua forma de dirigir-se à sociedade. Suas colocações mostraram-se mais amenas, com um reduzido teor de radicalidade.

Para Betancourt e para a AD, o país passava por um momento em que a construção de uma cultura política democrática encontrava os seus principais elementos constitutivos e o ambiente ideal para se expandir. A cultura política autoritária, vigente no momento, apresentava limites, pois a sociedade se modificava com o surgimento de novos elementos contestadores daquela ordem vigente, como partidos, sindicatos e outras organizações de trabalhadores. A democratização do país se tornou uma das principais preocupações de Betancourt, porque através dela, a sociedade se modernizaria. Nesse processo, o partido político e o Estado deveriam contribuir decisivamente no sentido de conduzir e intervir nesse processo de modernização.

A modernização se expressaria de diversas formas e aspectos. No campo esteve presente com a reforma agrária, com o fim do latifúndio, a distribuição de terras devolutas, o auxílio aos pequenos proprietários de terras, ao pequeno produtor de matéria-prima, ao comerciante, ao pequeno industrial, e às melhorias no sistema educacional. Além de estabelecer reformas no Poder Executivo, uma de política de valorização nas Forças Armadas, entre outros objetivos. Todos os objetivos do partido se encontravam esboçados no programa do PDN e expostos de uma forma mais objetiva no projeto político da AD.

O PDN, em sua análise do processo histórico venezuelano, afirmou que o país passava por uma fase feudal, com base nas grandes propriedades e nas relações de trabalho, caracterizadas pelos baixos salários, por relações consideradas servis e por uma união patriarcal entre o “senhor” e os trabalhadores. E, além das dívidas que eram herdadas de acordo com as gerações, haviam outras relações de trabalho que impediam o desenvolvimento da produção.

Este feudalismo sui generis, caracteriza todas as relações de produção que se estabelecem no interior da grande propriedade, e entre elas e outros setores econômicos: os baixos salários, a vida servil, a união patriarcal entre o amo e os peões: pago em fichas, as dívidas herdadas de pais para filhos, a servidão que impede os trabalhadores do campo ao acesso às fontes de água e aos caminhos vizinhos (AGUSTIN CATALÁ, p. 81, 1981, grifo do autor.)

Em seu programa de partido, o PDN ao analisar a economia venezuelana para estabelecer planos de mudanças, resumiu a situação econômica do país

A Venezuela é um país semi-colonial e semi-feudal, um país isolado vivendo o imperialismo econômico, fiscal e político. Com uma economia predominantemente agropecuária estagnada pelo latifúndio e atualmente incapaz de assegurar sozinha nossa independência econômica: carente de grandes indústrias nacionais de transformação, com a importação de mercadorias estrangeiras com quantidades cinco vezes maiores do que a exportação agrícola e dependendo fortuitamente do resíduo que nos deixa uma indústria extrativa de duração limitada e controlada pelo capital financeiro internacional (AGUSTIN CATALÁ, p. 75, 76, 1981).

Em setembro de 1939, o PDN definia a sua visão de democracia econômica na sua primeira conferência nacional e afirmava:

O PDN vai conquistar o poder para realizar um governo de tipo democrático [...] dando a esse conceito um conteúdo mais profundo do que o que lhe atribui o liberalismo clássico. Para nós, um regime democrático implica a efetivação de liberdades públicas. E, fundamentalmente, a profunda modificação da organização econômica e a democratização da estrutura da economia nacional [...]. Concebemos a democracia, enquanto regime de governo, que a um mesmo tempo permite o livre jogo das forças sociais, rompendo com o latifúndio, e das relações feudais de sociedade, e desenvolvendo o comércio, protegendo decidida e francamente todas as forças atuantes, em especial, os setores menos beneficiados da riqueza que são os trabalhadores manuais e intelectuais (PDN apud MARTINEZ, 2004, p.138).

A AD nasce como um partido que em seu programa sempre enfatizou a importância da análise das condições históricas do país, para posteriormente organizar as diretrizes do partido. Para o PDN, bem como para a AD, implantar esquemas teóricos sem refletir sobre a realidade venezuelana implicaria em ações políticas fracassadas

O Partido Democrático Nacional tem um sólido embasamento doutrinário. Foi organizado depois de analisar a fundo a realidade venezuelana. Seu programa e sua tática não nasceram da vontade caprichosa de uma equipe de dirigentes, nasceu do estudo aprofundado dos problemas fundamentais da Nação enfrentados há vários anos. A Tese Política deste Partido – base onde se articula a doutrina e a tática do PDN – não é uma esquemática e simplista enunciação de princípios gerais. Nem esse transplante mecânico de concepções teóricas e de métodos de luta inadequados à realidade do país é praticado entre nós. Trata-se de uma séria da realidade econômica e social da Venezuela e dos métodos adequados para transformá-la de forma renovadora, mas com olhos e estimativas venezuelanas, resultado do universal anseio de progresso incessante e de justiça social (AGUSTIN CATALÁ, 1981, p. 63).

Na sua Tese e Programa Político, o PDN expôs, analisou e propôs soluções para o problema da distribuição de terra no país, que a partir da sua análise, deveria ser resolvido com urgência. Para o PDN, o latifúndio se revelou como um forte elemento que reforçava a

desigualdade social com a opressão e a pobreza do camponês. Além disso, o latifúndio se apresentava como um entrave à produção do país com as terras devolutas, levando à redução da margem de rendimentos com a produção nacional.

O latifúndio, considerado do ponto de vista social, revela-se como a perpetuação de uma tremenda injustiça que consagra a opressão das massas camponesas por uma minoria privilegiada, e do ponto de vista econômico não é menos problemático, pois constitui um empecilho para o progresso da produção nacional. Ele representa um sistema de produção de baixo rendimento já que deixa várias extensões de terras inexploradas, impedindo a capacidade de trabalho do camponês bem como a exploração industrial da terra, importante para a sua liberação dos entraves feudais (AGUSTIN CATALÁ, p. 67, 1981).

Na análise dos estratos sociais, o PDN encontrou o grupo dos latifundiários, formados pelos grandes proprietários de terras, como um dos responsáveis pela situação desfavorável do país frente às demais economias mundiais. Naquele momento, e em tais condições, o Estado era visto como um instrumento desse grupo. O PDN enfatizou o papel do Estado no processo de desenvolvimento nacional, ao afirmar que ele esteve a serviço de um regime que não tinha como objetivo central estabelecer avanços no setor social. O Estado esteve ao lado dos latifundiários e dos grupos sociais mais abastados. Diante daquelas condições, a democracia se colocaria como uma das condições fundamentais para o desenvolvimento do processo de modernização, ou seja, a Venezuela apenas ingressaria de fato na modernidade à medida que se democratizasse. Visto isso, para o PDN, a democracia se converteria em um elemento essencial no processo de modernização no país.

Estas circunstâncias e o atraso da nossa vida econômica e social fecha as portas a um processo de profunda vitalização das fontes de riquezas ainda não exploradas ou não o suficiente, dificultando a melhora nas condições de vida dos setores médios, mas permite afirmar que na luta social já iniciada, está a luta pela transformação democrática e anti-imperialista na Venezuela, e os envolvidos manterão uma atitude mais firme, uma postura própria de países em pleno desenvolvimento da grande indústria (AGUSTIN CATALÁ, p. 77, 1981).

Para o PDN, o Estado seria um dos principais elementos responsáveis pelo processo de mudanças que conduziriam o país à democracia. Ele, com o seu papel distribuidor e intervenor, auxiliaria a democratização no país. Além do lugar do Estado, o partido político teria uma importância fundamental no processo de democratização. O processo de democratização se basearia em atender várias classes e não apenas uma delas. O papel do partido nesse processo, seria o de assegurar oportunidades iguais a todos. Para isso, seria primordial acabar com o imperialismo e com a oligarquia nacional, através de uma democracia de ampla base popular.

Nesse processo, o PDN enfatizava a necessidade da mudança do papel do Estado venezuelano que, na gestão de Medina Angarita, esteve submisso ao imperialismo. Isso ocorreria porque a política imperialista tinha no Estado venezuelano o seu principal instrumento, de acordo com a leitura desse partido.

Ainda que não seja certo, é evidente outro fato específico em nossa realidade, referimo-nos à potencialidade fiscal do Estado, que em determinados momentos de força para atuar, ainda que contrariando os interesses das classes sociais que constituem seus suportes históricos [...] E não é por azar que o Estado venezuelano é mais tímido diante do imperialismo do que diante de outros pontos sobre los quais se apoiam. Porque o imperialismo, explorador da indústria onde o Estado extrai por volta de 50 por cento de suas receitas fiscais, é o setor mais apto entre os que se sustentam sobre seus fortes braços [...] (AGUSTIN CATALÁ, p. 91, 1981).

O Estado, de acordo com essa análise, seria um dos grandes responsáveis pela organização social, pela distribuição de renda e pelo estado de pobreza enfrentada no país.

Não existe apenas um simples interesse acadêmico nessa análise que julga o Estado na vida nacional. Disso deduz-se necessariamente que a idéia de que o Estado está mais capacitado na Venezuela do que em outros países da América para exercer uma transformação profunda de tipo democrática, operando – na sua estrutura - vista a sua influência na vida da Nação (AGUSTIN CATALÁ, 1981, p. 92).

Esse livre acesso aos bens de produção, entendido como um elemento de melhoria da economia nacional e parte do processo de modernização, complementariam a democratização no país. O partido responsável pelo processo de democratização e modernização seria a AD, pois,

De um lado, porque não é um partido absolutamente alheio a reivindicação de todos os estratos oprimidos da Venezuela. Primeiro porque é um partido mais apto, por essa mesma característica de partido exclusivamente democrático, neutralizar os amplos setores de posses, buscando inclusive que individualidade lúcidas desses grupos sociais mais avançados militem lealmente em suas fileiras, aceitando o seu Programa e submetendo-se a sua disciplina interna. [...] sobre a realidade econômica e social venezuelana, deduz-se claramente que existem obstáculos determinantes e de grande força em cada um deles e com uma estreita interdependência entre eles e que são um entrave ao progresso social do país. Esses obstáculos são a forma latifundiária de exploração da propriedade rural, a ilimitada gestão usureira da Banca privada e o controle da nossa economia pelo imperialismo (AGUSTIN CATALÁ, 1981, p. 92-96).

O PDN procurou elaborar diretrizes que respondessem aos desafios impostos pelo legado ditatorial de Juan Vicente Gómez, com o objetivo de transformar profundamente a realidade nacional. Os membros do partido buscaram organizar e dirigir os setores populares a partir de princípios democráticos baseados na justiça social, com o intuito de livrar-se da total influência do capital internacional. Para alcançar esses objetivos, a estrutura partidária respon-

sável por essas mudanças no país não poderia ser classista, democrática-liberal ou totalitária, pois para eles e seus idealizadores

Um partido classista, pela sua natureza de transformação social, estabelecido na Venezuela, está impossibilitado a conduzir os amplos setores populares à luta e à vitória contra os inimigos históricos do povo. Um partido democrata e liberal (de centro), enquadrado dentro de um programa de reformas formais e sem vocação nem possibilidade de ir à fundo nos problemas sociais, seria incapaz de dirigir o povo venezuelano até as suas metas de aspirações coletivas, de acordo com as necessidades da Venezuela como Nação. Um partido de corte anti-democrático também não reclama o destino econômico e social do país, ele o repudia tenazmente (AGUSTIN CATALÁ, 1981, p. 97, grifo do autor).

O PDN em seu Programa e Tese Política, demonstrou detalhadamente a sua concepção de sociedade, de Estado e de democracia, esboçando idéias ligadas à modernização e a ligação da mesma com a democratização. A AD precisou essa ligação entre democracia e modernização, além de buscar formas de fazer com que o projeto do PDN ganhasse uma dimensão nacional, ampliando-o para viabilizar a sua concretização.

Esse partido intitulou-se como um partido popular e não classista. Ele abarcaria em suas fileiras a maioria da população e não apenas camponeses, operários, ele é composto por todos os setores venezuelanos, desvinculados da oligarquia nacional e do capital internacional. Eles afirmavam ser uma “frente única de todos os homens e mulheres venezuelanos realmente interessados que a Nação conquiste o seu grande destino, realizando e assegurando a ela e aos seus filhos bem estar social, liberdades públicas e possibilidades de desenvolvimento cultural” (AGUSTIN CATALÁ, 1981, p. 99).

No dia 11 de maio de 1941, o partido *Acción Democrática* foi fundado, mantendo o projeto político do PDN. O seu programa de partido evidenciava um projeto político para o país, baseado em um processo de modernização que seria posto em andamento, à medida que a democratização se efetivasse no país. No discurso pronunciado na instalação da *Acción Democrática* em 13 de setembro de 1941 no *Nuevo Circo* de Caracas, Rómulo Betancourt falou dos problemas econômicos do país e a sua projeção para o futuro

Imagino a cena que se sucederá dentro de cinquenta anos, em uma população agrária dos Andes, com o apoio de uma potente hidrelétrica, em uma população onde, em vez de garagens para carros de luxo, terão garagens para tratores. Ou em uma cidade industrial de *Gran Sabana*, construída próxima das chaminés dos altos fornos, onde operários venezuelanos estejam transformando matéria prima para as fábricas venezuelanas de máquinas, esses milhões de toneladas de ferro que guardam em seu interior, hoje inexploradas na *Serra de Imataca*. (Aplausos) (BETANCOURT, 1999, p. 317, grifo do autor).

Nessa parte de seu discurso, Betancourt apresentou uma das suas definições de modernização econômica, destacando a importância da produção de matéria-prima no país, como uma importante contribuição no rápido crescimento. E destacou a importância de todos os locais mais distantes da capital do país, descartando o regionalismo e o domínio de uma região sobre outra, retomando a tese da hegemonia andina, discutida no seu artigo *¿Com quién y contra quién estamos?*, publicado em 1936.

A AD, em seu programa, enfatizou a importância do desenvolvimento econômico do país, buscando o fim da dependência e do domínio do capital estrangeiro. Ela destacou a importância da efetivação da liberdade pública plena, garantida pela constituição nacional e pela democracia real, assegurada pelos órgãos do Estado. Esse partido ampliou a discussão estabelecida pela legalidade, iniciada pelo PDN. Além da manutenção do sufrágio universal e direto para os cargos que representassem a vontade popular, o regime federativo, a autonomia econômica e administrativa dos Municípios, a imparcialidade do Poder Público nos processos eleitorais, o respeito a todas as crenças, a garantia de liberdade de cultos e a progressiva incorporação da mulher na vida política da Nação, tema que Betancourt já havia tratado em suas cartas no exílio na década de 1930 (AGUSTÍN CATALÁ, 1981).

Em relação à produção nacional, a AD buscou uma política de auxílio à produção no seu programa de partido. Nesse programa, esteve incluído o apoio ao crédito e técnico à indústria nacional, como uma forma de impulsionar o seu desenvolvimento, com o intuito de reduzir o número de importações no país. E aumentou a produção nacional, valorizando as riquezas nacionais do país, e investindo em uma política agrária dirigida à realização de uma economia que assegurasse terras aos trabalhadores em iguais proporções. Para isso, seriam feitos arrendamentos de terras, com a realização de um plano nacional de irrigação e uma política imigratória para povoar as áreas de vazio populacional. Para viabilizar esses projetos, pretendia-se organizar um sistema de crédito que abarcasse e descentralizasse o empréstimo de dinheiro para o desenvolvimento da produção agrícola, urbana, pecuária, mineira ou industrial, e complementado com a criação de bancos. Dentro desses processos de mudanças que a AD buscava, esteve também uma política de criação e expansão das vias de comunicação e de transporte, conduzida pelo Estado, com o propósito de facilitar o contato entre as zonas produtivas e os mercados de consumo (AGUSTÍN CATALÁ, 1981, p. 210-211).

O partido previa no seu programa político uma política de apoio à iniciativa privada, com o apoio do Estado, buscando fortalecer as bases da economia nacional. Nesse programa esteve a organização de uma defesa nacional nas fontes de produção, incorporando-as ao patrimônio na Nação. Além da realização de um Conselho de Economia, com um plano harmô-

nico de criação de riqueza para superar o estancamento da economia, com uma reforma “progressiva e prudente” do antigo sistema tributário, reduzindo os tributos sobre o consumo (AGUSTIN CATALÁ, 1981, p. 212).

Em termos de política social, o programa do partido buscou o cumprimento da legislação do trabalho, resgatando o direito de sindicalização e liberdades sindicais, a extensão dos benefícios de uma moderna legislação de Seguro Social Obrigatório a todos os empregados, operários e camponeses do país. Esse programa da AD previa também uma “política de inteligência e concórdia entre capital e trabalho”, buscando reduzir os conflitos entre as classes que pudessem obstruir o progressivo desenvolvimento da produção nacional. E caracterizou-se também por uma ação conjugada de todos os órgãos do Estado, com o intuito de reduzir o custo de vida no país.

A articulação entre o projeto modernizador, a democratização do país, atingindo todos os setores da sociedade e a proposta partidária de Rómulo Betancourt e da AD, caracterizaram as bases do projeto de nação estabelecido pelos membros desse grupo político. Diante das suas propostas que visavam modificar a sociedade venezuelana através de diversas reformas, foram elaboradas diversas interpretações do processo histórico onde esses atores políticos atuaram no país, a partir da década de 1930, buscando compreender os desdobramentos dos processos históricos daquele período.

2.3 A formação da AD, o pensamento de Rómulo Betancourt e o processo de modernização venezuelana: algumas interpretações

Rómulo Betancourt e seus companheiros organizaram o PDN sob a influência de matrizes leninistas, marxistas e social-democratas. Essa forma de organização partidária foi objeto de diversas análises que buscaram compreender as mudanças ocorridas durante esse período de formação e consolidação dos partidos políticos no país. Essas filiações levaram a diversas análises sobre a história política venezuelana nesse período. Essas análises pretenderam determinar a filiação teórica de Betancourt a partir dos conceitos de marxismo, leninismo, comunismo, comunismo criollo, social-democracia e populismo.

A denominação de social-democrata foi atribuída a Rómulo Betancourt e à AD. A social democracia nasceu no final do século XIX, através da Internacional Socialista. O seu objetivo foi, entre outros, acabar com as querelas do proletariado e fundar um partido socialista. Para Luis J. Oropeza (1989), das linhas de pensamento social-democrata europeu, duas vertentes são importantes na análise da trajetória ideológica dos partidos da esquerda venezuela-

na. Na Alemanha, o revisionismo de Edouard Bernstein e o fabianismo britânico. Bernstein buscava na sua prática política, a possibilidade de resoluções pacíficas, sem mudanças bruscas de caráter revolucionário na imposição de objetivos socialistas, através de uma estratégia de luta parlamentar.

Os ensaios fabianos apresentavam um esquema político moderado, buscando a melhoria social. Esse grupo defendia a implantação de uma “democracia industrial”, alcançada através de um socialismo administrativo. Integravam esse grupo Sidney e Beatrice Webb, Sidney Oliver, entre outros. Para eles, era possível alcançar mudanças importantes através de reformas legislativas. Identificados com postulados da economia clássica e na tradição socialista continental, eles buscavam uma nova ordem sem rupturas bruscas. E questionavam os processos revolucionários esquematizados na teoria marxista (OROPEZA, 1989, p. 43).

Para Oropéza (1989), a aproximação de Rómulo Betancourt com as correntes social-democratas poderia explicar a sua concepção de democracia e o seu afastamento do PCV. E também ajudaria a compreender as suas propostas modernizadoras. Sob a ótica desse autor, Rómulo Betancourt não era socialista ou social-democrata: ele seria um reformista social em um sociedade latino-americana.

A influência da concepção social-democrata da II Internacional Socialista no pensamento de Betancourt, refletiu-se na sua concepção de democracia, no que se refere à busca pela unidade, consenso, capacidade de diálogo, integração e acordos.

Manuel Caballero (1989), afirma que a adesão de Rómulo Betancourt ao reformismo e à social-democracia aconteceu como uma derivação da sua formação leninista. Caballero afirma que Betancourt não era marxista, mas era leninista na sua concepção de partido, principalmente quando adotou o centralismo democrático, com a nacionalização do partido.

A leitura de marxismo feita por Betancourt mostra-se de maneira concreta em diversas passagens do *Plan de Barranquilla* (1931) e no seu ensaio *¿Com quién estamos y contra quién estamos?* (1932), diferente do que Caballero (1989) nos apresenta. Nesses documentos de Betancourt encontramos elementos do materialismo histórico. Na sua análise da história política venezuelana é possível identificar elementos que expressam a luta de classes, entre outros elementos anteriormente analisados.

A análise de Caballero (2004), ao afirmar que Betancourt se distancia do marxismo, privilegia um marxismo revolucionário e de matriz comunista na compreensão do pensamento de Rómulo Betancourt. E não encontrando elementos ligados ao comunismo, como a inevitabilidade da revolução, a ligação com a III Internacional Comunista e a definição de classes, inerente ao PCV, o autor afirma que Betancourt se distanciou do marxismo. No entanto, Be-

tancourt sempre esteve ligado ao marxismo e este compôs o seu pensamento político, porém, distante das leituras marxistas feitas pelos comunistas. Em *Rómulo Betancourt, Político de Nación* (2004), Caballero afirmou que Betancourt combinou concepções leninistas e bersteinianas, razão para a sua aproximação com a social-democracia e o “revisionismo” reformista.

Ao contemplarmos a luta de classes no método marxista, Betancourt apresenta uma análise alternativa. Segundo seus escritos, como antes exposto, o conceito de classes divergia do conceito de classe componente da teoria da luta de classe proposta no marxismo. Para Betancourt, não haveria apenas uma classe, a proletária, responsável pelo processo revolucionário, existiriam várias classes que conduziriam o processo revolucionário na Venezuela. Ele trabalhou com a idéia de classes que, para ele, contemplaria a diversidade da sociedade venezuelana. Para Rómulo Betancourt, esse esquema composto por diversas classes conduzindo o processo revolucionário, combinaria com a sua concepção partidária, mais compatível com a sua interpretação histórica e política da sociedade venezuelana.

A luta de classes, segundo a leitura do comunismo, faria parte de um esquema que, na sua visão, seria excludente e ineficiente para instaurar a democracia no país. A dinâmica da luta de classes faria parte de uma leitura histórica incompatível com a concepção de democracia para Betancourt, e contrária à dinâmica partidária proposta por ele, sendo uma das bases da idéia de democracia.

Diante disso, existem diversas interpretações referentes ao pensamento político de Betancourt. Autores como Manuel Caballero (1989) afirmam que ele não era marxista, apesar de ser leninista. Para Caballero (1989), o leninismo de Betancourt esteve diretamente ligado ao esquema de organização partidária. No entanto, existe um ponto crítico entre a teoria leninista e a proposta de Betancourt, que está na interpretação e no lugar da democracia. Na proposta leninista, a democracia ganha um papel de destaque, mas ela era transitória, compondo uma etapa a ser superada com as demais instituições burguesas em direção ao comunismo. Distante dessa concepção, para Betancourt a democracia seria um momento permanente e central na sociedade venezuelana. Com isso, podemos afirmar que Betancourt apenas utiliza a concepção de partido leninista, recontextualizando-a isoladamente de todo o seu conteúdo ideológico e prático, descartando definitivamente qualquer objetivo de instaurar o comunismo no país. Esse distanciamento de Betancourt do comunismo, levou Caballero a analisar essa postura como um afastamento do marxismo.

Para nós, afastar-se do comunismo e da concepção de luta de classes não o distanciaria da teoria marxista, mas sim da interpretação de marxismo da Internacional Comunista. Para Betancourt, o marxismo se caracterizou como uma ferramenta interpretativa para a sua análise.

se da história venezuelana, principalmente quando ele recorre ao materialismo histórico. Um exemplo do uso do materialismo histórico estava no *Plan de Barranquilla*. Ele fugiu do modelo eurocêntrico proposto pela Internacional Comunista, buscando uma interpretação da realidade latino-americana à luz do marxismo.

Arturo Sosa Abascal (1989), em sua análise sobre a prática política de Betancourt, denomina-o como um “comunista crioulo” no período de 1930 a 1935. Para esse autor, essa etapa do pensamento político de Betancourt foi marcada por um pensamento revolucionário de esquerda, inspirado nas idéias socialistas e pronto para romper com o passado, com um discurso e uma linguagem tipicamente marxistas, e propondo organizações definidas pelas posições de Lênin e Trotski, mesmo que estivessem em desacordo com os preceitos da Internacional Comunista. Nessa leitura, Betancourt teria o objetivo de transformar profundamente a sociedade venezuelana, por isso, seria necessário um processo revolucionário de caráter nacionalista e democrático.

Para Sosa Abascal (1989), o “comunismo crioulo”, caracterizado pela idéia de revolução comunista, nacionalista e democrática, formaria as bases do populismo que o sucederia, um conceito aplicado pelo autor para analisar o período pós 1936. Para esse autor, o projeto modernizador alternativo ao governo de López Contreas e Medina Angarita pode ser denominado democrático ou populista. A estratégia de modernização, inserida em um ideário populista, destacou o papel do Estado, fundamentalmente a sua renda, alcançada através de economia petroleira, com o objetivo de atender as necessidades da população e as necessidades da produção do país. Para alcançar esses propósitos, Betancourt criaria uma ideologia nacionalista, anti-imperialista, justificando os esforços do Estado em aumentar a renda petroleira. O populismo propôs uma distribuição da renda petroleira, com o intuito de atender as necessidades da produção do país e da sociedade, através do Estado, e contemplaria apenas alguns setores da sociedade.

A análise de Sosa Abascal (1989) aproxima-se da análise de Aníbal Romero (1996) pois, para esse autor, o populismo foi um tipo de movimento político, caracterizado por um conjunto de concepções sobre a política e sobre um estilo de exercer a liderança, diretamente ligado ao processo evolutivo da democracia venezuelana, e da economia do país, representada pelo petróleo. O petróleo sugeria a possibilidade do país crescer rapidamente, acabando de uma única vez com numerosos problemas de ordem social, econômica e política, sem precisar realizar esforços de produtividade, organização, inovação tecnológica e redução de gastos da receita federal, estadual e municipal. O populismo se constituiria, de um lado, num conjunto de percepções e idéias sobre a economia, a política, a visão global da democracia e o seu futu-

ro, e de outro lado, caracterizar-se-ia por um certo exercício de liderança que influenciou decisivamente na maneira com que os dirigentes venezuelanos e a população em geral assumiram as suas tarefas históricas (ROMERO, 1996, p. 23).

Nelson Acosta Espinosa (2004), utiliza o conceito de dispositivo simbólico para analisar os desdobramentos políticos do país. Para esse autor, a AD teria mobilizado elementos que passaram a compor o imaginário da sociedade venezuelana, levando-a a aceitar um modelo político de inspiração populista que se manteve durante décadas, inicialmente sob a direção de Rómulo Betancourt. A AD, nessa análise, em um mesmo movimento, satisfaz a demanda popular democraticamente e outorgou ao movimento popular uma inédita e unitária imagem de si mesmo. Seu discurso articulava temas industriais, nacionalistas, ligados à participação popular e temas anti-imperialistas. Esses temas apareceram desagregados no discurso anterior ou ausentes do discurso político positivista de López Contreas e Medina Angarita. Este partido teria oferecido pela primeira vez uma identidade ao povo enquanto sujeito. A produção dessa nova identidade, dentro de um novo dispositivo simbólico que o autor denominou *adequidad*.

Com esse conceito de *adequidad*, Acosta Espinosa (2004), identificou a aparição de um novo dispositivo simbólico que substituiria o gomecismo, respondendo a uma urgência histórica que se evidenciava na sociedade venezuelana, com a necessidade de estabelecer mecanismos de caráter não-particularista, facilitando a solução dos conflitos e permitindo o estabelecimento de vínculos mais estáveis entre os grupos sociais em luta. A *adequidad*, enquanto dispositivo simbólico, complementou, de acordo com o autor, as tendências modernizadoras da sociedade venezuelana, produto do seu vínculo com os mercados mundiais e tradições culturais que processaram identidades de caráter comunitário. Esse dispositivo simbólico proporcionou uma relativa sustentabilidade e direcionamento social, político e cultural sobre o modelo de modernidade sobre o qual erigiu a sociedade venezuelana do século XX.

Compondo as análises que utilizou o conceito de populismo para explicar os desdobramentos da política venezuelana, encontramos as análises que explicam a existência do populismo através da formação de um novo imaginário político no país. Entre eles, Nelson Piñeda (1992), ao afirmar que o populismo foi uma experiência importante para o país, ressaltou os seus aspectos positivos. O autor afirma que o populismo não poderia ser visto somente como uma ação de caráter político, pois assumiu aspectos de uma conduta cultural. O populismo para esse autor, legitimou-se e legitima-se nas bases da formação social capitalista venezuelana. Dessa forma, o populismo corresponderia a um fenômeno contemporâneo que emergiu do processo de industrialização na formação social, gerando novas posturas ideológicas.

Para esse autor, seria preciso compreender a formação social capitalista para entender como a cultura populista se formou, desenvolveu e consolidou-se. O *Plan de Barranquilla*, para o autor, foi o resultado de um conhecimento do processo histórico venezuelano, possibilitando a Rómulo Betancourt a construção das possibilidades para a concretização de um projeto político com a formação de grupos e partidos políticos como a ARDI, ORVE, PDN e a AD. Para ele, contrário à análise de Sosa Abascal (1989), esses partidos seriam quatro momentos componentes de um mesmo plano ou projeto: a Revolução Democrático-Burguesa Venezuelana. No entanto, esse plano ou projeto se diferenciaria da interpretação ortodoxa da teoria marxista, pois esse possuiria um caráter democrático-nacionalista. Nessa análise, o *Plan de Barranquilla* seria o primeiro manifesto programático com o objetivo de construir uma “cultura populista”, onde a ação política de Rómulo Betancourt proporcionaria a continuidade desse objetivo. Para o autor, Betancourt buscava constituir uma organização política que repousasse suas bases na realidade nacional, permitindo uma plena identidade partido-povo-partido (PIÑEDA, 1992, p. 39).

O populismo foi empregado nessas análises para explicar o processo de construção, conquista e consolidação da hegemonia da AD e do ideário de Rómulo Betancourt. No entanto, essas análises não apreenderam os diversos contextos componentes do processo político, social, econômico e cultural posto em andamento após a década de 1930. Para Arturo Sosa (1989) e Aníbal Romero (1996), o petróleo e os recursos obtidos através da sua produção, definiriam o destino político e econômico do país, aliado a um forte discurso, que influenciaria todos os setores da sociedade, graças ao seu alto poder de convencimento. No entanto, outros elementos estavam interagindo nesse processo político, como a intervenção dos partidos políticos, entre eles, a AD. Esse partido esteve longe de ser apenas um reflexo de Betancourt. Ele participava ativamente do processo político nacional, diluindo a existência da imagem do líder carismático, elemento essencial nas análises populistas.

O papel da AD foi evidenciado nas análises de Nelson Acosta (2004) e Nelson Piñeda (1992). Para o primeiro, como afirmamos, a AD conseguiu mobilizar elementos componentes do imaginário político venezuelano, gerando um novo dispositivo simbólico, a *adequidad*. Para o segundo, toda a trajetória intelectual e política de Betancourt se resumiria no projeto da Revolução Democrático-Burguesa Venezuelana, com a finalidade de compor uma “cultura populista”. Nessas análises, as ideologias deram lugar ao imaginário político, através dos conceitos de dispositivos simbólicos e “cultura populista”, excluindo o petróleo como o veículo das mudanças ocorridas na sociedade venezuelana.

Essas leituras que utilizaram o conceito de populismo como a explicação para o processo de modernização não conseguem apreender a dimensão política que esteve atrelada ao processo de democratização no país. Essas análises enfatizam apenas a modernização econômica, através do papel do Estado na gestão dos recursos advindos do petróleo e as formas assumidas pela luta pelo poder no interior do Estado, através da figura do líder carismático ou da mobilização de elementos do imaginário social venezuelano. Com isso, essas interpretações mostram uma insuficiência analítica diante dos diversos processos históricos do país, levando à restrições na compreensão dos mesmos. Isso ocorre pois, existe uma preocupação em enquadrar uma determinada realidade histórica nos moldes de um conceito ou o contrário, elegendo um conceito que teria uma capacidade auto-explicativa, em que todos os países latino-americanos obrigatoriamente deveria vivenciar a sua experiência populista. No entanto, a Venezuela não se encaixa no quadro de análise dos populismos latino-americanos, em virtude do desenvolvimento do seu processo de modernização e de democratização, que encontrou no partido político o meio para se concretizar, estabilizar e manter-se durante décadas.

Desde a sua fundação em 1941 e até 1945, com o início do *Triênio Democrático*, a AD lançou as bases de uma nova cultura política que ganharia amplas dimensões após 1958, com o Pacto de Punto Fijo. Esses elementos passaram a compor a forma com que a sociedade venezuelana concebia e relacionava-se com a política, bem como a sua participação nos processos políticos, caracterizada por uma grande importância dada ao voto e à luta pela permanência da democracia. Essa nova cultura política posta em andamento pela AD, levou-a a uma posição hegemônica no país mantida durante décadas.

CAPÍTULO 3

A ACCIÓN DEMOCRÁTICA E O “*TRIÉNIO DEMOCRÁTICO*” (1945-1948)

3.1 O “*Triênio Democrático*”(1945-1948): processo de formação, consolidação e declínio

Com a fundação da AD e a posterior legalização dos partidos políticos, o cenário político do país ganhou novos contornos. Os diversos setores sociais passaram a se articular ao redor e com os partidos políticos, criando uma nova forma de conduzir os assuntos relacionados à vida política no país.

Com a fundação e legalização da AD, todo o ideário de Rómulo Betancourt e de seu grupo saíam do plano das idéias e ganhavam um espaço concreto para se realizarem. A partir da fundação da AD, o espaço de lutas políticas se estabeleceu no ambiente do partido e dos seus espaços compartilhados, como o seu periódico, que além de ser um espaço de comunicação entre os membros do partido e simpatizantes, tornar-se-ia um espaço de discussões que se ampliaria, à medida que novos partidos políticos eram fundados, democratizando as opiniões que naquele momento já poderiam ser declaradas sem repressões. Dessa forma, o partido se tornou o meio que possibilitou a democratização das idéias e das ações políticas na sociedade venezuelana.

O período que segue da fundação e legalização da AD, em 1941, ao Triênio em 1945, mostram como o ambiente político se alterou profundamente, em virtude da criação desses novos espaços de articulação, discussão e ação política, representados também pelos partidos políticos. Esse período se caracterizou, ao contrário dos períodos anteriores, pelas lutas políticas entre diversos setores sociais e forças políticas, em um ambiente democrático, ou seja, sem restrições de pensamento ou ação, como ressaltou Betancourt em seus escritos, ao comemorar o novo ambiente de liberdades políticas instauradas no governo de Medina Angarita.

Esses anos foram marcados por intensas discussões políticas, onde Betancourt vislumbrou a possibilidade de concretizar todo o seu ideário político, inicialmente formulado na Geração de 28, passando pela ARDI, com o *Plan de Barranquilla*, pelo PDN e pela AD. Com isso, para Betancourt, o Triênio também se apresentou como o resultado de um longo processo de lutas políticas, iniciadas em 1928, que contavam apenas com a idealização de um projeto político para o país, voltado para a modernização e para a democratização. Dessa forma, o Triênio se caracterizou, de certa forma, como o momento em que o projeto político da AD encontraria o espaço, aparentemente ideal, para se concretizar.

Nas eleições municipais de 22 de outubro de 1944, o PDV (Partido Democrático Venezuelano), partido que apoiava o governo, sai vitorioso. Esse fato fez com que os membros da AD insistissem novamente na necessidade da reforma da Lei de Censo Eleitoral e de Eleições. O pedido foi encaminhado ao governo e ao PDV, partido que contava também com o apoio dos comunistas, com o PCV. Medina Angarita e o PDV insistiram em manter as elei-

ções indiretas para presidente da República, dessa forma, manteve-se a prática autoritária de impor-se na escolha do Presidente. Naquele momento, Medina Angarita e o PDV lançaram a candidatura do presidente Diógenes Escalante, posteriormente substituído por Ángel Biaggini.

O Governo de Medina Angarita não possuía uma imagem pública que garantisse a vitória do seu candidato nas próximas eleições. No início existia um apoio generalizado que se reduziu progressivamente, como o da AD que inicialmente apoiava a candidatura de Diógenes Escalante, mediante a reforma na Constituição para instaurar o voto universal, direto e secreto. Os grupos independentes da esquerda democrática, como a AD, consideravam Medina Angarita como um presidente herdeiro do regime ditatorial, favorecedor da classe dominante e com uma escassa formação intelectual. Outros setores sociais, como a Igreja, demonstravam uma certa desconfiança em relação a Medina Angarita graças à sua aliança com o PCV (ALARICO GÓMEZ, 2004, pg. 138).

O PDV, partido do governo, estava dividido em grupos e correntes que apoiavam simultaneamente as candidaturas de Uslar Pietri, Martín Vegas, Ángel Biaggini e Manuel Silveira, e o PCV, outro aliado do governo, também estava dividido. A base de sustentação mais forte do governo de Medina Angarita estava dividida entre gomecistas e lopecistas contra os medinistas, representados pelo PDV.

A reforma da Constituição Nacional também se configurou em um problema para Medina Angarita pois, ao não conseguir captar a realidade nacional ou recusar-se a vê-la, perdeu a oportunidade de reformar a Constituição Nacional. Entre outros fatores que levaram a derrocada de Medina Angarita, o principal foi uma insurreição militar e civil que se baseou no desejo de instaurar um regime democrático, em que o presidente seria eleito pela maioria da população.

Em 1944, López Contreas evidenciava as suas intenções em relação à sua candidatura para as eleições presidenciais de 1946. No final daquele ano, o ambiente político venezuelano apresentava sinais de instabilidade no campo das disputas políticas entre os partidos. Rómulo Betancourt estava apreensivo em relação aos resultados das eleições de 1946 pois, a apresentação dos candidatos poderia acontecer rapidamente e conseqüentemente a população não teria tempo para conhecer as suas propostas e fazer a sua apreciação. Ele, representando a AD, solicitou do PDV a apresentação do candidato desse partido, acompanhada de uma análise crítica das suas propostas de governo pois, para ele,

Se o general Medina não pode falar sobre o problema de 46, o partido oficial deve fazer isso. Não importa as palavras de reflexo, de critério e de querer fundador do chefe desse organismo político. Considerando um partido de estrutura personalista e de ampla base burocrática, nunca se poderia contar

com os desígnios de quem o lidera, é certo que quem milita nessa organização serão os mesmos que em 46 elegerão o presidente da Venezuela para o próximo quinquênio. É por isso, que essa facção partidária tem a obrigação de apresentar uma análise crítica de toda a nação, com o nome e as credenciais do cidadão que postula a presidência do Estado. [...] O nosso país não quer que o seu destino e a sua sorte se resolvam nas penumbras secretas, devem resolver-se com a luz luminosa do dia, diante dos olhos de toda a nação, sendo a ativa e beligerante esclarecedora das questões venezuelanas e não apenas uma convidada imobilizada (BETANCOURT, 1999, p. 535-536).

Para Betancourt, o candidato do PDV deveria ser apresentado com urgência, para que acontecesse um debate no país, confrontando as opiniões e os programas políticos dos candidatos a presidência do país

Poderia se argumentar que esse partido tem liberdade para se pronunciar sobre a sua candidatura apenas “quando julgar oportuno e conveniente” [...]. Esse argumento é inaceitável. Porque se sabe em toda Venezuela que eles tem em suas mãos essa organização partidária e tem o controle do conjunto eleitor do presidente da República para o quinquênio de 1946-1951, é certo também que a Venezuela não pode ser apenas uma convidada imobilizada nessa hora decisiva sobre o seu destino. Não somos um clã submetido a vontade descontrolada e omnímoda de uma oligarquia de caciques. Somos uma Nação na maioria, segura de seu destino, corajosa, tranqüila e definitivamente resolvida a intervir ativamente na escolha de quem vai exercer em Miraflores a vida pública (BETANCOURT, 1999, p. 543-544).

Betancourt afirmava que o país teria plenas condições de escolher seus governantes e também teria o direito de vetar uma candidatura considerada inadequada, por isso, o PDV não poderia extrapolar os primeiros meses de 1945 para entregar a sua proposta de governo. Para Betancourt, o ano de 1944 se encerrava com uma expectativa positiva para a eleição presidencial, aguardando a proposta de governo do PDV. No entanto, no início de 1945, os deputados e senadores foram nomeados e a sua maioria eram do PDV, dessa forma, o partido do governo controlaria o Congresso. Para ele, o PDV acabaria escolhendo indiretamente o presidente da República no país, por isso, ele insistia na importância do partido expor o seu programa de governo para que os venezuelanos pudessem opinar e escolher o seu governante.

Dessa forma, a assembléia do PDV, realizada em abril de 1945, anteciparia a assembléia de abril de 1946, onde aconteceria a escolha do novo presidente para os próximos cinco anos. Diante da postura do PDV, com a escolha dos membros do Congresso, os acontecimentos de 1941, quando Medina Angarita foi indicado às pressas, sem que a população pudesse se manifestar, poderiam se repetir. Para Betancourt a sucessão presidencial

[...] foi apenas um simples acordo de camaradas, ignorando todo o país, sem que esse pudesse intervir na escolha do seu Primeiro Magistrado pois, pouco ou nada interessava a opinião da maioria da Nação. [...] Em uma democracia legítima, e não bastarda como a venezuelana, essa consulta à população é feita nas eleições. O povo vai às urnas e escolhe diretamente o seu presidente

a partir do sistema do sufrágio universal e secreto. Na Venezuela, a fórmula da eleição congressional está fora do controle direto da Nação, representando um ato de soberania fundamental de um povo: a escolha do seu Chefe de estado (BETANCOURT, 1999, p. 549).

Betancourt refere-se aos problemas relacionados à postura política do PDV. O primeiro referia-se ao lançamento de um candidato sem que houvesse um debate nacional, relacionado às suas propostas para o país, com isso, a sociedade venezuelana correria o risco de eleger um candidato que não correspondia às suas necessidades no momento das eleições, além do inconveniente de lançar um candidato que não estivesse de acordo com as bases do movimento democrático da AD. Com isso, o sentimento de desconfiança sobre os rumos políticos do país estava expresso na postura política do PDV. Betancourt expressou a sua desconfiança e indignação frente à postura do PDV em relação aos procedimentos e critérios na composição dos membros do Congresso,

Quando lerem esse artigo, a Assembléia Nacional do Partido Democrático Venezuelano estará encerrada. Ela foi composta por delegados de todas os comitês estaduais dessa organização política que formam a maioria em todas as Câmaras. [...] Esta é uma reunião extra-oficial do Poder Legislativo, um Pré-Congresso, ou um Congresso reduzido. E, lembrando que na Venezuela as eleições para presidente da República não acontecem por eleições diretas, apenas de uma forma anti-democrática, através de uma reunião de todas as Câmaras no Congresso, essa Assembléia pedevista é uma antecipação da que acontecerá em abril de 1946 para escolher o Chefe de Estado para os próximos cinco anos (BETANCOURT, 1999, p. 548).

Um dos grandes problemas políticos naquele momento estava no Congresso Nacional, composto em sua maioria por membros do PDV. Para Betancourt, isso representaria um problema para a sucessão presidencial de 1946

[...] Métodos eleitorais e práticas políticas viciadas, sobre as quais não insistiremos nessa oportunidade, levam o Congresso uma incomoda maioria de deputados e senadores de um único partido, compartilhando de um pensamento sujeitos a disciplina de uma única parcialidade política. O PDV controla a maioria eleitoral dentro do Congresso da República. [...] Consideramos imprescindível enfatizar a responsabilidade desse partido pelo clima de inquietação e expectativa em que hoje vive o país, diante de um fato já definido, com contornos precisos: o único candidato, o general López Contreas como aspirante a presidência da República para o período de 1946-1951. [...] O nosso partido, nessa III Convenção, decidiu que é contra essa candidatura. Sobre ela, fundamentalmente consideramos que é uma continuidade, mesmo que alternativa e não invalidada pela Constituição, é sinceramente repudiada pela maioria da nação. Ela implicaria no reconhecimento tácito, desonroso para a Venezuela e que fere a nossa dignidade, de que em mais de cinquenta anos de vida nacional, apenas quatro homens governaram o país: Castro, Gómez, López Contreas e Medina Angarita. [...] (BETANCOURT, 1999, p. 568-569).

Diversos fatores favoreciam a instabilidade política enfrentada pelo país, como a recusa do presidente Medina Angarita em reformar a Constituição, instaurando o voto direto, universal e secreto, optando por manter as eleições indiretas para a Presidência da República.

Problemas ligados ao setor empresarial também abalavam a credibilidade do governo. As desavenças entre o governo e o setor empresarial se tornaram evidentes no tema da intervenção estatal na gestão privada, sendo um elemento que serviu para fortalecer os nexos entre os demais grupos descontentes com a política interventora do governo de Medina Angarita.

A instabilidade política também se agravou graças as dissidências políticas no momento que precedia as próximas eleições. Depois do fracasso do acordo entre a AD e o PDV (Partido Democrático Venezuelano), as possibilidades de consenso estavam esgotadas. O candidato oficial, Diógenes Escalante despertava a desconfiança de todos os setores sociais, inclusive da AD.

Consideramos imprescindível enfatizar a responsabilidade de vocês [o PDN] no clima de inquietação e expectativa que o país vive hoje, diante de um fato já definido com precisos contornos: um único candidato saindo para a arena política, o general López Contreas, como o único aspirante a presidência da República para o período de 1946-1941 (BETANCOURT, 1999, p. 569, grifo nosso).

Diante das eleições de 1946, o PDV não definia um posicionamento em relação a López Contreas como candidato a presidência, não definindo o seu candidato, e, por outro lado, a AD se absteve de lançar um candidato próprio. Para a AD, definir um candidato para disputar as eleições de 1946 não faria sentido pois, a decisão da escolha do Presidente da República não seria através do voto universal, não representando a vontade nacional, resumindo-se a uma decisão do Congresso.

O tema da sucessão presidencial era essencial para Betancourt, predominando em todos os seus artigos publicados entre 1944 e 1945. Esse tema prevaleceu em seus escritos, visto o seu receio em relação aos próximos eventos políticos no país, principalmente as eleições de 1946, que trariam a possibilidade de retorno do general López Contreas ao poder, com a exclusão da maioria da população venezuelana desse processo eleitoral:

Em todas as eleições, a vontade dos eleitores foi limitada e deformada “de cima para baixo”, chegando ao extremo de apresentarem absurdos balanços registrados em números: de 2861 assessores e deputados das Assembléias Legislativas eleitos durante a administração [de Medina Angarita], eram do partido oficial e apenas 142 eram de orientações políticas independentes. Essas cifras negam a tese da “liberdade” e da “pureza” eleitoral. Em países como os Estados Unidos, governado por Roosevelt e regido por uma das democracias mais avançadas do mundo capitalista, esses números causariam escândalo. [...] Por razões complexas, entre elas de ordem psicológica, nascida do ressentimento popular, acumulado por décadas, contra os governos repressores, existe uma poderosa corrente oposicionista na Venezuela. Um setor dessa sociedade está organizado partidariamente na Acción Democrática. O outro não está localizado em nenhum lugar e nem submetido à disci-

plina militar. Mas os dois unidos formam uma grande porcentagem da nossa população ativa (BETANCOURT, 1999, p. 554-555, grifo do autor).

A sucessão presidencial foi um assunto que desestimulou a AD a lançar um candidato próprio, pois a população não participaria do processo eleitoral de 1946

Nosso partido compreende que tem que influenciar, de maneira indireta mas efetiva, a eleição presidencial que se aproxima. Isso porque é a única organização política com crédito de confiança e com uma profunda fixação em vastos setores da opinião pública.[...] Começo dizendo que não nos entusiasmos com a idéia de lançar um candidato próprio para 46. Não descartamos essa possibilidade, ela apenas não está entre as nossas prioridades. A situação de hoje é distinta da existente em 1941, quando lançamos a candidatura de Rómulo Gallegos pois, estávamos convencidos de que ele não seria eleito pelo Congresso.

A ironicamente chamada “candidatura simbólica” teve um papel histórico em 1941. Na hora incerta de vacilação e de dúvida, esse foi um gesto de afirmação e de fé (BETANCOURT, 1999, p. 561-562, grifo do autor).

A situação política no país se tornou inconciliável entre os partidos políticos, principalmente entre a AD e o PDV, quando esse partido substituiu o seu candidato, Diógenes Escalante por Ángel Biaggini, ministro da Agricultura de Medina Angarita. Para os dirigentes da AD, o candidato que reuniria os principais requisitos para assumir a presidência seria o Dr. Diógenes Escalante. Essa mudança de candidatos foi acarretada por um problema pessoal enfrentado por Diógenes Escalante. Diante dessa situação, grupos favoráveis ao ex-presidente López Contreas apresentaram a sua candidatura, aumentando o clima de instabilidade política entre os setores democráticos.

Em setembro de 1945, dois candidatos estavam confirmados para a disputa presidencial de 1946, o general López Contreas e o Dr. Ángel Biaggini. O PDV e Juan Bautista Fuenmayor, membro do PCV, apoiam a candidatura de Biaggini. O PDV ainda contou com um importante aliado, o PCV, contando com a sua experiência de organização e de propaganda política. Os comunistas manifestaram uma extrema adesão ao governo, levando alguns dos seus principais militantes para prestar serviços ao PDV. Essa aliança do PDV e do PCV pretendia disputar os votos populares com a AD.

Por outro lado, com aquela configuração dos partidos políticos no país, a AD não precisaria mais se referir à esquerda ou opor-se à direita pois, ambas haviam se fundido, dispensando os rótulos de anticomunistas pois, os comunistas tornaram-se aliados do governo. Com isso, a luta partidária naquele momento se resumiria entre os que estavam contra AD e os que estavam a favor da AD. Diante disso, o ambiente político se dividiria entre os inimigos de Medina Angarita e Biaggini, um candidato que continuaria o governo de Medina Angarita e os inimigos de López Contreas, visto como um reacionário.

Depois dos problemas na candidatura de Diógenes Escalante, a disputa presidencial se definiu entre López Contreras e Angel Biaggini. Em artigo publicado no dia 13 de setembro de 1945, intitulado “*Nuestra Actitud ante las Candidaturas presidenciales*”, Rómulo Betancourt define a posição do seu partido diante das próximas eleições

Estamos dispostos a lutar sem descanso, diariamente, contra o retorno do ex-presidente López Contreras. Sem impulsos mesquinhos ou razões subalternas de rancores pessoais, sendo o resultado de uma análise que considera um ato desacertado o regresso do candidato citado [...]

Devemos definir uma posição sobre a candidatura do Dr. Angel Biaggini. E, hoje, vamos defini-la, com franqueza, sem nos esquivar, o que nos caracteriza como um órgão da imprensa independente e responsável. [...] A capacidade administrativa, a firmeza, a independência de caráter, o conhecimento dos problemas nacionais e a visão para resolvê-los, a audácia para romper círculos de “camarillas” indolentes e aproveitadores, essas são as qualidades que a Nação exige do seu futuro presidente. E nenhuma dessas qualidades contribuíram para formar a personalidade desse pré-candidato pedevista. [...]

O Dr. Biaggini na chefia do Estado faria um governo que caminhará sem firmeza, débil, até absurdo, caminhando nas nuvens. Ou melhor: apoiado na força política do outro, que poderia ser o general Medina Angarita (BETANCOURT, 1999, p. 581-582, grifo do autor).

Para Betancourt, a escolha de Biaggini para a presidência da República foi um golpe contra a democracia, vista a sua trajetória política no país. A trajetória de Biaggini no Ministério da Agricultura não foi satisfatória, a crise na produção era evidente, bem como o seu descaso diante das economias locais. Betancourt, em um de seus artigos, retratou a situação de descaso em que estavam as economias locais em alguns momentos da gestão de Ángel Biaggini. Os problemas relacionados à economia local sempre foram uma preocupação para Betancourt. Em “*Fracasó una Arepería*”, publicado em 19 de janeiro de 1944, Betancourt fez críticas à economia nacional, que não favorecia a produção nacional, além de impedir o acesso da população a determinados produtos necessários ao consumo. A partir dessas experiências assistidas por Betancourt em suas viagens pelo país, ele não acreditava na ação política desse candidato.

Além disso, Betancourt afirmava que o governo de Biaggini se caracterizaria por uma ausência de capacidade criadora, de audácia administrativa, definindo-se como um governo incapaz de resolver os problemas que afetavam o país, retardando o seu desenvolvimento. A debilidade e a incapacidade caracterizariam esse governo, que sempre recorria aos militares para obter apoio, especialmente nos generais Medina Angarita ou López Contreras, resultando na continuidade do processo ditatorial no país (SOTELDO ROJAS, 1999, p. 166).

Além da instabilidade política enfrentada pelo país e a insatisfação de diversos setores sociais, com a escolha de Ángel Biaggini como candidato a presidência, Medina Angarita

acrescentava mais um forte motivo para acabar com a sua gestão e contribuir com o golpe de 18 de outubro de 1945. A ruptura da AD com o PDV fez com que vários membros da AD estabelecessem contato com os militares da UPM¹⁷ (*Unión Patriótica Militar*), que também tiveram os seus motivos para estarem insatisfeitos com Medina Angarita e o eventos que sucediam as eleições de 1946.

Os problemas políticos enfrentados pelo país alcançavam também o setor militar que também estava ansioso por mudanças na vida política do país. As forças armadas pretendiam assumir o domínio do país naquele momento. Esse processo de tentativa de tomada do poder se iniciou em 1944, com a união dos militares descontentes com a crise política no país, concretizando-se em 1945 com a reunião de alguns membros desse setor com civis, resultando na UPM.

A UPM nasceu com o objetivo de alterar a vida política do país, para isso, esse grupo reivindicou melhorias para a Venezuela e para a instituição militar, com a sua intervenção no governo. Eles planejaram implantar no país uma ordem, onde imperassem valores como a honestidade, a capacidade, a justiça e o primado da vontade nacional na escolha daqueles que governariam o país, assegurando um processo eleitoral direto com garantias iguais para todos os participantes da disputa eleitoral (ARENAS; GOMEZ CALCAÑO, 2000).

As Forças Armadas durante esses anos desenvolveram uma certa consciência política que fez com que ela se considerasse um sujeito político autônomo. Os jovens militares se distanciavam cada vez mais da figura de Gómez e de Medina Angarita. Esses militares queriam participar ativamente das decisões e dos benefícios sociais e econômicos do processo modernizador posto em andamento. Com isso, à medida que Medina Angarita estabelecia acordos com os partidos políticos, como o PCV, ele perdia o apoio das Forças Armadas (SOTELDO ROJAS, 1999).

Rómulo Betancourt definiu a sua opinião sobre as Forças Armadas, ao afirmar que o desejo de exercer a cidadania não era compartilhado apenas pela população pois, vários núcleos importantes das instituições armadas também desejavam a instauração da democracia. Em seu discurso “*Venezuela, la sucesión presidencial y el Ejército*”, publicado em 06 de maio de 1945, Betancourt afirmou a proximidade e a confiança no Exército

Outro tópico que deve ser abordado nessa oportunidade, em relação a sucessão presidencial, é o papel desempenhado pelas Forças Armadas. Não me espanta o gesto de surpresa e até de angústia com que recebem as palavras que acabo de pronunciar. Na Venezuela, o tema do Exército é um tabu, sem

¹⁷ A UPM surge no ano de 1942 como uma organização clandestina, ela inspira-se em uma organização similar argentina e peruana, as chamadas logias, no entanto, nesses países essa organização não se manteve por muito tempo. Perón foi um dos fundadores na Argentina em 1943, ano do ressurgimento da UPM.

razão alguma para avaliar e justificar esse procedimento frente uma das mais importantes instituições da República. [...] Aqueles que falam da atitude das nossas instituições armadas estão errados, porque se esquecem que o Exército não é um patrimônio privado para qualquer prestígio pessoal, é apenas o Exército da Nação. O processo de democratização da consciência nacional não se detém às portas dos quartéis. O desejo de dignidade política e de uma superação democrática do país presente no pensamento dos núcleos civis da população nacional também está na mente e no coração dos oficiais, dos cabos e soldados da aviação, da infantaria, e da marinha, (aplausos).[...] É por tudo isso dito até agora que quero fazer uma profecia, orgulhoso como venezuelano, por poder me expressar assim sobre as Forças Armadas em meu país, se o próximo presidente da República fosse civil, teria o apoio do Exército sem pretextos, com respaldo e sem reservas... (os aplausos diminuíam com as últimas palavras do orador) (BETANCOURT, 1999, p. 563-564, grifo do autor).

A insatisfação com o governo se intensificava progressivamente e o presidente Medina Angarita não alterou a sua agenda política, negando-se a conduzir a reforma constitucional, anteriormente prometida e que garantiria o direito ao sufrágio universal e direto para as eleições presidenciais e os demais cargos. Muitos setores sociais, como as classes populares, os setores produtivos, os partidos políticos, como a AD, e as Forças Armadas aguardavam essas mudanças. As Forças Armadas também percebiam essa insatisfação geral e esse setor também passou a buscar a ampliação da democracia na sociedade. Essa reação dos militares se justificava também por problemas internos, como os baixos salários, levando-os a uma situação social precária (ARENAS, GOMEZ CALCAÑO, 2000, p. 14).

O setor produtivo, agrário e industrial, também demonstrou a sua insatisfação, à medida que a oposição empresarial se intensificou. Diante do impasse que se caracterizou nesse setor, o governo buscou formas de estabelecer medidas conciliatórias, como a criação de organizações, como a *Junta Nacional de Fomento de la Producción*, em novembro de 1944. Essa organização teria o objetivo de administrar fundos de crédito, visando minimizar a situação econômica, basicamente a vinculada ao setor agrário, gravemente afetada por obstáculos gerados pela Segunda Guerra Mundial. O governo, utilizando os seus recursos, ampliou os investimentos na iniciativa privada. Temporariamente, essas medidas fizeram com que os empresários moderassem suas críticas ao governo, mas as *Fedecámaras*¹⁸, em 1944, retomaram as críticas às medidas do governo pois, ele havia vetado a criação do *Consejo de Economía Nacional* (BANKO, 2001, p. 146-147).

¹⁸ A Federação de Câmaras de Comércio e Produção (*Fedecámaras*) é uma associação de associações empresariais, ela surge como resposta ao crescimento do setor, Existiam 21 câmaras que representavam o comércio, a indústria, a agricultura.

Em maio de 1945, o governo iniciou uma série de mudanças que alterariam o sistema eleitoral para as próximas eleições. Dentre essas mudanças, foi aprovada uma reforma constitucional que admitia o voto da mulher nas eleições municipais e na eleição para deputados. Essa reforma também assegurou a liberdade de praticar e difundir “doutrinas comunistas e anarquistas”. No entanto, essas reformas não estavam de acordo com as exigências da oposição e das necessidades da sociedade venezuelana. Mas, o governo ainda buscou reduzir a insatisfação social, fixando o salário mínimo, regulamentando o trabalho no campo e promulgando uma Lei de Sociedades Cooperativas, com disposições que favoreceriam os trabalhadores, mas essas medidas não tiveram sucesso.

Em 1945, o tema das eleições ganhava maiores dimensões no debate político, ocupando um lugar de destaque, com as candidaturas de López Contreas e Ángel Biaggini para a disputa presidencial de 1946. As eleições de 1946 se tornaram o maior problema enfrentado por Medina Angarita pois, a oposição, representada pela AD, expressava a sua indignação em relação à ausência da população no processo de decisão do presidente da República.

A esse respeito, o nosso partido, Acción Democrática, pode dizer com palavras sonoras e claras que não assumiu compromissos políticos, nem direta ou indiretamente para apoiar a candidatura de López Contreas em 46, a candidatura do doutor Arturo Uslar Pietri, nem nenhum outro candidato oficial. E, um dos grandes objetivos dessa luta de outubro é, precisamente projetar um futuro nacional, em que o povo demonstre a sua capacidade para repudiar qualquer chefe de Estado imposto, seja de qual for o reduto de onde venha essa candidatura de imposição (BETANCOURT, 1999, p. 506).

A eleição de 1944, aos olhos dos dirigentes da AD não eram legítimas pois, não contavam com a participação popular. Para esse partido e para o seu líder, Rómulo Betancourt, as decisões políticas deveriam partir da vontade nacional e não serem impostas por um pequeno grupo de lideranças políticas que defendiam seus interesses privados.

Concluo com a lembrança de um momento estelar no nosso esplêndido passado histórico. O Libertador estava em Pativilca, quase moribundo, vítima de uma terrível insolação. Dom Joaquim Mosquera se aproximou do seu leito para perguntar-lhe sobre o seu novo objetivo, e ele respondeu com a voz metálica, com os olhos brilhando já vidrados : Vencer. Com essa única palavra, breve e comprometida, constatamos aos tímidos que não sabem como nos atrevemos a enfrentar uma coalizão onde se conjugam dinheiro, recursos de poder e uma demagogia desenfreada. Vamos vencer as eleições de outubro, duplicando os votos que o nosso partido obteve nas anteriores e justas eleições, e demonstrando nas ruas, no palanque e na imprensa – diante do povo, e integrados com ele – como todas as desavenças são impotentes

para impedir uma Nação na conquista pelo direito por uma vida livre, digna e feliz (aplausos) (BETANCOURT, 1999, p. 507, grifo do autor).

A participação popular ganhava importância nos discursos da AD pois, a partir da participação popular, expressa através do voto universal, a democracia, um dos principais objetivos de Rómulo Betancourt e da AD seria consolidada. Para reforçar o seu argumento e assegurar o direito ao voto, Betancourt recorreu à imagem de Simón Bolívar, como o maior exemplo de luta, devendo ser seguido pela população que nunca deveria desistir de alcançar os seus objetivos.

Três circunstâncias explicam porque as eleições na Venezuela não expressam a vontade da maioria da população. A primeira delas está em excluir os analfabetos do processo eleitoral. O analfabeto paga impostos, presta serviço militar nas instituições armadas, cumpre compromissos e deveres para com a Nação, impostos pela Constituição e pelas leis da República. O seu direito ao voto é vedado como sanção devido a sua ignorância, que tem como maior culpado o Estado, que impede a grande massa venezuelana de ver com clareza as injustiças, explorações e mentiras. [...] A segunda causa da irrisória quantia de votantes está na exclusão da mulher no processo eleitoral. Duzentas mil mulheres vivem no Distrito Federal e compartilham responsabilidades com a população masculina diante da sociedade e da vida. E, apenas em 1946, com a reforma constitucional, a mulher poderá exercer o seu direito ao voto universal [...] E, por último, a fixação da idade de 21 anos para o venezuelano poder exercer a sua cidadania, eleger e ser eleito. Em outros países, onde não temem o fervor da inquietude juvenil, 18 anos é considerada a idade – limite para exercer o direito ao voto (BETANCOURT, 1999, p. 514-515).

A sucessão presidencial se tornou um fator crítico no início de 1945. O tema do sufrágio universal e direto foi a principal bandeira das reivindicações de todos os setores da sociedade. E, em relação a esses temas, o governo de López Contreas e Medina Angarita demonstraram a sua limitação política, impedindo o acesso da população às eleições presidenciais de 1946. Essa postura demonstrava a sua incapacidade para perceber os anseios da maioria da sociedade, em um momento no qual aquelas reivindicações representavam as tendências modernizadoras que emergiam, representadas pela AD e pelas demais forças políticas. Para a AD, o sufrágio universal e direto era um dos principais pilares da democracia no país e consequentemente asseguraria a sua entrada na modernidade. E, por isso, o direito ao voto e a escolha do presidente da República não deveria se restringir apenas a um grupo político, como o PDV. Para Betancourt

Uma série de fatores históricos colocou a possibilidade de escolha do presidente em 46 nas mãos do PDV, esse partido deve perceber que não vai escolher um funcionário para o seu uso doméstico, será o presidente da Venezuela. E que a Venezuela tem o irrenunciável direito de decidir com consciência o ato de eleger, para que as suas palavras sejam atendidas, se concorda ou não com o candidato e com o seu programa que vai reger a vida nacional nos

próximos cinco anos, de 1946-1951. (Aplausos) O país quer conhecer o nome e a plataforma desse candidato para estabelecer um diálogo com ele. Para exigir que conheça toda a Venezuela, percorrendo pelos seus caminhos solitários, para que veja como as províncias estão acabando, vítimas do abandono e da falta de atenção do governo (aplausos). Para exigir o expreso compromisso de democratizar esta Constituição retrógrada, para que em 1951, o presidente possa ser eleito através do sufrágio direto, universal e secreto (BETANCOURT, 1999, p. 564-565, grifo do autor).

Betancourt, adotando o pseudônimo de “Próspero”, escreveu um artigo em uma coluna de política do jornal *El País*, publicado em 22 de novembro de 1944. Naquele artigo, ele expôs a sua opinião sobre a questão da importância das eleições diretas, vistas como um dos veículos da democratização e da modernização. Depois de falar sobre alguns movimentos políticos latino-americanos, Betancourt afirma que

Esta revisão esquemática dos movimentos insurrecionais ocorridos na América, em países onde Hitlers tropicais impediram qualquer possibilidade de atuação de forças democráticas, revela como é insensata a tese que intitula todo movimento insurrecional americano de reacionário e fascista. Na Venezuela, [...] as vias legais para lutarmos civicamente contra as deformações e falsificações da nossa democracia estão abertas. E são essas vias que estão transformando os homens e as organizações realmente democráticas (BETANCOURT, 1999, p. 523).

A última tentativa de buscar uma solução conciliadora para o problema da sucessão presidencial entre as correntes políticas foi a proposta do Comitê Executivo da AD, ao dirigir-se aos membros do Diretório Nacional do PDV e aos demais partidos como o PCV. Esse documento demonstrou o esforço da oposição no intuito de solucionar o impasse da crise política no país de uma forma pacífica. A AD se dirigiu aos partidos venezuelanos em 13 de outubro de 1945

A IV Convenção Nacional do Partido Acción Democrática decidiu que esse Comitê Executivo se dirige aos representantes das outras forças partidárias existentes no país para expor os nossos pontos de vista sobre a atual situação política e convidá-las a uma discussão sobre essa situação em uma mesa redonda.[...]

Para a Acción Democrática, a situação política do país é complexa e grave. Na análise mais superficial da nossa realidade observa-se um estado de ânimo coletivo que se dirige a uma desintegradora anarquia. O desconcerto e a confusão dominam os ânimos e está surgindo no horizonte a perspectiva de que o estado das coisas pode resultar em violentos choques entre as duas facções fragmentadas do regime político imperante.[...] Para nós, esse comportamento do país frente as candidaturas em jogo obedecem ao seu íntimo repúdio e à falta de sinceridade institucional na Venezuela. Os princípios teoricamente normativos da vida pública nacional estão em flagrante contradição com a realidade mesquinha das práticas e dos sistemas em uso. O conceito-chave de toda a organização republicana leal aos princípios democráticos acolhidos pela Constituição, quando diz que “a soberania reside no povo, aquele que a exerce por meio dos poderes públicos”, é zombado e burlado na Venezuela. A soberania foi usurpada do povo, ela é exercida pelas “camartil-

las” oligárquicas, sob o signo do personalismo autocrático e contra a vontade da Nação.[...] Hoje estamos em crise – uma crise profunda e insuperável – no artificial e antidemocrático sistema de governo existente na Venezuela e estamos diante de uma situação que implica em um fracasso irremediável dos procedimentos e dos métodos, e não apenas do fracasso dos homens. Fundamentalmente, o país não se interessa pela disputa em torno dos votos eleitorais do Congresso para aquele ou outro personagem, postulados, uns e outros, por setores de um mesmo regime, agrupados sob bandeiras pouco diferenciadas, porque o que interessa, é eleger ele mesmo, mediante o sufrágio universal, direto e secreto o presidente e os organismos deliberantes da Nação. [...] (BETANCOURT, 1999, p. 593, grifo nosso).

No dia 13 de outubro de 1945, a AD expôs a sua opinião sobre o problema da sucessão presidencial, propondo um debate sobre esse assunto. O objetivo da AD era o de estabelecer um procedimento para a escolha do presidente a República. De acordo com a proposta da AD, inicialmente, o presidente seria designado pelo Congresso para atuar provisoriamente, enquanto isso, aconteceria uma reforma no sistema eleitoral e na Constituição; após essa fase, aconteceriam eleições diretas para eleger o chefe de Estado e os membros do Congresso. No entanto, o PDV não concordou com essa proposta da AD. O partido propôs um acordo entre os partidos, visando a mudança no processo eleitoral,

Nossa fórmula consiste na escolha de um cidadão extra-partido, com eficiência e integridade de caráter para que, eleito chefe do Estado pelo Congresso em 1946, cumpra a data pré-fixada na disposição da Constituição, conforme o acordo da mesa redonda de partidos e de setores responsáveis não organizados politicamente, com a tarefa de presidir uma consulta eleitoral direta para a escolha de um presidente da República em que a Nação confie. [...] Na realidade, o acordo com todos os partidos e todos os setores de opinião sobre o governo provisório e a reforma na Constituição dariam a essas medidas a força de um consenso plebiscitário. Além do mais, sugerimos essa solução conciliatória por desejarmos uma transição da ordem, da ordem das coisas para que elas estejam conduzidas pelo direito constitucional, emanado da soberania popular, que se realiza sem peripécias violentas. Por essas razões, o nosso partido considera como o seu dever patriótico estabelecer diante de todos os partidos a necessidade de encaminhar uma fórmula que permita, dentro do ordenamento constitucional, a transição entre os governos não nascidos da vontade do povo para os realmente forjados em eleições baseadas na livre vontade cidadã. [...] (BETANCOURT, 1999, p. 594 -597).

No dia 16 de outubro de 1945, o PDV respondeu negativamente à carta dos dirigentes da AD. Para o PDV, a situação política do país não era grave ou complexa, como afirmaram os membros da AD, o país estava passando por um período normal e tranquilo e não estavam dispostos a destruir a ordem institucionalizada pela Constituição.

Esse fato levou a uma manifestação dos membros da AD, realizado no dia 17 de outubro de 1945, no *Nuevo Circo* de Caracas, às oito horas da noite. Esse evento contou com críticas ao governo e ao PDV. A manifestação contou com aproximadamente 20.000 pessoas.

Para Maza Zavala (1984), esse movimento foi interpretado como um dos primeiros passos para o golpe de 18 de outubro do mesmo ano.

Betancourt encerrou o seu discurso naquela noite com uma promessa eleitoral. Ele afirmou que quando a AD chegasse ao poder, adiantando o desejado golpe de 18 de outubro de 1945, haveriam eleições diretas e universais. O discurso da manifestação de 17 de outubro de 1945 no *Nuevo Circo de Caracas*, foi publicado em 11 de janeiro de 1946

A Acción Democrática vem esta noite, mais uma vez, dizer as suas palavras com clareza e sem se esquivar, o Partido do Povo vem esta noite falar ao povo na sua mesma linguagem sincera e direta de sempre, “*agarrando al toro por los cuernos*” e chamando as coisas pelo seu nome. Porque para nós, a política não é discutir na surdina, em ocultas e cúmplices negociações, deveria ser aberta, pública e com um vigoroso debate sobre as grandes questões nacionais. Assim, estamos cumprindo o que há quatro anos nos comprometemos com o povo, enquanto partido político “rompendo com o pacto infame de falar a meia voz”. [...]

Uma grande jornada por pão, terra, liberdade e justiça. Companheiros: esta noite iniciamos uma grande jornada. Levaremos a nossa palavra aos quatro cantos do país. Uniremos a tese do governo provisório com um candidato nacional às grandes bases estampadas no nosso programa de partido, presentes nas suas memoráveis jornadas. Lutaremos pelo avanço e moralização da administração pública, contra o peculado, contra o enriquecimento ilícito de funcionários públicos, contra o uso de influências políticas para fins pessoais. Lutaremos pela criação de uma economia próspera e limpa. Lutaremos por pão, terra, liberdade e justiça para o povo. Mas nessa luta, apesar da nossa fé ser capaz de mover montanhas, necessitamos da cooperação de todos os cidadãos independentes, daquele que não se deixou levar pelas belas palavras lopecistas e biagginistas, daqueles que vêm como esses frágeis “*barquichuelos*” que são joguetes das ondas de ânimos dos desprestígios públicos.

Chamamos todo o povo venezuelano, todas as classes sociais venezuelanas, todos os que se sentem desvinculados desse regime, chamamos para lutar pela consigna, pela grande consigna que esta noite histórica na nova Venezuela deixamos semeada na consciência do país: eleições gerais, presididas pelo governo provisório, a fim de que a partir do sistema de sufrágio universal, direto e secreto, o povo venezuelano possa escolher um presidente da República e um Poder Legislativo que representem a Nação (BETANCOURT, 1999, p. 600-611, grifo do autor).

No dia seguinte, 18 de outubro pela manhã, iniciaram-se os acontecimentos da “Revolução do Exército e do Povo”, que encerraria o governo de Medina Angarita. Esse movimento foi planejado pela Junta Revolucionária de Governo, presidida por Rómulo Betancourt. O sistema político mantido durante aquelas décadas deu lugar ao movimento conspirador. As discussões sobre a sucessão presidencial entre os setores da sociedade e a oposição não fizeram com que o governo percebesse o que acontecia no interior das Forças Armadas (SOTELLO ROJAS, 1999, p. 175).

É preciso ressaltar que a decisão de alguns membros da AD ao incorporar-se à Junta Revolucionária de Governo não partiu de todos os membros da AD, mas, especificamente de Rómulo Betancourt, Gonzalo Barrios, Raúl Leoni e Luis Beltrán Prieto Figueroa, os posteriores membros da Junta Revolucionária de Governo, junto aos militares Carlos Delgado Chalbaud e Mario R. Vargas. Dessa forma, apenas esses membros da AD participaram do golpe de 18 de outubro de 1945. O Comitê Executivo Nacional (CEN) da AD e o seu presidente, Rómulo Gallegos não sabiam da conspiração que estava para se consumar. A AD passou a colaborar com a intitulada “Revolução” após a designação de Rómulo Betancourt para a presidência da Junta Revolucionária de Governo (ROMERO, 2006, p. 78).

Para Maria Teresa Romero (2006), a principal diretriz do movimento de 18 de outubro de 1945, esteve na necessidade de definir as bases do projeto revolucionário e cumprir o que foi proposto, agindo de acordo com as expectativas criadas na sociedade venezuelana, de uma forma rápida e eficiente. Para isso, o governo provisório iniciou uma série de atividades, compostas por uma intensa atividade administrativa e legislativa, decretando diversas medidas de emergência, com o objetivo de estabilizar o clima instável do país e avançar a “Revolução de Outubro”. Para esse grupo, seria difícil garantir uma certa estabilidade pois, seria necessário estabelecer um novo Estado na Venezuela, garantindo uma nova ordem pública com um regime de liberdades políticas, abrindo um novo processo político de reformas eleitorais, primeiramente para a Assembléia Constituinte e depois para a presidência da República e o Congresso Nacional (ROMERO, 2006, p. 82).

No dia 19 de outubro de 1945, Rómulo Betancourt começou a expor as mudanças imediatas e emergenciais. Entre elas, destacaram-se o restabelecimento da soberania popular e das liberdades públicas, o estabelecimento da democracia com amplas garantias para todos os partidos políticos, a normalização da administração pública, com o objetivo de evitar o enriquecimento ilícito, reduzir o custo de vida e elevar as condições econômicas e sociais da população, iniciar uma reforma petroleira, agrária e educacional, além de estreitar os vínculos com as nações democráticas e romper relações diplomáticas com regimes ditatoriais e reacionários.

Entre as promessas feitas por Betancourt, destacaram-se as feitas ainda no *Plan de Barranquilla*, em 1931, e que se concretizam no programa da AD, como a modernização da sociedade venezuelana em todas as suas áreas de desenvolvimento econômico, político e social, partindo da sociedade rural, a partir da maximização da renda do Estado, advinda do petróleo. Completando essa agenda de compromissos, nomeou-se um novo gabinete executivo, com a designação dos governadores dos vinte estados e dos territórios federais. Dentre os go-

vernadores e membros do gabinete executivo, a maioria eram militantes ou filiados à AD. Com a organização daquele quadro administrativo, instalou-se uma burocracia estatal, centralizada pela AD, fato que alimentou insatisfações entre os demais partidos e setores excluídos, e que posteriormente geraram fortes oposições.

A convocação de uma Assembléia Constituinte apresentou a possibilidade da concretização das propostas revolucionárias, com a elaboração de uma Constituição democrática, moderna e progressista, a organização de eleições livres, diretas, universais e secretas para a escolha do futuro presidente. Junto a essa medida, Rómulo Betancourt decidiu que nenhum membro da Junta Revolucionária de Governo poderia se candidatar à presidência da República nas próximas eleições, descartando a possibilidade da sua candidatura para as eleições de 1946. Segundo Betancourt, com isso, uma nova ética política começaria a se estabelecer no país.

Entre outubro e dezembro de 1945, novos partidos foram criados, entre eles, o Partido Socialista Venezuelano (PSV), sob o comando de Rafael Naranjo e José Rojas Contreas e o partido *Unión Republicana Democrática* (URD), dirigido por Elías Toro, Isaac Pardo e Andrés Germán Otero. Em janeiro de 1946, fundou-se o *Comité de Organización Política Eleitoral* (COPEI), dirigido por Pedro del Corral, Lorenzo Fernandez e José Antonio Pérez Díaz. E, a partir de 1946, a URD e o COPEI se converteram em inimigos declarados do governo de Betancourt.

A “Revolução de Outubro” não se deteve em estabelecer as liberdades políticas nos direitos de soberania popular, ao eleger os membros do legislativo e do executivo. Além disso, o governo provisório iniciou reformas mais profundas na estrutura do Estado, com a descentralização administrativa do Estado, iniciando uma reorganização de ministérios e a criação de novos institutos autônomos. As reformas políticas foram acompanhadas das reformas agrária e petroleira, destinadas a regular a economia e incentivar a industrialização nacional (ROMERO, 2006).

A educação também passou por mudanças, com a garantia do acesso à instrução primária e o empreendimento de uma campanha de alfabetização, com base numa nova Lei de Educação. Esse processo foi parte de uma medida fundamental: a reforma social, o pilar do projeto revolucionário de Betancourt, que buscava a modernização da sociedade venezuelana, com o seu início na sociedade rural do país. Com o propósito de defender a sociedade, outras bases também foram importantes nesse processo, como a prestação de um melhor serviço de saúde e a garantia e ampliação dos direitos dos trabalhadores beneficiados na Constituição. O

direito a organização sindical foi estimulado pois, os sindicatos eram considerados como uma das bases da organização democrática da sociedade .

Os primeiros momentos do governo da Junta Revolucionária foram caracterizados por uma certa estabilidade e uma relativa harmonia. Os problemas viriam alguns meses depois, à medida que as reformas, medidas e decretos começaram a afetar os interesses, principalmente econômicos .

Em janeiro de 1946, os golpes começaram a sinalizar a instabilidade política que se anunciava. Um dos mais estremecedores foi o ataque arquitetado por um grupo de militares e civis em dezembro de 1946, no dia da aviação. Naquela tentativa de golpe estavam envolvidos militares que estavam cumprindo funções no governo, e civis do grupo de Jóvito Villalba, que até 1939, com o rompimento entre o PDN e o PCV, foi amigo e companheiro de lutas de Betancourt (ROMERO, 2006).

Os acordos estabelecidos pela *Unión Militar Patriótica* (UMP) e a AD foram os de constituir uma Junta Revolucionária de Governo, integrada por Rómulo Betancourt como presidente, Luis B. Prieto F., Major Carlos Delgado Chalbaud, Raúl Leoni, Gonzalo Barrios, o capitão Mario R. Vargas e Edmundo Fernández. E, ficou definido que essa Junta duraria o tempo necessário para convocar eleições gerais que permitissem a eleição do presidente constitucional da República através do voto universal, direto e secreto, realizando-se as eleições para reformar a Constituição Nacional de acordo com a vontade do povo (ALARICO GÓMEZ, 2004, p. 144).

A campanha eleitoral de 1946 começou e o governo provisório garantiu a tranquilidade na disputa. Os diferentes candidatos expunham as suas plataformas de governo e a Junta Revolucionária bem como os membros do Executivo respeitaram rigorosamente o direito a oposição ao governo. Mesmo assim, esta atacou duramente o governo provisório. No dia 27 de outubro de 1946, os venezuelanos votaram sem repressões, com homens, mulheres e jovens a partir dos 18 anos dirigindo-se às urnas. A opinião da população foi respeitada e expressou-se com a vitória da AD com a maioria, seguido do COPEI, a URD o PCV e os demais partidos. Com o resultado, a Assembléia Nacional Constituinte se instalou oficialmente em 17 de dezembro de 1946, composta majoritariamente por membros da AD (ALARICO GÓMEZ, 2004).

A nova Constituição Nacional dos Estados Unidos da Venezuela foi sancionada no dia 05 de julho de 1947. O artigo n. 253, declarava revogada a Constituição de 1936, reformada em abril de 1945. Na nova Constituição se estabelecia a função da propriedade, deixando evidente que, sobre todos os interesses, primava-se o geral, definiu-se a função do Estado como

um planejador, regulador e distribuidor da riqueza, destacou-se a importância da democracia e foi concedido o direito do voto universal, direto e secreto, o direito a greve e de organizar sindicatos, fixaram-se as bases para uma ampla reforma agrária, criou-se o *Habeas Corpus*, as Forças Armadas teriam um novo estatuto onde elas se tornariam um organismo apolítico, obediente e não deliberante, as relações entre o Estado e a Igreja foram definidas, as normas que regiam o sistema educativo foram modernizadas, eliminando os princípios do decreto 321 que causaram uma grande insatisfação na comunidade educacional, e a incorporação da mulher como um componente ativo na sociedade, medidas que tiveram o objetivo de modernizar o Estado venezuelano.

A partir de 1946, o governo provisório enfrentou uma série de protestos civis, compondo um ambiente político conflituoso. Mais tarde, diversos fatores se posicionavam contra a “Revolução de Outubro”, desencadeando o golpe de novembro de 1948. Entre esses fatores destacaram-se as ambições pessoais dos militares e civis, com a idéia de governar o país, alimentada pelas Forças Armadas, além da crise e o descontentamento de diversos setores nacionais, que geraram certas medidas, impulsionadas por um certo sectarismo e uma intolerância do governo.

Para Betancourt, alguns erros contribuíram para os desacertos políticos do governo, entre eles os chamados decretos educacionais n 321. Eles diziam respeito à medida promulgada em 30 de maio de 1946 que estabelecia critérios de avaliação diferentes para as escolas públicas e privadas. Esse decreto n.321 quase levou a Junta Revolucionária de Governo à uma crise generalizada. Ele seria suspenso e se promulgou um novo decreto em seu lugar. No entanto, a Junta saiu fragilizada desses eventos, produzindo desagradáveis consequências.

A Junta de Governo enfrentou problemas durante a sua gestão, no entanto, existiram razões possíveis para a sua derrocada que podem ser encontradas no momento da integração dessa Junta, dominada na sua maioria (5 pessoas) pelos membros da AD. Em uma análise dos eventos que antecederam o golpe de 18 de outubro de 1945, Marcos Pérez Jiménez aparece como o principal estrategista e um dos líderes do referido movimento. Rómulo Betancourt afirmou que Pérez Jiménez queria e podia mandar. Desde o primeiro encontro com Betancourt, em 1945, ele foi o interlocutor e posteriormente seria o antagonista do movimento de 1945 (ALARICO GÓMEZ, 2004, p. 141).

Os fatos ocorridos naqueles dias foram de grande importância para compreender os acontecimentos dos próximos anos, de acordo com Carlos Alarico Gómez (2004), principalmente as intenções e os protagonistas do golpe de 1948. A versão de Betancourt e Delgado Chalbaud sobre a derrocada do Triénio com o golpe de 1948, era a de que Pérez Jiménez não poderia assistir à reunião da Junta pois estava com problemas de saúde, no entanto, aquela

seria a reunião de maior importância pois, naquele momento, seriam designados os novos governantes do país. Nessa reunião ocorreram fatos que revelaram que os líderes da AD e da UMP não estavam de acordo sobre quem integraria a Junta, apenas estavam de acordo com a indicação do seu presidente, Rómulo Betancourt. A composição da Junta levou a pensar que Delgado havia manipulado ao seu favor e que havia um acordo oculto entre os dois militares que compunham a Junta Revolucionária, pois nenhum dos seus membros haviam citado o nome de Pérez Jiménez para participar do grupo.

Rómulo Gallegos e outros membros da AD acreditavam na hipótese de uma manipulação civil na composição da Junta, e que membros militares da mesma não eram os mais representativos, e eram excluídos da alta direção da AD. Após o golpe de outubro de 1945, foi essa a herança de Rómulo Betancourt, recebendo um governo dividido, com possíveis rancores de participantes da Junta, o governo medinista derrotado, herdeiro de uma hegemonia de mais de quatro décadas, que ainda tinha um certo prestígio entre alguns venezuelanos, um grupo de militares emergentes com capacidade e desejo de mandar, e um partido sem nenhuma experiência de governar. Todos esses fatos ligados a uma situação de isolamento da AD, com uma oposição decidida a acabar com o governo, aliada ao descontentamento de diversos setores sociais do país, levaram ao novo golpe que mergulharia o país em um longo período ditatorial, conduzido por um dos principais membros das negociações que levaram ao Triénio, o general Marcos Pérez Jiménez.

3.2 As interpretações do “*Triénio Democrático*”

Durante o processo que culminou no golpe de 18 de outubro de 1945, cada um dos grupos políticos envolvidos direta ou indiretamente o explicam de diversas formas. Além dos protagonistas, os analistas desse período tem opiniões diferentes sobre o período de 1945 a 1948. Primeiramente, existe a busca por classificações e definições para explicar o período do *Triénio* e a seu final em 1948.

Muitas análises perpassam o conceito de revolução na busca pela classificação dos eventos de 18 de outubro, enquanto a maioria das análises nomearam esses eventos como um golpe militar. Certamente, essa última definição oferece uma maior coerência ao explicar os acontecimentos dessa data.

Por outro lado, os autores também buscaram compreender as causas do fim do *Triénio* e o seu legado para a sociedade venezuelana. Esses autores explicaram o fim do *Triénio* com o golpe de 1948, a sua ruptura e o seu legado, recorrendo a conceitos que remetem à formação de um imaginário político, que permaneceria na sociedade venezuelana. Essa permanência se

explicaria, pois os elementos do *Triénio* passariam a compor um novo imaginário político, modificando a cultura política nacional, através de discursos e símbolos que seriam transmitidos à sociedade através dos dirigentes políticos. Essas redes de significações permaneceriam após o *Triénio*, criando um novo imaginário político que encontraria espaço na sociedade venezuelana através das práticas populistas. O populismo, característico do *Triénio*, também seria responsável pela formação e pelo seu fim e seria, em outras interpretações, responsável pela formação de uma cultura populista.

No dia 18 de outubro de 1945, a Junta Revolucionária de Governo declarou formalmente a sua missão de dirigir uma “revolução”, com o objetivo de colocar em andamento os projetos de modernização e democratização política, estabelecendo plenos direitos políticos a todos os venezuelanos, consolidando as bases do sistema democrático.

O movimento de 18 de outubro se atribui, portanto, um sentido revolucionário. Ele seria a chamada “Revolução Democrática Venezuelana”. Posteriormente, um dos seus protagonistas principais, Rómulo Betancourt, assumiu que os eventos daquela data se caracterizavam como um golpe e não como uma revolução.

Diversas análises foram feitas sobre o processo que levou a instauração do *Triénio*. Para Carlos Alarico Gómez (2004), os acontecimentos que levaram ao “Trienio” não poderiam ser considerados como revolucionários, pois para isso seria necessária uma ruptura radical das estruturas sociais e econômicas. Na sua análise, o que ocorreu na Venezuela foi um golpe de Estado bem planejado, rápido e violento, que contou com a participação militar e de membros da AD. Mas, apesar da ausência da revolução, o golpe de 18 de outubro proporcionou profundas mudanças na sociedade venezuelana.

Ao analisar o movimento de outubro, Maza Zavala (1984) lhe atribui um caráter de golpe de Estado. Para ele, tratava-se de uma ruptura com a Constituição de 1936 e com o gomecismo, levando à emergência das massas, que a partir daquele momento exerceriam plenamente os seus direitos políticos e sindicais, especialmente com o direito ao voto universal, direto e secreto, e liquidando as antigas estruturas do poder econômico.

Para Manuel Caballero (2004), o 18 de outubro de 1945 também não se caracterizou como uma revolução, sendo apenas um pronunciamento militar clássico. Contudo, os acontecimentos posteriores a essa data, durante o *Triénio* poderiam ser considerados revolucionários¹⁹.

¹⁹ Para Caballero, o uso do termo revolução deve ser compreendido além do seu peso histórico e de comparações, ao remeter-se à revoluções como a Francesa, Cubana ou Mexicana. Essa compreensão deve ter como referência a trajetória histórica venezuelana. Para ele, o “golpe” implica em uma administração, às vezes em um regime e nunca se estende a toda uma comunidade política. A revolução, ao contrário, pode se ampliar por toda a sociedade (CABALLERO, 2004, p. 225).

Steve Ellner (2001) em sua análise acerca do processo que envolveu o período do *Triénio* e os seus possíveis problemas que resultaram na sua derrocada, com o golpe militar de 1948, buscou compreender as diversas opiniões sobre aquele momento. Para ele, os acontecimentos de outubro que resultaram no golpe, feito em nome da democracia, acabou provocando um retrocesso político no país, com o golpe de 1948 (ELLNER, 2001, p. 231).

Ellner (2001) ao analisar a leitura dos defensores do golpe, sugere que, para eles, houve uma ruptura com a tendência constitucional de 1936, fortalecendo a democracia através do voto universal, além de desafiar os privilégios da oligarquia venezuelana. Para os que criticaram o golpe, o governo do *Triénio* não poderia ser considerado de “esquerda” pois, as reformas implementadas pelo governo da Junta Revolucionária não alteraram significativamente as estruturas da sociedade venezuelana.

A partir de aproximações, Ellner (2001) retoma o argumento de que Betancourt era leninista sem ser necessariamente marxista, pois ele não concordava com a afirmação de que a classe operária seria o veículo da revolução, repudiando os comunistas. Depois de estabelecer comparações entre a APRA, a AD e outros partidos latino-americanos, o autor afirmou que a AD representava um “meio-termo” dentro da esquerda latino-americana.

A partir dessas análises, o autor localizou a AD em uma posição ambígua diante do cenário político daquele momento. Inicialmente, ele argumenta em torno de um afastamento, e posteriormente de uma aproximação da esquerda marxista, em virtude da rivalidade com o PCV. Para o autor, a AD poderia ser considerada populista porque a sua ideologia era indefinida, o seu líder máximo, Rómulo Betancourt, exibia qualidades carismáticas, o seu estilo se enraizava na cultura popular e o seu maior apoio provinha das classes populares, além do potencial revolucionário, e o repúdio ao comunismo. E essas características ajudariam a compreender algumas das causas do golpe de 1948 (ELLNER, 2001, p. 233-234).

No entanto, diante do processo político que desencadeou o golpe de 18 de outubro, o *Triénio*, e a sua derrocada, a questão do repúdio ao comunismo não poderia ser visto como uma das posturas que justificariam o golpe de 1948. Rómulo Betancourt se posicionou contra os comunistas, pois havia uma incompatibilidade de objetivos e de práticas políticas, e, principalmente, porque naquele momento, o PCV apoiava o governo de Medina Angarita, mantendo essa postura após o golpe de 18 de outubro. Portanto, não haviam possibilidades da AD e de Betancourt estabelecerem acordos ou concordar com a postura do PCV naquele momento.

Luis R. Dávila (1992) designou um peso especial à materialidade do discurso político do período do *Triénio*. Para ele, todo interesse e toda identidade política se construiu através de um complexo processo discursivo. O *Triénio*, segundo o autor, produziu um tipo de discurso carrega-

do de novos símbolos e valores, como um novo tipo de prática política, com novas formas de ação que modificaram, de forma indeterminada, a cultura política nacional. Para o autor, a primeira “descarga simbólica”, revelou-se 24 horas depois do golpe de 18 de outubro, quando os seus protagonistas o qualificaram de “revolução”, a “Gloriosa Revolução de Outubro”.

Dessa forma, para Dávila (1992), o *Triénio* contribuiria para a formação do imaginário político venezuelano, pois passaria a compor um conjunto complexo composto por representações, atitudes, crenças e práticas, ligadas a uma certa maneira de fazer e interpretar a política. O autor buscou compreender as funções imaginárias e simbólicas do discurso octubrista, as interações entre poder, linguagem e imaginário simbólico através da análise da linguagem utilizada nos eventos de 18 de outubro.

Na sua análise, Luis R. Dávila (1992) apontou a existência de um mito fundador no 18 de outubro, afirmando que as crenças que envolveram esse momento persistiram graças ao mecanismo imaginário e simbólico que o discurso octubrista fixou entre os venezuelanos. O “octubrismo”, para o autor, refere-se a um princípio único que permitiu a recomposição do jogo político, com um espaço de posições políticas diversas, sendo um campo aberto de afirmações, objeções e de relações discursivas entre todas as forças presentes na sociedade. Ele é composto por uma rede de significações, diferenças, identidades e oposições.

Compondo o discurso octubrista, Rómulo Betancourt foi uma figura essencial. Seu discurso se destacou por duas razões: pelo seu campo prático, formando um “campo” de poder ao seu redor, além da sua linguagem que foi pautada e direcionada para a ação. Esses elementos combinados a uma notável destreza para o manejo de imagens e metáforas exerceu uma poderosa capacidade para atingir as mentalidades populares. A “Revolução de Outubro” criou um novo imaginário político²⁰ sobre a história, a sociedade e a política. A nova representação e ação de poder convertia-se em novos elementos que mudaram a forma de pensar o poder em suas funções imaginárias, discursivas e simbólicas (DÁVILA, 1992, p. 20-25).

Nesta análise, o discurso compôs uma das categorias utilizadas para compreender a formação do imaginário político venezuelano no período do Triénio. O discurso congrega o conjunto de enunciados, valores e práticas que definem, informam e justificam as formas assumidas pelo poder e pelas relações sociais, bem como a sua função. Para Dávila (1992), o

²⁰ O imaginário refere-se a um dado fundamental da consciência humana, sendo mais que evocar imagens que se desdobrariam no nosso mundo, entre o real e o imaginário. O imaginário é uma criação incessante e essencialmente indeterminada. Nesse processo, os homens representam as coisas e processos distantes, da mesma forma que se articulam às dimensões distintas. Dávila (1992) em sua análise refere-se ao imaginário construído pelos participantes de outubro, compreendido como uma representação social de processos históricos e políticos.

discurso revolucionário de 1945 criou o seu próprio objeto²¹. Para o autor, o imaginário político venezuelano utilizou um sistema simbólico (componente principal do imaginário), onde os líderes o criaram e o transmitiram através do discurso. A partir desse sistema simbólico, uma sociedade se representa, encontrando a sua identidade. Um “dispositivo” simbólico como o octubrista, dirigiu-se no sentido de fazer com que a sociedade encontrasse uma identidade e uma representação de si mesma, através do discurso de seus dirigentes.

Nelly Arenas e Luis G. Calcaño (2000) consideraram o *Triénio* como o precursor de um processo que gerou uma identidade, um projeto e uma linguagem política, através de uma prática populista. Para compreender o processo iniciado pelo *Triénio*, os autores utilizam as mesmas categorias analíticas da abordagem de Luís R. Dávila (1992). Eles compartilharam a idéia de que os eventos de outubro de 1945 caracterizaram-se como um golpe, com características revolucionárias, no entanto, as suas análises diferem das de Dávila (1992), na definição da idéia de revolução. Para estes autores, o *Triénio* foi posto em andamento por um golpe de Estado e contou com outros elementos que definiram as características desse processo, além dos “dispositivos” simbólicos²². Esse processo congregou características de regimes populistas, pois contou com um líder carismático, Rómulo Betancourt, inserido em uma organização política, com mecanismos formais de decisão, contando com o apoio popular, e instaurando um novo modelo de desenvolvimento.

Para Nelson Acosta (2004), esse novo imaginário criou novos dispositivos simbólicos, caracterizando o que ele denominou como a *adequidad*. Essa nova organização social, cultural e política gerou dispositivos simbólicos que deram um sentido de propósito à sociedade venezuelana. Nesse processo de síntese simbólica, o Estado desempenhou um papel protagônico. Ele assumiu a tarefa de construir uma economia moderna, através de um modelo de desenvolvimento interno, e, por outro lado, processou as demandas sociais, culturais e políticas dos setores médios emergentes. Com essa política, o país conseguiu avanços significativos na conquista da cidadania política, com o sufrágio universal e no plano da cidadania social, com a garantia de acesso aos direitos básicos.

Para esses autores, o caso venezuelano esteve ligado à configuração de um dispositivo cultural que influenciou a constituição de novos atores, atribuindo-lhes uma capacidade para gerar e estabelecer um novo pacto constitucional que propiciasse sustentabilidade à democracia efetiva. Nesse sentido, para compreender a formação do imaginário e a constituição dos

²¹ O autor remete-se a Michel Foucault ao definir o que é discurso, o discurso seria a totalidade que incluiria o linguístico e o não linguístico (instituições, conjuntura política e econômica). Ou seja, a afirmação e repetição dos objetivos do exercício do poder e do lugar que os homens ocupam ou deveriam ocupar na estrutura política e social.

²² Para Luís R. Dávila (1992), os dispositivos simbólicos, componentes do imaginário político venezuelano estiveram acima dos elementos sociais e políticos que levaram ao golpe de 1945, explicando o sucesso da política implementada pela Junta Revolucionária apenas por esses dispositivos simbólicos, minimizando as ações dos protagonistas do golpe de 1945

dispositivos simbólicos na Venezuela, seria imprescindível apreender a dimensão simbólica compreendida como uma variável constitutiva dos atores e de sua nova cultura política. A cultura, sob esse aspecto, equívale às estruturas de significados, em que os homens dariam forma às suas experiências, no âmbito da produção, circulação e consumo de significações. A política seria um dos principais cenários em que se desenvolveriam publicamente essas estruturas (ACOSTA ESPINOSA, 2004).

De acordo com a análise de Nelson Acosta (2004), os dispositivos simbólicos inter-vêm nos processos de formação de atores e das culturas políticas. A configuração do poder político, dos discursos que enunciavam propostas de “boa ordem”, intervinham em todas as esferas do cotidiano. Dessa forma, o cenário do político seria concebido como um campo de luta entre diferentes princípios de “subjetividade”, buscando homogeneizar a sociedade política e culturalmente. AD exemplificou uma maneira de assumir e processar a dimensão do nacional-popular. Ela, de 1945 a 1948, assumiu a dimensão popular na constituição dos sujeitos na vida política, cultural e social do país, dando origem a uma nova identidade social e política.

Nelson Piñeda (1992), confronta as análises sobre a *adequidad* e busca compreender o êxito político da AD, destacando a capacidade desse partido para interpretar a realidade venezuelana. No entanto, para o autor, apenas a *adequidad* não explica a estabilidade política alcançada pela AD, após 1958, como afirma Nelson Acosta Espinosa (2004). Para o autor, existiram outros dispositivos simbólicos que compuseram a intitulada cultura populista, inicialmente proposta no *Plan de Barranquilla*, como citamos anteriormente. Esse fator diferencia a análise de Piñeda (1992) e Acosta (2004) pois para o último, os elementos componentes da nova cultura política foram inicialmente mobilizados pela AD e seus dirigentes, resultando no novo dispositivo simbólico, a *adequidad*.

As análises de Luís R. Dávila (1992), Nelly Arenas e Gómez Calcaño (2000), Nelson Acosta Espinosa (2004) e Nelson Piñeda (1992), utilizam as categorias de imaginário político e dispositivo simbólico para explicar como o golpe de 1945 levou a AD ao poder e justificou a continuidade desse partido no poder, após o golpe de 1958, quando ela se consagra como o partido hegemônico no país, através da implementação de uma política populista.

Buscando outras alternativas de análise, para Manuel Caballero (2004), os eventos de outubro de 1945, trataram-se de uma “revolução à moda venezuelana”, causando mudanças a longo prazo. As suas conseqüências mobilizaram toda a sociedade venezuelana naquele momento e até os dias de hoje. E a partir desse evento, os seus protagonistas estiveram sempre

em evidência, ou seja, Rómulo Betancourt, os partidos políticos e o exército, tornaram-se referências na vida política do país.

Na sua análise, Caballero (2004) enfatiza a importância que os partidos políticos, principalmente a AD desfrutaram posteriormente, principalmente após 1958. Os partidos políticos, após 1958, conseguiram assegurar a estabilidade e o equilíbrio institucional na vida política do país. Outro fator importante deve-se ao apoio de diversos setores sociais, como os trabalhadores, com a organização dos sindicatos, que contou com o apoio dos partidos políticos e os empresários, com a fundação das *Fedecámaras*.

A fundação da AD, as lutas políticas envolvendo Rómulo Betancourt e seus companheiros de partido, o desfecho com o Triênio e suas conseqüências, apontavam para um momento essencial dentro da trajetória de Rómulo Betancourt, da AD e da vida política venezuelana. O golpe de 18 de outubro de 1945, enquanto um fato histórico isolado, não apresenta a sua real dimensão a não ser, quando colocado em um contexto anterior e amplo de busca pela modernização, democratização e hegemonia política através das lutas entre os partidos e forças políticas. A dimensão da importância que o Triênio assume, amplia-se nesses contextos, à medida que eles apresentaram novos elementos que, nas próximas décadas iriam permanecer na sociedade venezuelana. Elementos esses que foram idealizados durante essas décadas, a partir da Geração de 1928 e postos em andamento a partir das discussões políticas que levaram ao *Triênio*. Com isso, diante das análises aqui expostas que fazem uso das categorias de imaginário político, discurso, símbolo e dispositivo simbólico, elas podem ser utilizadas para ajudar a compreender momentos do processo que resultou no *Triênio*, porém não o explicam plenamente. Os autores citados se apropriam dessas categorias como se elas pudessem explicar décadas de fatos históricos envolvidos em infinitos contextos.

Além da sua importância histórica dentro do contexto de formação de uma nova cultura política venezuelana, o período de 1945 a 1948, também se mostrou importante para Rómulo Betancourt. Ele usou os fracassos que envolveram a sua trajetória durante o *Triênio* para apreender os elementos que iriam compor uma nova proposta política para o país. Mas, dessa vez, definindo estratégias políticas e alianças necessárias para cumprir o seu projeto político, baseado na modernização e democratização do país, e definindo a AD como o principal partido político venezuelano durante as próximas décadas.

CAPÍTULO 4

DEMOCRACIA E REFORMAS NA VENEZUELA DE RÓMULO BETANCOURT

4.1 A travessia do exílio ao Pacto de Punto Fijo

O retorno de Rómulo Betancourt a Venezuela, em 1958, após a queda da ditadura de Pérez Jiménez, significou o recomeço de um processo que se iniciou em 1945 e foi interrompido em 1948, com o golpe que destituiu o presidente Rómulo Gallegos. O golpe de 1948 evidenciou profundas mudanças que anteriormente se processavam no país. Elas poderiam ser vistas a partir das várias ações de revolta contra o governo ditatorial, encabeçadas por diversos setores da sociedade. Os venezuelanos começaram a se adaptar a um novo modo de viver a política, com novas regras no jogo político e mudanças sociais propostas no período de 1945 a 1948, que apesar de insuficientes naquele momento, deixavam claras as possibilidades favoráveis para o país.

Durante o *Triénio*, a AD e Rómulo Betancourt vislumbraram a possibilidade de concretizar o seu projeto político para o país, e mesmo com a interrupção de quase dez anos, entre 1948 e 1958, o trabalho no exílio não permitiu que esses objetivos se esgotassem. A vontade de implantar o seu projeto político não cessou, pelo contrário, congregou novos adeptos, apesar das dificuldades enfrentadas durante o exílio. Dessa forma, o período do exílio evidenciou os problemas do projeto político prematuramente, instaurado no país durante o *Triénio*. Com o fim do período ditatorial, os partidos políticos voltaram à legalidade e, dessa vez, com perspectivas concretas de instaurar a democracia, modernizando o país.

O período aberto com o golpe de 1958, que destituiu o general Pérez Jiménez, concretizou permanentemente uma nova etapa no país, caracterizada pela participação popular nas decisões políticas, e com o advento dos partidos políticos, como os veículos articuladores da relação entre Estado e sociedade, e responsáveis pelo diálogo entre as forças políticas e a sociedade.

Após 1958, nesse novo contexto, o país atravessou uma série de problemas para conquistar uma certa estabilidade, pois, as forças políticas não conseguiam estabelecer um consenso entre si. O Pacto de Punto Fijo, assinado em outubro de 1958, vigorou com o objetivo de alcançar a estabilidade política e definir o lugar das Forças Armadas, ou seja, isolando-as da política nacional. Além disso, definiu também o lugar que o PCV ocuparia nos próximos anos, estando sempre em descompasso com a realidade nacional, compondo uma fração radical da esquerda venezuelana, sempre indisposta a assumir acordos e compromissos que ajudassem a democratizar o país. Esse grupo assumiu uma postura ambígua frente os desafios, para acabar com os regimes ditatoriais. Diante dessa postura, outros grupos de esquerda, co-

mo a AD sempre estiveram em desacordo com o PCV, mantendo essa posição por todo o período democrático. Mesmo no período que a AD estava na clandestinidade, ela manteve a postura contra os comunistas, expressa em uma mensagem aos companheiros do Centro (nome atribuído à AD)

Mensagem do Centro. Não existe um pacto secreto nem público com os comunistas, sobre nenhum aspecto, da ação política ou tática. Unicamente existem acordos de ação prática com os comunistas e com a *Unión Republicana* para manifestações e greves[...] (BETANCOURT, 2003, p. 665).

A esquerda venezuelana se caracterizou por muitas dissidências e por uma falta de unidade interna, principalmente na AD, e foi um problema que Betancourt procurou suplantar, através de alternativas de organização do partido. Os comunistas sempre estiveram à margem dos processos políticos decisivos, adotando posturas políticas incompatíveis com o seu momento histórico. A aliança que o PCV estabeleceu com o PDV, a partir de 1940, partido do governo de Medina Angarita, mostrou-se estranha àquele momento, quando os grupos políticos lutavam pela democracia e pelo fim da ditadura. O partido manteve a mesma postura, durante o período de 1948, quando o PCV se manteve do lado dos militares. A postura do partido mudou quando o governo considerou o partido ilegal, vetando o seu periódico. A partir desse momento, apenas para assegurar a sua existência, o partido voltou-se contra a ditadura, mas sem apresentar nenhuma proposta específica para livrar o país da condição de estar em uma ditadura.

O terceiro exílio de Rómulo Betancourt começou no dia 23 de janeiro de 1949. Ele esteve exilado na embaixada da Colômbia em Kingston, na Jamaica. Esse foi um dos lugares onde Betancourt esteve durante os dez anos de exílio. Nesse período, ele procurou manter a organização da AD em diversos países, e principalmente na Venezuela, prosseguindo a sua tarefa de reconquistar o poder e restabelecer um governo democrático na Venezuela.

Durante esse período de exílio, Betancourt passou por diversos países como Estados Unidos, Cuba, Costa Rica e Porto Rico. Durante essa época, ele conheceu e estreitou relações com vários personagens importantes na política latino-americana, consolidando a sua imagem de político e estadista preocupado com o destino da América Latina (ROMERO, 2006).

Betancourt começou a diversificar a sua postura política, com a experiência do Triênio, quando a AD adotou uma postura de isolamento diante dos demais partidos e forças políticas, fato que levou a crise de consensos entre as principais forças políticas do país. Consciente da necessidade de um maior contato e entendimento entre as elites políticas latino-americanas, ele buscou formas de estender e fortalecer a democracia no continente, a partir do

reconhecimento dos objetivos comuns de luta entre os governos democráticos contra as ditaduras. Para ele era fundamental,

Revitalizar a fé na democracia. O primeiro objetivo fundamental para os povos da América é o de revitalizar a sua decaída fé nessas instituições. Em grande número, e de forma defensiva, as correntes políticas e ideológicas apontam o dilema de escolher entre o fascismo e o comunismo como fórmulas únicas para a organização das sociedades e dos Estados. Na América Latina era particularmente alarmante o fenômeno da agressividade totalitária em contraste com a vacilante posição de expectativa, e até de derrota das forças autenticamente democráticas (BETANCOURT, 2003, p. 345).

O ano de 1949 se iniciou com uma nova etapa da ditadura, impondo à sociedade um regime de restrições no que se referia à participação política. Essa nova configuração política se originou de um golpe de Estado, aplicado em 24 de novembro de 1948, contra Rómulo Gallegos, o primeiro presidente eleito através das eleições. A partir do golpe, uma Junta Militar, presidida pelo tenente coronel Carlos Delgado Chalbaud, ministro de defesa do governo de Rómulo Gallegos, foi instaurada. De acordo com a proposta dos membros da Junta Patriótica, nos primeiros anos, ela teria a sua configuração modificada, caracterizando-se como uma Junta de Governo, composta por civis e militares, presidida pelo advogado Germán Suarez Flamerich – de novembro de 1950 a dezembro de 1952 – e após esse período, haveriam eleições. No entanto, de 1952 a dezembro de 1958, instaurou-se no país uma ditadura pessoal, encabeçada pelo coronel Marcos Pérez Jiménez. E, uma das primeiras medidas desse grupo foi colocar a AD na ilegalidade, expulsando os seus principais membros do país, principalmente Rómulo Betancourt, e perseguindo e prendendo os demais.

Durante os meses de outubro e novembro de 1948, muitos acreditavam que mesmo com o golpe, haveriam mudanças com o novo governo da Junta Militar. Rafael Caldera e Jóvito Villalba, secretários gerais do COPEI e da URD, acreditaram no presidente da Junta Militar, Delgado Chalbaud, que afirmou que o governo não se orientaria na instalação de uma ditadura. Ele afirmou também que as eleições aconteceriam em breve, de forma transparente e em condições de igualdade de direitos para todos os candidatos. No entanto, o governo militar indicava outra direção, com a posterior instauração de uma ditadura regida por uma única pessoa, o general Pérez Jiménez (ROMERO, 2006).

Em março de 1949, o clima político estava conturbado, com a proximidade das eleições de 1952, e os partidos políticos reagiam de diversas formas às ações do governo. A partir daquele período, a AD procurou diversas formas de organizar-se na clandestinidade. Nos primeiros meses daquele ano, vários membros do partido se comunicavam através de correspondências. Em várias correspondências, as estratégias estabelecidas pelo partido e pelos seus

componentes exilados estavam descritas, bem como as discussões entre os membros do partido, apontando falhas em ações anteriores, como no *Triênio*, ou retomando estratégias anteriores de organização. Um dos grandes problemas enfrentados pela AD concentrava-se na forma de organização e o que fazer para reagir e reconstruir as bases do partido, retomando os seus objetivos em meio à repressão do governo

Como devemos agir? Dissemos que o partido deve aproveitar a conjuntura eleitoral para iniciar novas e extensas jornadas de agitação contra o regime, sem que isso signifique que estamos fechando outros caminhos para a ação partidária na luta pela recuperação da soberania popular. O partido não pode cruzar os braços diante da consulta popular, nem assumir a atitude de se abster passivamente [...]. Em suma, não devemos renunciar a luta pelo campo da opinião pública, devemos aproveitar a oportunidade eleitoral para criar uma pressão pública contrária ao regime militar (BETANCOURT, 2003, p. 407).

A organização interna do partido foi um tema intensamente discutido durante o período do exílio, pois seria necessário recrutar novos membros para atuarem em sigilo, auxiliando na manutenção e expansão do partido no país, clandestinamente e em outros países. A desagregação do partido sempre foi um tema presente nas reuniões, a partir do momento que o partido entrou na ilegalidade. Em vários momentos, os núcleos locais da AD encontravam-se sem uma direção única e os membros do partido que permaneceram na Venezuela tinham a desagregação e a dispersão que poderia acontecer em todos os diretórios do país. Em uma correspondência entre membros da AD, em 9 de abril de 1949, eles relatam problemas do partido relacionados à falta de liderança

Durante esse período, a organização esteve praticamente sem direção. Esta circunstância se traduz em uma desmoralização perigosa em densos setores da organização, resultando em uma anarquia nas ações [...] Apontamos essa circunstância porque ela se constitui em um fator que não se pode descartar, quando procura-se fazer uma análise objetiva do trabalho interno que temos realizado. A tarefa de reduzir e disciplinar esses grupos dispersos foi paciente e difícil. Já se estabeleceu um comando único e fatores como a anarquia são de outra índole como logo se verá. A outra tarefa, a de levantar a moral, de espantar o medo, de vencer a indiferença medrosa que se apoderou dos nossos companheiros valiosos, com capacidade de direção e muitos que desempenharam valiosas funções públicas, não estão mais em ação. As ações de rua, apesar serem muitas vezes precipitadas, perseguiram certos objetivos. Mesmo sem a intensidade esperada, pretendiam reincorporar muitas pessoas à atividade diária da organização (BETANCOURT, 2003, p. 119).

Além disso, busca pela unidade foi um problema enfrentado pela AD, desde a partida de Rómulo Betancourt para o exílio. O partido sofria com problemas ligados à repressão do governo, às redes de comunicação e à falta de recursos financeiros para os exilados. A clandestinidade e a dispersão de alguns membros do partido tornou-se uma das principais preocu-

pações do CEN e dos representantes da AD em outros países. E, para solucionar esses problemas e ampliar o quadro de militantes no partido, várias medidas foram estabelecidas, como aumentar a renda do partido, para realizarem missões em todos os lugares do país, aumentando o número de adeptos.

Além dessas medidas novos departamentos foram organizados, aumentando a rede de informações entre o CEN e os demais departamentos. Nesses departamentos, o setor de propaganda deveria conter uma orientação doutrinária, trazendo informações atualizadas e programas de rádio e folhetos, com o intuito de informar a população. Porém, o principal entrave para organizar o partido dessa forma foi a questão financeira. Essa situação implicava em impedimentos na realização de manifestações ou ações que envolvessem um maior número de pessoas com menos gastos para o partido.

Para CEN 14 de outubro de 1951. Digam se estão de acordo com as minhas teses: 1 – A bomba não foi atirada na Junta. 2- O Complô foi inventado por Pérez Jiménez para justificar a repressão em massa. 3 – Na resistência armada tivemos cidadãos em conflito com policiais, isso mostra que o povo está disposto a responder a violência com violência. 4 – Negar toda a aproximação ou colaboração com os comunistas. 5 – Denunciar todas as torturas. 6 – Reafirmar a fé no povo, a confiança na AD e a solidariedade para com a direção. Alvarez ²³ (BETANCOURT, 2003, p. 542).

O período da ditadura militar se diferenciou em dois momentos. O primeiro, desde o golpe que destituiu Rómulo Gallegos do governo, com a Junta Militar, seguida da Junta de Governo, que propôs eleições no ano de 1952. A segunda etapa, caracterizou-se por um novo golpe aplicado por Marcos Pérez Jiménez, até a sua queda em janeiro de 1958. Na primeira etapa, alguns partidos políticos atuaram livremente, como o PCV, durante um curto espaço de tempo, sendo ilegalizado em 1950, com a suspensão do seu periódico, *Tribuna Popular*, além da URD e do COPEI, que atuaram até as eleições de 1952. A AD foi considerada ilegal após o golpe de 1948, porém manteve as suas atividades clandestinamente.

Em abril de 1951, uma comissão de juristas foi designada pelo governo para elaborar um novo estatuto eleitoral que foi posteriormente decretado. No mês de outubro do mesmo ano, o governo decretou a Universidade Central da Venezuela (UCV) em processo de reforma, o que significou a anulação da sua autonomia, fato que originou protestos públicos, principalmente por parte dos professores e estudantes. Com os protestos, vários professores e estudantes foram expulsos do país. A comissão do Centro (AD) ligada ao sistema de informações enviou a seguinte mensagem para o CEN

²³ pseudônimo de Rómulo Betancourt

De Centro 18 de outubro de 1951. Manifestação de estudantes e professores do secundário. Os estudantes foram golpeados pela polícia. O governo suspendeu as atividades de todas as universidades por dez dias. Todas as escolas e universidades foram ocupadas pela polícia. Pérez Jiménez ordenou a polícia militar, a guarda nacional que agarrem vivos os seus líderes (BETANCOURT, 2003, p. 542).

No interior das Forças Armadas, havia posicionamentos distintos quanto às formas de ação política. Havia grupos que queriam manter as eleições para a escolha dos novos candidatos e outros grupos pretendiam instaurar a ditadura absoluta. O presidente da Junta Militar, Carlos Delgado Chalbaud, favorável ao primeiro grupo, foi assassinado em 13 de novembro de 1950. Nessa primeira fase, houve um menor índice de repressão, quando as eleições de 1952 aconteceram, apesar de todas as ameaças e todos os recursos de coerção utilizados pelos militares.

Em 30 de novembro de 1952, Jóvito Villalba, membro da URD venceu as eleições com a maioria dos votos. O grupo político ligado aos militares foi derrotado em todo o país. E, em 02 de dezembro de 1952, o governo militar desconheceu a vitória popular e o coronel Marcos Pérez Jiménez foi designado como presidente da Venezuela por tempo indeterminado. Essa fase foi caracterizada pela suspensão de todos os direitos constitucionais, e o fim das liberdades democráticas conquistadas durante o *Triénio*, além da intensa repressão à oposição. Dentre as restrições, podemos destacar a proibição de assembleias sindicais e a dissolução da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), com expulsão de seus dirigentes.

Durante o segundo período ditatorial, o governo se esforçou para demonstrar a sua eficiência, aumentando o número de empregos para a população e facilitando o enriquecimento dos grupos ligados ao governo e grupos dominantes. O país passou por um intenso processo de urbanização. Caracas, em pouco tempo, transformou-se em uma cidade com uma arquitetura moderna. O setor financeiro cresceu desenfreadamente. A indústria manufatureira registrou um certo progresso, vista a expansão do capital estrangeiro, que obteve uma participação maciça na economia nacional durante esse período. O petróleo foi o principal responsável pelos recursos obtidos pelo Estado para viabilizar os seus projetos econômicos no país. A partir de 1956, o governo outorgou novas concessões de petróleo, com as empresas estrangeiras controlando os recursos naturais do país, aumentando o potencial econômico do Estado (CASTILLO D'IMPERIO, 1990).

Ocarina C. D'Imperio (1990), ao analisar o período ditatorial de 1948 a 1958, afirmou que existia uma ideologia específica, baseada em um Novo Ideal Nacional. Esse Novo Ideal Nacional se apresentou como uma composição de várias tendências políticas com o objetivo

de oferecer uma visão do país fortemente influenciada pelo positivismo. Nesse projeto, destacava-se também a importância das Forças Armadas no desenvolvimento do país, na defesa da soberania e nas possibilidades de expansão, fazendo da palavra “transformação” a essência para definir esse projeto pretendido para a Venezuela. A transformação aconteceria através de uma obra material de diversas dimensões, econômica, industrial, científica, militar, potencializando as capacidades e recursos do país. Para isso, o governo combinaria um desprezo aos partidos políticos, com o uso da violência e um certo paternalismo para manter a coação.

O Novo Ideal Nacional não foi utilizado como uma doutrina, nem apresentado como um programa concreto de soluções, resultante de uma análise dos problemas venezuelanos. Ele era composto por formulações e propostas dispersas em distintos pronunciamentos de membros do regime, e que foi capaz de chegar a diferentes setores sociais (CASTILLO D'IMPERIO, 1990). Por outro lado, essa fase também foi marcada pela intensificação da repressão e por lutas civis, caracterizadas pelas levantes, manifestações e ações conspirativas contra a ditadura.

Durante o exílio, Betancourt realizou numerosas conferências e discursos. Em suas viagens pelos países da América do Sul, entre abril e junho de 1953, foi orador nos congressos da Bolívia, Chile e Uruguai, além de realizar conferências nas principais universidades desses países. Entre as suas intervenções internacionais, destacam-se as realizadas nos Estados Unidos, na sede do movimento sindical norte-americano, em Washington, e nas universidades de Nova York, Stanford e Chicago (ROMERO, 2006).

Além dessas atividades, Betancourt trabalhou na organização e desenvolvimento da resistência da AD dentro da Venezuela, e na estruturação do partido no exílio. Para isso, formou um comitê, congregando vários grupos de militantes de diversos países americanos e europeus. A partir das diretrizes do CEN da AD, o centro coordenador foi conhecido por vários nomes e sedes. O Centro nasceu em Havana, em 1949, com o nome de *Comité de Cuba*, e em agosto do mesmo ano, ele passou a se chamar *Comité Central Exterior*, e a sua sede mudaria, junto com Betancourt, que seguiu para Washington. Esse comitê continuou com o mesmo nome até 1951, quando retornou para Cuba. Entre 1951 e 1957 denominou-se *Comité Coordinador de las Actividades de Acción Democrática en el Exterior*, conhecido como CC, funcionando basicamente na Costa Rica, onde Betancourt também esteve residindo naquele momento (ROMERO, 2006).

Durante o exílio, Betancourt manteve importantes contatos pessoais, conseguindo novos adeptos para a AD em outros países, colaborando e solicitando ajuda para outros movimentos políticos em outros lugares, além de intermediar várias ações políticas. Betancourt e a

AD, contrários ao sectarismo que caracterizou parte da ação política da AD durante o Triênio, optaram por uma nova política, caracterizada por pactos e alianças. Eles chegaram a esse consenso, pois, essa seria a única forma de destruir a ditadura de Pérez Jiménez. Essa nova postura de Betancourt e da AD contribuiu para a organização da resistência contra a ditadura no país, com a inserção de outros líderes americanos, que insistiram na formação de um bloco de oposição, formado pelos partidos venezuelanos. Assim, no país e fora dele, com o exílio, aconteceria uma aproximação da AD com os partidos URD e COPEI, favorecendo a presença e a contribuição do PCV, apesar da sua condição de exclusão diante dos planos políticos de Betancourt, por diversos motivos já apresentados anteriormente. Durante os anos de exílio, Betancourt tentou formar uma frente partidária de oposição, idéia compartilhada por todos os principais partidos do país, após a sua condição de ilegalidade. O projeto dessa frente foi alcançado em dezembro de 1957, em Nova York, e posteriormente firmado com o *Pacto de Punto Fijo*, instituído na Venezuela em 31 de outubro de 1958.

Foram formalizadas as conversações com a URD. Houve uma primeira entrevista - com a assistência exclusiva de pessoas do nosso partido - em que a URD expôs os seus pontos de vista. Conservam a mesma tônica das declarações do Diretório e retificaram o desejo de contato e colaboração permanentes. Propuseram uma negociação em duas etapas, uma prévia, que seria para a luta por garantias, liberdades e a efetiva disposição progressista do Estatuto, e uma posterior, eleitoral e ligada aos comícios. Para a primeira etapa, eles continuariam de acordo com a tônica das Declarações do Diretório, agregando o que se refere à liberdade dos presos e a efetivação das garantias sobre a segurança pessoal dos seus representantes. Os representantes da URD consideram que poderia esperar uma posição similar do COPEI, mesmo quando eles se mostrassem duvidosos. A URD tem essa opinião em razão da redação de um projeto que une o COPEI e a URD, destacando o conteúdo do Estatuto e matérias relacionadas com o processo eleitoral [...] Para a segunda etapa, a URD sugere a constituição de uma frente democrática onde atuem a URD, o PCV e a AD, independentes, contra as forças ditatoriais e de direita, e assim que for possível, a constituição de uma frente civil contra a ditadura, que será também composta pelo COPEI. Isto porque a URD considera que a batalha mais importante acontecerá no campo parlamentar. Nessa segunda etapa, a URD aspiraria a se converter no centro e no motor dessa ação frentista, porque no critério deles, o seu partido é e deveria ser aproveitado dessa forma [...]. Finalmente exigiram que essas conversações fossem mantidas na mais restrita reserva (BETANCOURT, 2003, p. 411,412).

Em 1958, o governo de Pérez Jiménez apresentava problemas no interior das Forças Armadas. No mês de janeiro daquele ano, iniciou-se um processo de ampliação e aproximações entre as diferentes oposições no terreno social e político. Esse conjunto de adversidade foi configurando a estrutura do novo regime que substituiria a democracia nos próximos anos. Esse problema havia se configurado desde 1950, quando os militares dividiram-se em dois grupos, como os que defendiam as eleições e os que defendiam a ditadura absoluta.

Os grupos de oposição estavam se organizando, principalmente a AD, que apesar de estar desmantelada em vários lugares do país, ainda mantinha a sua estrutura central, composta por um pequeno grupo de militantes. Além da AD, o PCV também compartilhava a mesma condição de resistência. O PCV conservou um aparato clandestino durante todo o governo militar. A política do PCV se orientava no sentido de unir todas as forças civis opostas a ditadura, formando uma grande frente nacional, aproximando-se de um dos partidos menos estruturados, a URD. O objetivo do PCV em aproximar-se da URD foi alcançado, pois o partido nunca havia enfrentado o PCV de forma polêmica como Betancourt e a maioria dos dirigentes da AD (CABALLERO, 2000).

Betancourt, inicialmente, não mudou a sua posição diante das possibilidades de contatos ou alianças com o PCV, até o início de junho de 1957, quando um acordo foi firmado entre o PCV e a URD, com a proposta de formar uma “Junta Patriótica”. A partir desse dia, Betancourt ofereceu-se para compor a “Junta Patriótica”, pois naquele momento os objetivos dos três partidos eram coincidentes. Essa “Junta Patriótica” teria o objetivo de lutar pelo respeito à Constituição Nacional, e contra a reeleição e a permanência de Pérez Jiménez no poder, pelas eleições livres e pelo estabelecimento de um governo democrático. No dia 14 de junho, a AD se integrou a “Junta Patriótica”, com Fabrício Ojeda, da URD, Guillermo García Ponce, do PCV e Enrique Aristiguieta Gramcko, do COPEI, Silvestre Ortiz Bucarán, representando a AD, passaram a integrar a direção da Junta Patriótica.

Nos primeiros anos da clandestinidade da AD, a relação com os comunistas permaneceu tensa, alterando-se depois de alguns anos, a partir do momento que ambos perceberam a necessidade de unirem-se contra a ditadura de Pérez Jiménez. No entanto, até que essa momentânea união acontecesse, o PCV e a AD permaneceram em lados opostos, e após a derrocada do ditador, as relações entre a AD e o PCV retomaram as suas características anteriores.

Durante o exílio, Betancourt enfatizou o tema das alianças e dos acordos, com propostas de uma maior abertura política, e uma maior flexibilidade. Nos anos de 1957, estavam sendo realizadas reuniões entre membros do COPEI e da URD, principalmente em dezembro de 1957, em Nova York. Essas reuniões foram compostas por Rafael Caldera, Jóvito Villalba e Rómulo Betancourt, com o objetivo de criar uma ação conjunta para destituir o ditador Jiménez. Essas reuniões foram consideradas como os momentos que antecederam a formulação do *Pacto de Punto Fijo*, assinado em outubro de 1958 entre os partidos AD, COPEI E URD, na casa de Rafael Caldera, intitulada Quinta “*Punto Fijo*”.

Em janeiro de 1958, um grupo de militares e civis, envolvendo membros dos partidos políticos, renderam o general, enfraquecido com a crise interna por ele enfrentada. A partir

dessa data, a Junta Patriótica assumiu o governo do país até as próximas eleições presidenciais, encerrando um longo período ditatorial. Com isso um novo período iniciava-se no país, marcado pela retomada do processo de democratização, encabeçado pelo *Pacto de Punto Fijo*, pela Constituição de 1961 e pelas eleições de 1958, com a vitória de Rómulo Betancourt e a concretização da hegemonia da AD.

4.2 Democracia e reformas: do *Pacto de Punto Fijo* ao governo de Rómulo Betancourt

O ano de 1958 marcou uma importante etapa no processo histórico venezuelano. A partir desse ano, uma Junta Patriótica assumiu o governo provisoriamente, até que se realizassem novas eleições para a escolha do presidente da república.

O Pacto de Punto Fijo foi firmado entre Jóvito Villalba, Ignacio Arcaya e Manuel Lopes Rivas, representando a URD, Rafael Caldera, Pedro del Corral e Lorenzo Fernández, representando o COPEI e Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Gonzalo Barrios, representando a AD. O PCV foi excluído do Pacto, apesar da sua importante participação na Junta Patriótica ao acabar com o regime ditatorial no país. A participação do PCV nos acordos seria apenas para acabar com o governo ditatorial, sem a participação do partido no governo que se instituiria após o golpe.

Memorando (de Rómulo Betancourt) para a direção do partido 27 de janeiro de 1958. Junta Patriótica. Esse organismo, a Junta Patriótica cumpriu uma grande tarefa na luta final para acabar com a ditadura. Envio uma felicitação muito sincera aos companheiros e aos membros do comando interno que participaram ativamente nos seus trabalhos. Mas penso que os passos dados devem ser preliminares para que o organismo cesse as suas funções. Com os partidos políticos atuando, a persistência de um organismo super-partidário não se justifica. Além disso, é evidente que nós, e imagino que os outros partidos nacionais não temos mais o anterior objetivo comum , o de derrubar a ditadura, com o Partido Comunista. Sobre isso, temos uma linha clara, precisa e definida no Partido. A *Acción Democrática* não faz alianças permanentes com o Partido Comunista. Isso foi aprovado em todas as Convenções do Partido (BETANCOURT, 2004, p. 734, grifo nosso).

Durante esse processo que culminou com o fim do período ditatorial, Betancourt mudou a sua forma de ação, e assumiu a postura de um homem ligado diretamente ao poder, como um líder à frente de um partido político e pronto para dirigir o país. O pacto firmado em outubro de 1958, instaurado a partir do golpe de janeiro de 1958, teria o objetivo lançar um candidato único para a presidência da república. Esse processo golpista teve um significado particular, primeiramente porque os conflitos do período da derrocada de Gallegos ainda esta-

vam presentes e atuantes. As Forças Armadas não haviam entrado em um consenso em relação à queda de Pérez Jiménez, e o anti-partidarismo cultivado durante a ditadura, ainda permaneceu nas instituições armadas (CABALLERO, 2004).

Por outro lado, existia uma outra força que defendia a democracia com todas as suas forças, a população atuante nas ruas. Tratava-se da defesa da nascente democracia, através dos partidos políticos e da Constituição. A partir de 1958, o povo retomaria o espaço concedido a ele em 1945 e, posteriormente, assumiria o centro do processo político democrático.

O *Pacto de Punto Fijo* foi instaurado para implantar uma Frente única contra a prática dos golpes. Naquele momento, nada havia sido criado para atingir esse objetivo, pois, ele também se apresentava como uma frente contra a ameaça militar, submetendo o poder militar ao poder civil. Além desses objetivos, o Pacto pretendia impedir o sectarismo dos partidos, evitando qualquer isolamento. De acordo com o Pacto, não haveria partidos vencedores nas eleições, o presidente eleito se comprometeria a compor um governo de unidade nacional, traduzido em uma coalizão entre os partidos participantes do Pacto.

O aspecto mais importante da criação e vigência do Pacto de Punto Fijo foi que, através das suas diretrizes, efetivaram-se os programas políticos e projetos propostos desde 1936. Naquele momento, as propostas de 1936 passaram a se tornar prioridades do Estado e não apenas de um governo, ou seja, principalmente a necessidade de inserir o país na modernidade. Com isso, a Venezuela se tornaria um país moderno, com instituições fortes, eleições livres, e com um desenvolvimento econômico baseado em uma forte intervenção estatal. A partir do *Pacto de Punto Fijo*, a proposta desenvolvida desde 1928, e em 1931, com o *Plan de Barranquilla*, com um Estado harmônico, com a democracia representativa, com ênfase na educação, saúde pública e segurança social seria posta em prática (CABALLERO, 2004).

O *Pacto de Punto Fijo* definiu as principais diretrizes do processo político venezuelano a partir da sua criação. Ele apresentou a soberania popular como o centro da democracia, a inserção das massas como o seu ponto vital, e, a partir dele, a população escolheria os seus governantes através do voto secreto, universal e direto, com uma política de transparência entre os partidos políticos.

Os partidos AD, COPEI e URD, depois de uma prévia, detida e ponderada consideração de todos os elementos que integram a realidade histórica nacional e o problema eleitoral do país e diante da responsabilidade de orientar a opinião pública para a consolidação dos princípios democráticos, chegaram a um pleno acordo de unidade e cooperação sobre as bases e mediante as seguintes orientações:

Como é de conhecimento público, durante vários meses as destacadas forças políticas participaram de ações unitárias na defesa do regime democrático, mantendo conversações destinadas a assegurar a inteligência, o respeito mú-

tuo e a cooperação entre elas, igualmente interessadas na consolidação da unidade e da garantia da trégua política, sem prejuízos para a autonomia de organização e a caracterização ideológica de cada um, conforma a declaração expressa na ata de ampliação da Junta Patriótica firmada em 25 de janeiro de 1958 pelos partidos que a integravam inicialmente .

Nas diversas propostas estiveram presentes estudos referentes à análise contundente dos antecedentes, das características atuais e das perspectivas do nosso movimento democrático: a ponderação compreensiva dos interesses legitimamente representados pelos partidos em nome das centenas de milhares de seus militantes, o reconhecimento da existência de amplos setores independentes que constituíram um fator importante na vida nacional: o respaldo das Forças Armadas no processo de afirmação da República como elemento institucional do Estado, grupo que passaria a estar submetido ao controle das autoridades constitucionais, e o firme propósito de alcançar a união de todas as forças de todos os cidadãos no esforço de organizar a Nação venezuelana. A garantia de que as deliberações respondem a um enfoque sério e responsável das necessidades do país estão ligados a uma sincera definição e defesa dos direitos que assistem os partidos enquanto representantes de grandes núcleos nacionais e a preocupação comum de atender conjuntamente os interesses da nação, sem provocar a impaciência da opinião ligada a certos valores (PACTO DE PUNTO FIJO, apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 111).

Nesse contexto, os partidos políticos deveriam se concentrar em formular propostas com o objetivo de atender às demandas nacionais, sem se restringirem a responder apenas a um programa partidário com conteúdos ideológicos que estivessem fora da realidade nacional. Com isso, as disputas entre os partidos seriam mais amenas, com menos divergências de idéias e práticas políticas.

As conversas minuciosas e extensas serviram para comprometer as organizações unitárias em uma política nacional de longo alcance, cujos pólos podemos definir da seguinte forma: a) Segurança de que o processo eleitoral os Poderes Públicos derivados dele respondam a pautas democráticas ligadas a liberdade de votação; b) Garantia de que o processo eleitoral não evite apenas a ruptura de uma frente unitária, que também fortaleça mediante o prolongamento da trégua política, a despersonalização do debate, a erradicação da violência entre os partidos e a definição de normas que facilitem a formação do governo e dos corpos deliberantes, de modo que todos agrupem equitativamente todos os setores da sociedade venezuelana interessados na estabilidade da República como sistema popular de governo (PACTO DE PUNTO FIJO, apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 112).

Com o Pacto, as lideranças dos partidos envolvidas procurariam minimizar os conflitos políticos no país, estimulando a prática de acordos que favorecessem exclusivamente a manutenção da democracia, do regime constitucional, o respeito entre os partidos e principalmente o respeito da vontade popular, pois o tema da soberania nacional e da cidadania política eram o tema central das discussões desses partidos.

Estabelecidos os princípios de caráter geral, COPEI, AD e URD comprometem a sua ação e a sua responsabilidade de acordo com os seguintes termos: a) Defesa da constitucionalidade e do direito a governar conforme o resultado eleitoral [...] Declara-se o cumprimento do dever patriótico a resistência permanente contra qualquer situação de força que possa surgir de um fato subversivo e a sua colaboração com ela será considerado como delito de lesa pátria. [...] b) Governo de unidade Nacional. O governo de Unidade Nacional é o caminho para canalizar as energias partidárias e evitar uma oposição sistemática que debilitaria o movimento democrático. [...] c) Programa Mínimo Comum. Para facilitar a cooperação entre as organizações políticas durante o processo eleitoral, e a sua colaboração no Governo Constitucional, os partidos participantes concordaram em elaborar um programa mínimo comum, cuja execução seria o ponto de partida de uma administração nacional patriótica e de concordância da democracia como sistema. Este programa se redigirá separadamente, sobre as bases gerais anteriormente discutidas, será um anexo do presente acordo. [...] nenhum partido unitário incluirá em seu programa particular pontos contrários aos pontos comuns do programa mínimo, e em todo caso, a discussão pública sobre os pontos incompatíveis se manterão dentro dos limites da tolerância e do respeito mútuo que a obrigam os interesses superiores da unidade popular e política (PACTO DE PUNTO FIJO, apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 113).

As eleições também sofreriam importantes mudanças com o princípio da Unidade Nacional, com ele os partidos deveriam propor soluções conjuntas para os problemas do país. O estabelecimento do sufrágio universal resumiria uma nova atitude política. A política deixaria de ser um assunto apenas das elites, passando a ser discutida nas organizações sindicais, adquirindo legitimidade, com novos atores políticos e desaparecimento de outros, pois as elites políticas do regime anterior foram desarticuladas em todas as suas instituições. A base política e institucional dessa transformação foi a Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 1946 e redatora da Constituição de 1947. A presença, pela primeira vez, desses genuínos representantes populares com a função de legisladores, com a participação das mulheres e de sindicalistas, a ampla rede de transmissão dos debates e a ampliação dos direitos políticos e sociais, contribuíram para a fixação de ideais democráticos no imaginário coletivo (ARENAS; GÓMEZ CALCAÑO, 2002, p. 41,42).

Dessa forma, os partidos precisariam eliminar o excesso de competitividade para procurar compor o Programa Mínimo. Essas medidas fortaleceram a convivência pacífica entre os partidos, eliminando eventuais contestações e rebeldias dos partidos de oposição, pois esses deveriam trabalhar com todos os partidos que estivessem de acordo com as proposições do Pacto.

O ideal da unidade como instrumento de luta contra a tirania e contra as forças interessadas em reagrupar-se para iniciar outra aventura despótica aconteceria com a seleção de um candidato presidencial democrático único, a

formação de chapas únicas para os colegiados e a formação de uma frente única com apenas um programa integral de governo.

[...] Dessa forma, longe de considerar a unidade comprometida pela comprovação de contradições naturais entre os partidos, fato que corresponde a essência da atividade democrática, as organizações signatárias confrontariam entre si as opiniões diferentes e definiriam que: 1) os requerimentos da unidade são compatíveis com as eventuais candidaturas e chapas legislativas [...] 2) é indispensável fortalecer o sentimento de interesse patriótico, a tolerância e o mútuo respeito entre as forças unitárias, que devem ter como base a sincera e solene adesão de todas as forças democráticas de acordo com os pontos desta declaração e o espírito que a anima, consagrando este documento. 3) Para garantir a trégua política e a convivência unitária das organizações democráticas foi criada uma Comissão Interpartidária de Unidade, encarregada de garantir o cumprimento deste acordo (PACTO DE PUNTO FIJO apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p.113).

Essa Comissão orientaria o cumprimento do acordo no que se refere à convivência entre os partidos, de estar ciente das reclamações contra as propostas de sectarismos ou objetivos personalistas nas campanhas eleitorais. Além de garantir que as chapas legislativas fossem a expressão da vontade nacional nas eleições, representando o fortalecimento da democracia.

Nos termos do *Pacto de Punto Fijo*, todas as organizações políticas teriam liberdade para apresentar o seu próprio candidato presidencial e as suas plataformas de governo para os membros do partido e considerando o conceito de unidade proposto no Pacto. Aquela proposta foi lançada para que a tolerância política entre os partidos fosse assegurada durante toda a campanha eleitoral, garantindo que todos os compromissos expressos no Pacto fossem cumpridos.

O Pacto previa que todos os votos emitidos a favor de um candidato seriam considerados votos unitários e a soma desses corresponderia a afirmação da vontade popular a favor do regime constitucional e da consolidação do Estado de direito. Dessa forma, os partidos apresentariam os seus candidatos e a população escolheria através do voto o que melhor responderia às suas necessidades.

Como este acordo não fixa um princípio ou condição de direitos contrário a participação de outras organizações existentes no país, o seu leal cumprimento não limita nem condiciona o natural exercício dessas, com a condição de que elas possam e queiram estar a serviço das altas finalidades perseguidas por esse documento, com respaldo a todos os organismos democráticos, sem prejuízo nas suas concepções específicas, em um esforço em prol da celebração do processo eleitoral em um clima que demonstre a Venezuela apta a prática ordenada e pacífica da democracia (PACTO DE PUNTO FIJO apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 114).

O Programa Mínimo faria parte do *Pacto de Punto Fijo*. O primeiro Programa Mínimo foi assinado em 06 de dezembro de 1958, sob a forma de uma carta de Declaração de Princípios. Ele foi criado com o objetivo de assegurar a unidade política no país, com a convivência entre os partidos, assegurando a soberania nacional. Para isso, todas as diferenças entre as organizações políticas deveriam ser dissipadas durante os debates sobre a vida nacional. Essas práticas aconteceriam para assegurar a estabilidade das instituições democráticas e do próximo governo constitucional, eleito através de eleições diretas e universais.

Nesse programa definiu-se o respeito absoluto ao resultado das eleições, como forma de defesa do regime constitucional. O candidato que ganhasse as eleições, teria o respaldo dos demais candidatos e dos demais partidos, legitimando-o, e comprometendo-se a trabalhar em conjunto com os partidos, para o bem do país. Além disso, o presidente eleito, organizaria um governo de unidade nacional, sem hegemonias partidárias, assegurando a todos os partidos o direito de participar das decisões nacionais.

Todos os presidentes eleitos deveriam realizar a sua administração inspirados no Programa Mínimo de Governo, que seria aprovado pelos candidatos dos três partidos integrantes do Pacto de Punto Fijo. O presidente também deveria manter e consolidar a trégua política entre os partidos e assegurar a convivência das organizações políticas e democráticas do país.

O Programa Mínimo de governo manteve a Declaração de Princípios e acrescentou outras diretrizes de governo. O Programa Mínimo propôs a elaboração de uma Constituição democrática que reafirmasse os princípios do regime democrático, a defesa da ordem constitucional, a reforma das leis e regulamentos contrários ao exercício efetivo das liberdades públicas. Enfatizou a autonomia e o fortalecimento dos poderes legislativo e judicial e do poder municipal, a regulamentação das relações entre a Igreja e o Estado (PROGRAMA MÍNIMO apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 116).

O Estado manteve o seu papel central na produção e distribuição da riqueza nacional, reconhecendo também a importância do setor privado no progresso nacional. Ele seria responsável pela elaboração de um plano integral de desenvolvimento econômico de longo alcance, contemplando a produção industrial e agropecuária em suas conexões com a educação, saúde, entre outros setores sociais. Nesse projeto, constaria a proposta da reorganização, ampliação e defesa das indústrias estatais, como as do setor petroquímico e siderúrgico, a reforma e modernização do sistema tributário, a reforma agrária, concebida como um dos instrumentos fundamentais da transformação econômica do país. “A reorganização do regime da propriedade da terra , que implica na reforma agrária, garantirá e estimulará a propriedade privada a

cumprir a sua função econômica e social” (PACTO DE PUNTO FIJO apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 117).

O Programa Mínimo previa uma política de defesa e valorização da população, com políticas destinadas a velar pela saúde física, moral e mental, além do desenvolvimento cultural, através de um plano nacional. O reconhecimento do trabalho como o elemento fundamental para o progresso econômico e para o crescimento do país, contando com políticas de defesa do trabalhador, com a sua proteção, através da reforma da Lei Trabalhista, assegurando a liberdade sindical e a luta contra o desemprego.

A educação era um tema importante no Programa Mínimo, com o aumento dos investimentos nessa área, com reformas do ensino fundamental ao superior. A intervenção do Estado na educação não comprometeria a liberdade de ensino, com a defesa dos valores históricos e artísticos nacionais e do patrimônio histórico do país (PACTO DE PUNTO FIJO apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 118).

No Programa Mínimo, as Forças Armadas tiveram o seu lugar definido no interior do Estado compondo um corpo apolítico, obediente, sem poder de decisões que envolvessem a política nacional, reafirmando esses princípios em todos os seus quadros. O Estado reconheceria todos os seus méritos e serviços, com a sua colaboração para a manutenção da paz pública, como garantia do progresso nacional (PACTO DE PUNTO FIJO apud LÓPEZ MAYA; GÓMEZ CALCAÑO; MAINGÓN, 1989, p. 118). A política internacional proposta no Programa Mínimo reafirmou também os princípios da política internacional de manter a paz e a cooperação com todas as nações e ,em particular, com todas as repúblicas democráticas da América Latina, reforçando o repúdio a todas as medidas que coloquem em risco a autodeterminação dos povos.

Em 1960, a URD não fazia mais parte do Pacto de Punto Fijo, por discordâncias ideológicas, caracterizada por uma afinidade com o PCV. Mas esse fato não alterou o processo eleitoral realizado em 1959. A campanha eleitoral aconteceu em igualdade de direitos, onde cada um dos partidos lançou o seu candidato, pois o Pacto de Punto Fijo não previa um candidato único para todos os partidos. Os candidatos foram Rómulo Betancourt pela AD, Rafael Caldera pelo COPEI e Wolfgang Larrazábal pela URD, que contou com o apoio externo do PCV. Para se candidatar, Wolfgang Larrazábal renunciou a presidência da Junta de Governo para que estivesse em iguais condições de disputar o cargo com os demais candidatos.

Rómulo Betancourt, realizando uma campanha que percorreu por todo o território nacional, assegurou a sua vitória, assumindo a presidência do país em um clima de instabilidade. Essa instabilidade caracterizou-se por um descontentamento dos grupos que apoiaram o can-

didato da URD. Nas suas ações, eles tentaram incendiar alguns locais da AD. Os acontecimentos em Cuba também contribuíram para aumentar o clima de instabilidade no país. O primeiro de janeiro de 1959 marcou o triunfo da revolução em Cuba e, mais tarde, Fidel Castro foi recebido com muitas comemorações em Caracas. Com isso, os adversários de Betancourt aproveitaram esse momento para manifestar a sua insatisfação com o presidente eleito. Dessa forma, Betancourt iniciou o seu governo em um ambiente conturbado e instável, e de certa forma, apresentando os primeiros problemas que Betancourt enfrentaria durante o seu governo.

O governo de Betancourt foi marcado por muitos conflitos e desavenças entre os partidos políticos e cisões em partidos como a AD. Entre 1960 e 1961, setores mais radicais da AD separaram-se, originando outros partidos como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), que iniciou a luta armada junto ao PCV e o grupo ARS, comandado por Raúl Ramos Jiménez.

O governo de Betancourt também foi marcado por várias conspirações que tentaram colocar em risco o seu governo. Em 1958, um grupo ameaçou invadir um quartel do exército, mas a conspiração foi debelada e Betancourt desorganizou a rede de conspiradores no exército. Outros grupos também voltaram-se contra o governo de forma violenta, como a imprensa da extrema esquerda que criticava violentamente as ações do governo, que havia reprimido guerrilheiros que comandavam ataques terroristas, tentando impressionar e aterrorizar a população. Durante o governo de Betancourt aconteceram diversos ataques violentos, envolvendo guerrilheiros, comunistas e outros grupos de oposição ao governo.

Essa gestão, que se iniciou em 1960 não se caracterizou apenas por um caráter defensivo frente aos desafios impostos pela oposição. O seu governo também esteve voltado à construção de uma democracia representativa, pluralista, sob a direção do Estado, com o objetivo de consolidar o projeto político do *Triénio*. O programa de governo de Betancourt congregou diversas propostas apresentadas pelo grupo de 1928, pelo Plan de Barranquilla, pelo PDN, a AD e o *Triénio*, sendo privilegiadas e postas em prática através da Constituição de 1961.

O advento da democracia na Venezuela foi possível também graças a Constituição de 1961. Ela foi composta por um conjunto de metas que se comprometeram com a eficiência do novo sistema político. A Constituição de 1961 atribuía ao Estado à tarefa de garantir o bem-estar social aos venezuelanos. Isso significava garantir a gratuidade educacional, sem restrições à vocação ou aptidões das crianças, o direito ao trabalho, a saúde e a segurança. Dessa forma, o Estado se apresentava como o meio para realizar essas funções, capaz de satisfazer

todas as necessidades sociais de cada um dos membros da sociedade, sem a respectiva contribuição da população. Os dirigentes do país compartilhavam a idéia de que o país possuía recursos para atender as demandas da população (CARRASQUERO AUMAITRE, 2003).

O governo de Betancourt pretendeu substituir a ordem política estabelecida, com uma ruptura com o passado, redirecionando a política nacional, e um dos principais meios foi a Constituição de 1961. A partir dela, foi possível abrir e propiciar a democracia, ampliando as possibilidades de modernizar o país institucionalmente e socialmente. Essa proposta foi possível vistas as possibilidades de consenso entre as forças políticas. Nesse sentido, um dos objetivos foi o de remover todos os vestígios da ditadura de Pérez Jiménez, e especialmente os do militarismo. A Constituição de 1961 criou mecanismos para a sua própria defesa e para a sua reforma. Ela se protegia à medida que legitimava a política institucional democrática, através de uma norma que consideraria ilegal todo e qualquer procedimento de reforma que não tivesse a aprovação da maioria dos venezuelanos, voltando-se contra qualquer levante militar. A Constituição de 1961 era reformista e interessada em estabelecer as regras da ação política que sustentaria a democracia, repugnando práticas oportunistas (MARTA SOSA, 2004, p. 21, 24).

O recurso econômico que o Estado disponibilizaria para atender as demandas sociais, seria oriundo do petróleo. O Estado, construído a partir de uma dinâmica política instaurada pelo Pacto de Punto Fijo, tornou-se o centro do pacto e dos acordos políticos daquele período, tornando-se o grande distribuidor de renda. Com o Estado e os seus recursos resultantes da economia petroleira, construíram um pacto de governabilidade, assegurando estabilidade as instituições democráticas e ao processo de modernização política e econômica. Nesse contexto, os partidos foram os principais alicerces desse pacto de governabilidade, convertendo-se no principal elo entre a sociedade e o Estado, onde o acesso ao Estado passaria a ser mediado pelo partido. No entanto, outros atores políticos também fizeram parte do Estado, como as Forças Armadas, a Igreja, o setor empresarial e os sindicatos. Com a colaboração de todos esses setores da sociedade, a hegemonia política desses partidos, principalmente a AD, estaria assegurada por muitos anos (VILLA DUARTE, 2000).

A economia nacional sofreu grandes mudanças a partir de 1958, com a criação da *Oficina Central de Coordinación y Planificación*, conhecida por CORDIPLAN. No governo de Betancourt também foi elaborado o primeiro *Plan de la Nación*. Com isso, de acordo com Manuel Caballero (2000, p. 35), o governo passou a proteger as indústrias nacionais, limitou as importações, concedeu créditos preferenciais e reduções nos impostos, regulamentando a utilização de insumos básicos. Com essa nova política industrial, a indústria manufatureira

creceu rapidamente, aumentando o parque industrial. Isso levou a uma redução da importação de bens intermediários e máquinas, mas diferente do que se esperava, sem reduzir a dependência do país em relação ao capital internacional.

O governo também investiu no setor agroindustrial, principalmente no processamento de algodão, frutas tabaco e laticínios. Além disso, em março de 1960, a Lei de Reforma Agrária foi promulgada. A reforma no setor agrário deveria resolver os problemas relacionados á distribuição de terras devolutas às famílias camponesas. A partir dessa etapa, seriam concedidos créditos, serviços e recursos educacionais e tecnológicos, para que essas famílias pudessem produzir produtos nessas propriedades. Uma grande parte das terras foi distribuída anos depois do início da reforma, cumprindo alguns objetivos da reforma agrária. A partir desse processo, muitos hectares de terras devolutas ou que estavam sob os cuidados de camponeses, com proprietários que viviam de outras formas de trabalho, foram distribuídas ou entregues aqueles que realmente trabalhavam e viviam da terra. Nos primeiros anos da reforma agrária, o crescimento da produção agrícola obteve altas taxas de crescimento (CABALLERO, 2000, p. 36,38).

A educação sempre foi uma prioridade do governo de Rómulo Betancourt, desde o período do *Triénio*. Durante o *Triénio*, a Junta Revolucionária e Rómulo Gallegos enfrentaram graves crises em virtude das mudanças propostas no setor educacional. O desenvolvimento da educação foi uma preocupação do governo de Betancourt desde os primeiros tempos da sua gestão.

Ao regressar ao país em 1958, Betancourt retomou o tema da educação, destacando a sua importância, mostrando a realidade da educação venezuelana. O problema da educação no país se concentrava no alto índice de crianças fora da escola e no problema do analfabetismo. A partir da gestão de Betancourt, os recursos do Ministério da Educação passaram a ser os mais altos na receita do Estado. A partir da política educacional do governo de Betancourt, a educação se massificou, com a construção de milhares de escolas primárias por todo o país.

O tema da democracia foi a base do governo de Betancourt desde o *Triénio*, e seguido desse tema, estava a questão das ditaduras latino-americanas. Desde o seu primeiro governo, Betancourt pretendia isolar as ditaduras latino-americanas com uma espécie de “cordão profilático”, o que foi chamado de “Doutrina Betancourt”. Por meio dela, a Venezuela não reconheceria nenhum governo ditatorial no continente (CABALLERO, 2000, p. 39,40).

Considero transitório o eclipse das liberdades públicas na América e tenho absoluta convicção de que os Estados do continente recobrarão a sua fisionomia civil e democrática. Para alcançar essa finalidade, os povos oprimidos, seus intelectuais honrados, seus estudantes, suas mulheres lutam diari-

amente com exemplar coragem. E esse objetivo de alcançar a recuperação democrática da América se alcançará com maior rapidez se os organismos internacionais – as Nações Unidas, a Organização de Estados Americanos, a Organização Internacional do Trabalho – exercem sobre as ditaduras uma pressão coletiva, obrigando os países a respeitar os direitos humanos, se a cooperação militar, econômica e técnica é negada a aqueles que, destruindo a fé do povo na democracia, impeçam a infiltração totalitária, e se coloquem fórmulas jurídicas que possam criar um cordão profilático ao redor daqueles que, acabam com a liberdade e a vontade popular (BETANCOURT, 1967, p. 235,236).

A “Doutrina Betancourt” encontrou os seus princípios entre 1930 e 1935, e principalmente no *Plan de Barranquilla*, em 1931. Naquele período de 1930 a 1935, muitas idéias e propostas foram postas em andamento em 1945 e a partir de 1958, como aquelas que se referem ao imperialismo, ao nacionalismo, além das propostas de integração entre os países latino-americano (ROMERO, 2005, p. 67).

Para Betancourt, as idéias de integração e internacionalismo foram essenciais. A integração e a união de países latino-americanos sempre foi uma idéia presente no pensamento de Betancourt. Para ele, não se tratava de uma união regional, que implicasse no desaparecimento das fronteiras nacionais. Ela seria orientada para estreitar e fortalecer as relações políticas, econômicas e culturais, vinculando os povos latino-americanos através de uma frente ou uma aliança ant imperialista.

A cooperação econômica inter-americana, para ser totalmente eficaz, impõe a articulação e coordenação dos dispersos sistemas de produção e distribuição dos países latino-americanos. Formamos um arquipélago de vinte ilhas arrogantes, fechadas dentro do seu orgulho. Cultivamos o isolamento, diferente de outros continentes com formidáveis federações . [...] nós ignoramos as palavras de união clarividentes proferidas por Bolívar e Martí, e seguimos absorvidos pela minúcia doméstica, esquecendo a grande questão americana (BETANCOURT, 1967, p. 234,235).

No livro *Hacia América Latina Democrática e Integrada*, publicado em 1967, Betancourt tratou de temas ligados aos problemas latino-americanos e principalmente à sua integração. Esta aconteceria por meio de acordos entre os países democráticos, retomando temas ligados ao futuro do continente, especialmente as relações com os Estados Unidos e Cuba, vista como um problema para o continente. Essa postura encontrava lugar na influência da Guerra Fria e no temor da expansão do bloco comunista, e especificamente em função das discussões entre os comunistas e Betancourt que aconteciam desde a década de 1930.

A experiência histórica demonstra como boa parte dos países da América Latina não superaram as suas dificuldades econômicas e sociais devido os contínuos assaltos ao poder, pelo uso da força, impedindo a continuidade construtiva dos governos representativos. [...] Os governos vindos da força,

surgidos por insurreições do homem armado contra os governos nascidos do voto, cultivaram o que também se tornariam os movimentos da extrema esquerda comunista. [...] um balanço da década de 1950 na América Latina revela que naqueles países onde déspotas ou ditadores anti-comunistas governaram, desenvolveram-se e proliferaram-se uma simbiose entre extrema esquerda e despotismo, movimentos anti-americanos que tinham como orientação o comunismo internacional (BETANCOURT, 1967, p. 249).

A democracia e a integração latino-americana foram temas que estiveram constantemente presentes no pensamento de Rómulo Betancourt. A integração entre os países do continente sempre foi um objetivo importante, e o principal entrave deveria ser eliminado, ou seja os regimes ditatoriais, implantados sem a consulta popular, e usando a força para garantir a sua manutenção. Além desses casos, havia também os comunistas que, para Betancourt não reconheciam a democracia como o principal objetivo a ser alcançado e mantido em um país, justificando o seu repúdio a esse grupo político. Dessa divergência derivaram intensos debates que se desenrolam há décadas e no trecho acima, para Betancourt, o comunismo estaria ao lado de tendências autoritárias, representando um risco para as democracias latino-americanas.

Desde a composição da “Geração de 28” e dos demais movimentos originários desse grupo, o tema do comunismo, da democracia, dos partidos políticos, da modernização e da integração latino-americana, enfatizando a luta contra o imperialismo, foram os grandes temas discutidos pelas principais forças políticas na Venezuela. E, as diversas abordagens dadas a esses temas em um contexto histórico de profundas mudanças, resultou na construção de novos atores políticos que atuariam em um novo cenário político a partir de 1958.

4.3 O Pacto de Punto Fijo e a construção da nova cultura política venezuelana

O *Pacto de Punto Fijo* foi o resultado de um projeto político posto em andamento desde 1945, através da Junta Revolucionária e do governo de Rómulo Gallegos. Esse projeto político foi esboçado desde os primeiros escritos da “Geração de 28” e das suas organizações posteriores como a ARDI, a ORVE, o PDN e a AD. Para que ele se concretizasse, foram necessárias certas condições, como a existência de partidos políticos, e instituições políticas e um aparato constitucional para as reformas em um ambiente democrático. Com isso, a modernização, a democratização e a organização dos partidos políticos continuaram a ser fatores essenciais para a execução do projeto de modernização e reformas de Rómulo Betancourt.

Desde o *Plan de Barranquilla* de 1931, Betancourt foi adaptando e refinando o seu projeto para a sociedade venezuelana até alcançar o poder em 1959. Esse projeto poderia ser

sintetizado em alguns pontos fundamentais, como a edificação de uma sociedade capitalista com uma grande participação do Estado, a proposta de um desenvolvimento social, melhorando a qualidade de vida das classes mais desfavorecidas, ou seja, camponeses e operários. Essa transformação da sociedade aconteceria através da via democrática e constitucional, com eleições diretas e universais (CABALLERO, 2000, p. 46,47).

O projeto político de Betancourt ganhou novos traços à medida que ganhou um novo e fundamental elemento, as massas, que assegurariam a continuidade e manutenção do regime constitucional e da democracia. Compondo esse projeto, estava a política de integração dos países democráticos americanos, através da intitulada Doutrina Betancourt, que propunha a união dos países democráticos republicanos contra os países de regimes ditatoriais, com o fim desses regimes.

Dentre os países considerados ditatoriais estava Cuba, retomando o conflito com os comunistas, com uma intensidade maior naquele momento, pois, na Venezuela, os comunistas ameaçavam colocar a democracia e suas instituições, principalmente o Pacto de Punto Fijo em risco, com uma série de atentados ocorridos durante a gestão de Betancourt. Com o risco de uma expansão dos comunistas no país e no continente, além da expansão dos regimes ditatoriais, Betancourt buscou apoio em todos os países democráticos, com a proposta de uma união e acordos de ajuda mútua.

Nesse contexto, elementos de uma nova cultura política se esboçavam e consolidavam-se a partir do momento que a população passou a conviver em um novo ambiente e as novas práticas políticas instauradas a partir de 1945 que, apesar da interrupção de quase dez anos de ditadura, passaram a fazer parte do cotidiano dos venezuelanos.

No entanto, pretendia-se mudar certos objetivos em relação ao período de 1945. Nesse ano, a Junta Revolucionária pretendeu formar uma unidade cívica e militar com um setor da sociedade civil, um partido, a AD, com apenas um setor das Forças Armadas. Diferente dessa proposta, em 1958, o Pacto de Punto Fijo pretendia estabelecer a união da sociedade com todos os seus setores, envolvendo partidos, sindicatos, empresários, a Igreja, com o conjunto da Forças Armadas (CABALLERO, 2000, p. 21).

O movimento de 16 de outubro de 1945, teve por um lado, como base as reivindicações do povo, e por outro, a modernização, baseada na industrialização, dirigida por um Estado forte dentro de um marco estritamente capitalista. Essa aparente contradição, para Gómez Calcaño e Nelly Arenas, foi uma das características dos populismos dos anos 40, intensamente denunciado pelos partidos comunistas, que consideravam uma traição às origens marxistas de muitos desses atores e partidos populistas. Sem dúvida, essa combinação de reivindicações

simbólicas dos mais pobres com um reconhecimento pragmático dos limites econômicos, sociais e políticos das “revoluções” latino-americanas obteve mais êxito em quase todos os países do que a opção marxista, aparentemente mais coerente do que a populista (GÓMEZ CALCAÑO; ARENAS, 2002, p. 39).

A opção marxista esteve presente na escolha dos venezuelanos ao optarem pela democracia, dirigida pela esquerda democrática, representada pela AD, sob a direção de Rómulo Betancourt. No caso específico venezuelano, a esquerda radical, representada pelo PCV apresentou uma postura ambígua frente a proposta de democratização do país, colocando-se contra o grupo político que a conduzia, ou seja, a AD. Apresentar-se como oposição deveria ter um certo limite para esse partido, que ultrapassou a proposta de ser a oposição no país e passou a ser oposição a algo que nem ele compreendia. Dessa forma, o PCV não se situava nas discussões da esquerda no país, o partido apenas restringia-se a repetir postulados oriundos da Internacional Comunista e teorias que não se adaptavam à realidade venezuelana. Esse tipo de marxismo dominou essa fração da esquerda radical no país e pelas suas características não poderia ser dominante no país, pela sua incoerência política ao apoiar o partido do governo ditatorial do general Medina Angarita na década de 1940, e por não privilegiar a população nas suas ações políticas.

Para Luis Calcaño e Nelly Arenas (2002), o projeto do *Triénio* era principalmente nacional e não classista, e, em consequência, o partido articulava o processo, enquanto mediador das diferenças entre os grupos que formavam o povo. Partido e Estado formavam a base fundamental do novo processo de desenvolvimento, que fundamentava a sua viabilidade na articulação de interesses de diferentes estratos ao redor do minoritário grupo das oligarquias. Entre o indivíduo, ator central do modelo liberal e a classe, base da proposta marxista, surge o moderno partido como um ator autônomo e articulador em um projeto hegemônico e plural. Essa multiplicidade de identidades permitiria a estabilidade da democracia. E, nos anos posteriores a 1958, surgiu um grande número de sindicalistas empresários, dirigentes de partidos, camponeses convertidos em fazendeiros, entre outros casos. Dessa forma, o novo regime criou e fortaleceu um conjunto de atores modernos, dispostos a moderar a maximização de seus interesses imediatos em nome do desenvolvimento nacional.

Desde o *Triénio*, os protagonistas enfatizaram a descontinuidade com o regime anterior, evidenciando o caráter refundador da nação na sua ação histórica. Essa combinação de fatores sintetizou a base onde o povo surgiria como um novo ator, distante das oligarquias e no centro da construção da nação.

Diante desse processo histórico venezuelano, diversos autores analisaram o período aberto pelo *Pacto de Punto Fijo*, como Juan Carlos Rey (2004) que o classificou como um sistema populista de conciliação. Para esse autor, a visibilidade da democracia venezuelana dependeu, na sua grande parte, da capacidade dos mecanismos democráticos, das eleições e do sistema de partidos para satisfazer as necessidades do povo. Nesse processo, foram criados mecanismos democráticos e anti-democráticos que serviram para assegurar o respaldo às minorias, que poderiam se sentir prejudicadas em seus interesses fundamentais com as decisões tomadas pela maioria. É a esse dispositivo que Juan Carlos Rey chama de sistema populista de conciliação.

Esse sistema dispunha de regras e mecanismos jurídicos e institucionais, além de procedimentos informais nem sempre explícitos, que o formulavam. Para o autor, tratava-se de uma cultura política peculiar e um conjunto de regras informais do jogo político, com o objetivo de manter a ordem social e política. Era uma grande aliança, por um lado explícita, e, por outro, tácita, envolvendo partidos políticos e diversos grupos sociais poderosos, baseada no reconhecimento da legitimidade dos interesses. Era um sistema de negociações, transações, compromissos e conciliações entre esses setores de forma que todos estivessem satisfeitos, mesmo que parcialmente. Ele se desenvolveu amplamente a partir do *Pacto de Punto Fijo*, tendo uma ampla base política, caracterizada por um conjunto de pactos que abarcaram os principais setores da sociedade (REY, 2004).

O cenário democrático caracterizado pela consulta popular caracterizou-se como uma vitória para os interesses privados envolvidos nos acordos políticos, pois institucionalizou-se a sua participação de forma privilegiada, contínua e permanente em uma esfera importante, graças aos acordos com o Estado. Este passa a ser submetido à influência direta dos partidos. Para Juan Carlos Rey (2004), tratava-se de um sistema único, distinto e paralelo a um sistema de participação e representação própria de uma democracia, e muitas vezes, caracterizando-se como contrário a ela. Essa parte anti-democrática do sistema populista de conciliação, significava uma limitação do funcionamento dos mecanismos democráticos, implicando em uma distorção das decisões, favorecendo um grupo minoritário e poderoso, formando um sistema semi-corporativo. Para Rey (2004), esse sistema político venezuelano, caracterizou-se dessa forma graças aos partidos políticos, pois eles influenciaram diretamente a vida política nacional.

Na análise de Luis Gómez Calcaño e Nelly Arenas (2002), o sistema populista de conciliação pretendia se fundar sobre as bases modernizadoras e democráticas da Constituição de 1947. Para os autores, a AD conservou a sua prática populista e o seu programa nacionalista,

antiimperialista e voltado para a industrialização. E esse programa foi convertido em uma base consensual que orientou a estratégia de desenvolvimento do país, compartilhada por um conjunto de atores sociais e políticos. Para os autores, o populismo que caracterizou a política a partir de 1945 e suas práticas seguiu como um marco ideológico durante o período após 1958.

Gómez Calcaño e Arenas (2002) afirmaram que a base que constituiu o populismo de conciliação teve o objetivo de minimizar os conflitos políticos. Esse sistema político de conciliação se fortaleceu com a concentração das possibilidades de votação em duas opções de partidos de centro e com o caráter presidencialista do sistema, que daria ampla liberdade às autoridades do Estado e dos partidos para concentrar a sua ação ou levar as suas diferenças ao público, para que ele decidisse o que julgasse melhor.

Para Rafael Villa Duarte (2000), o fator que assegurou a estabilidade dos acordos políticos estabelecidos após 1958, foi a relação entre o Estado e o petróleo. Para o autor, a riqueza gerada pelo petróleo seria fundamental para compreender a vida política e econômica venezuelana nesse período e o sucesso do *Pacto de Punto Fijo*. A existência do petróleo coincidiu com a forma de intervenção do Estado na economia, independente da forma assumida pelo regime político, condicionando a relação do Estado com as demais forças políticas como os partidos, sindicatos, Forças Armadas e o setor privado.

Para as Forças Armadas, o pacto significou garantias de superação institucional, de autonomia quase absoluta no tratamento dos assuntos militares, e a possibilidade de contarem com uma atenção especial em termos salariais. A inclusão das Forças Armadas no Pacto, além de reconhecer o peso desse grupo, evidenciou um efeito profilático, prevenindo o sistema político contra alguma idéia de golpe e subordinando as Forças Armadas ao poder civil (VILLA DUARTE, 2000, p. 138).

Para Maza Zavala (1948), o *Pacto de Punto Fijo*, foi formulado como um sistema de poder supostamente balanceado entre um Estado burguês, burocrático, desenvolvimentista e populista, com a participação implícita das *Fedecámaras*, da Confederação de Trabalhadores da Venezuela, grupo que coordenava os sindicatos de operários e camponeses, os partidos, implementados por uma burocracia técnica e administrativa e pelas forças armadas.

Contrário aos posicionamentos apontados acima, para Joaquín Marta Sosa (2002), em 1958, o programa político buscava resgatar a democracia perdida dez anos antes e criar mecanismos poderosos e eficientes para evitar o ressurgimento da força militar, acompanhada de ditaduras. A estratégia e o objetivo principal da política adotada após 1958 foi a de implementar a democracia contra qualquer ameaça de ditaduras.

Em 1961, as possibilidades de ampliar a democracia, fortalecendo as possibilidades de modernização institucional e social tornaram-se possíveis. Nesse período a palavra de ordem foi o consenso, que permitiria a aceitação da democracia liberal e suas conseqüências essenciais, com uma governabilidade compartilhada e pactuada entre as diferentes forças políticas, apesar das diferenças que poderiam as separar (MARTA SOSA, 2002, p. 21).

Para esse autor, os partidos políticos foram os grandes protagonistas, com a tarefa de articular, coordenar e atender as demandas sociais, quando o eleitor reivindicava e legitimava as suas ações. A aceitação e o uso dos direitos políticos liberais e democráticos davam um suporte simbólico e prático do poder. Desse modo, a democracia se implantou frente ao militarismo fascista ou populista e frente às possíveis revoltas da esquerda comunista. O governo de Betancourt apostou em uma democracia liberal de partidos, com um Estado social de direito, com um sistema de equilíbrio de poderes e um desenvolvimento reformador no que se refere aos processos de distribuição e descentralização do poder (MARTA SOSA, 2002, p. 26).

Esse regime deveria respeitar as leis, principalmente os limites da reeleição presidencial. E, por consequência, deveria apresentar uma honestidade administrativa, garantida pelo controle popular, através de órgãos jurídicos apropriados e de uma imprensa livre e responsável. Uma sociedade desse tipo deveria erguer-se sobre cinco pilares institucionais e sociais: o exército, os partidos políticos, os empresários, os sindicatos e a Igreja. Betancourt não pensava em uma república sem conflitos, mas, sobretudo em um período de consolidação institucional, seria preferível o consenso, respaldado, como estava, pela riqueza oriunda do petróleo (CABALLERO, 2000, p. 47).

Para Manuel Caballero (2000), Rómulo Betancourt se distinguia dos demais políticos porque para ele o poder não era o auge de uma carreira, significaria o início de outra. E isso não era produto exclusivo da sua vontade, seria também produto do desempenho de seus inimigos. Ao assumir a presidência, ele sabia que se intensificaria o período de intranqüilidade no país, que ocorreu em 1945.

O período aberto em 1958 marcaria profundamente a vida política no país. O *Pacto de Punto Fijo* e o governo de Rómulo Betancourt representaram a conclusão de um processo que se iniciou em 1928, com um grupo de estudantes da UCV. Esse processo contou com avanços importantes e retrocessos nas ações políticas, como o golpe de outubro de 1945 e o posterior golpe de 1948, que levou novamente o país ao regime ditatorial.

Os avanços políticos ocorridos desde os primeiros levantes em nome da democracia foram incontáveis se considerarmos a amplitude e a dimensão das mudanças na sociedade. Além das mudanças concretas, baseadas nas reformas na Constituição e em vários setores

sociais, as mudanças na vida política nacional não podem ser consideradas apenas como reformas. Elas tiveram um alcance político muito maior, pois a ação da esquerda democrática, representada pela AD, assumiu um caráter revolucionário, à medida que conseguiram mudar profundamente a estrutura política, instaurando novas regras de convivência política.

Essa nova forma de conceber a política incorporou distintos setores da sociedade ao jogo político, e criou lideranças e tradições especificamente políticas, em diferentes níveis de coesão e continuidade, unindo a modernidade à tradição. A nova política instaurada a partir de 1945 formulou elementos que iriam compor uma nova cultura política, composta por elementos democráticos, enfatizando a importância do voto, como elemento de escolha e tomada de decisões, e o resultado das eleições, representando a vontade popular, assegurando a soberania nacional. Outro elemento de destaque na nova cultura política foi o repúdio a ditadura e ao autoritarismo, além da importância dada a Constituição, vista como a base do regime democrático e representativo.

E, por fim, a atuação do novo ator político, estimulado a ser sempre atuante e crítico, participando de todos os processos políticos no país e sempre envolvido com a política nacional, e disposto a reivindicar nas ruas as suas necessidades ou expressando o seu descontentamento em relação a alguma prática que considere prejudicial à população. A “Geração de 28”, Rómulo Betancourt e a AD deixaram um importante legado ao país, composto pelo apego à democracia e às instituições democráticas e a sua valorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória de Rómulo Betancourt, o desejo de instaurar a democracia na Venezuela mobilizou grande parte das suas ações durante o período de 1928 a 1964. Para ele, a democracia seria o veículo central da modernização. E, para isso, ele mobilizou os elementos necessários para a democratização do país, com os partidos políticos, o Estado interventor, a Constituição e principalmente um ator político que ingressa na vida política com um papel fundamental, o povo. Para ele, o último elemento deveria ser o centro da vida política no país, de acordo com a idéia desenvolvida desde 1931, com o *Plan de Barranquilla* e com o PDN. Após definir esses elementos, o seu grande desafio seria concretizar todas essas propostas. Para atingir esse objetivo, foram necessários quase trinta anos até a sua consolidação, em 1958, no *Pacto de Punto Fijo* e com a Constituição de 1961, elaborada durante o seu governo.

O governo de Rómulo Betancourt, de 1959 a 1964, foi marcado por reformas de caráter democrático. As reformas de sua gestão mudaram profundamente o cenário político e social. Ele se caracterizou como um reformista democrático, e líder de um partido de esquerda, traços que o tornariam um personagem político único na América Latina do século XX.

A esquerda venezuelana se caracterizou por muitas dissidências entre os partidos e pela falta de unidade, um problema que Betancourt procurou suplantear através da forma de organização do seu partido, inspirando-se no leninismo. A sua aproximação com o leninismo foi mais um elemento polêmico na sua trajetória política, pois essa preferência remetia a uma discussão sobre o marxismo presente ou não no seu pensamento político. Diferente de muitas análises sobre a sua trajetória, o seu marxismo apenas diferenciava-se dos demais que compunham a esquerda venezuelana, também representada pelo PCV. Em certas análises, Betancourt e a AD não eram considerados como esquerda ou marxistas porque não concordavam com os pressupostos do PCV, pois, nessas leituras, a esquerda e o marxismo era sinônimos de comunismo, ou seja, apenas esse grupo poderia ser intitulado dessa forma.

Essas interpretações diferenciadas do marxismo e, conseqüentemente da realidade do país, colocaram Rómulo Betancourt e o PCV em lados opostos no cenário político. Os comunistas venezuelanos sempre estiveram à margem dos processos políticos decisivos, não conseguindo incorporar nenhum elemento da sua cultura política no interior da sociedade e, por outro lado, adotaram posturas políticas incompatíveis com o seu momento histórico. A aliança que o PCV estabeleceu com o PDV, partido do governo de Medina Angarita, mostrou-se estranha àquele momento, onde os grupos políticos lutavam pela democracia e pelo fim da ditadura, e repetindo o mesmo comportamento, durante o período de 1948, quando o PCV se

mantteve do lado dos militares. A postura do partido mudou quando o governo considerou o partido ilegal pois, a partir desse momento, apenas para assegurar a sua existência, o partido se voltou contra a ditadura, não apresentando nenhum outro motivo ou projeto para o país.

Por esses motivos, o comunismo do PCV sempre esteve simetricamente oposto à AD e aos objetivos de Rómulo Betancourt para a Venezuela. Betancourt sempre idealizou a democracia para o país, mas sempre esbarrou no comunismo do PCV, gerando intermináveis discussões e conflitos. O PCV sempre esteve contra o projeto idealizado por Betancourt, por considerá-lo demasiado reformista e conservador para os seus objetivos “revolucionários”. No entanto, o intitulado “reformismo” de Betancourt não o permitiu estabelecer alianças com os setores mais tradicionais e positivistas, ou seja, apoiando regimes ditatoriais, como fizeram os comunistas. Assim, durante a trajetória histórica do PCV, no período aqui analisado, podemos afirmar que ele se comportou de maneira contraditória, não favorecendo o avanço democrático do país.

Rómulo Betancourt conseguiu romper com tendências históricas que se perpetuavam por décadas desde o governo de Juan Vicente Gómez. Apesar da forma reformista, ao propiciar mudanças sociais e econômicas, politicamente, Betancourt estabeleceu os princípios de uma revolução contínua, que conseguiu mudar profundamente certos aspectos da sociedade, principalmente os ligados à vida política do país. A partir dessa proposta, causou mudanças a longo prazo, e que se configuraram de acordo com atores políticos inseridos nos contextos históricos de um determinado momento, no entanto, esteve distante dos modelos europeus de revolução, que modificam profundamente todas as estruturas de uma determinada sociedade.

Os principais alicerces do projeto político de Betancourt foram construídos e consolidaram-se durante esse período. A formação, a fundação e a consolidação da AD propiciaram um ambiente favorável à democratização do país. A AD se constituiu como um dos principais partidos do país, desempenhando um importante papel na sociedade. Esse partido a partir de 1941 a 1945 lançou as bases de uma nova cultura política, que se ampliou após 1958, com o *Pacto de Punto Fijo*. O partido conseguiu congregiar um ambiente favorável a democracia, favorecendo o diálogo entre o Estado e a sociedade. Esses elementos passaram a compor a forma com que a sociedade concebia e relacionava-se com a política. Essa nova cultura política posta em andamento pela AD e por Rómulo Betancourt, assegurou a ela uma posição hegemônica, mantida durante várias décadas.

REFERÊNCIAS

ACEDO DE SUCRE, M. L.; NONES MENDOZA, C. M. **La Generación Venezolana de 1928**: estudio de una élite política. Caracas: Ediciones Ariel, 1987.

AGGIO, A. **Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo: Annablume/ Ed. Unesp, 1999.

AGUSTÍN CATALÁ, J. (Org.). **Documentos para la historia de Acción Democrática 1936-1941**. Caracas: Ediciones Centauro, 1981. v. 1.

_____. (Org.). **Libro Rojo**: “la verdad de las actividades comunistas en Venezuela”, 1936. Caracas: Edición Facsimilar, 2005.

ALARICO GÓMEZ, C. **El origen del estado democrático en Venezuela**: (1941-1948). Caracas: Biblioteca de Autores y Temas Tachirenses, 2004.

ALEXANDER, R. J. **A revolução democrática Venezuelana**. Rio de Janeiro: Record, 1964.

ARENAS, N., GOMEZ CALCAÑO, L. G. El Imaginario redentor: de la Revolución de Octubre a la Quinta República Bolivariana. **Cuadernos del CENDES**, Caracas, n. 6, p. 1-51, 2000.

_____. Modernización autoritaria o actualización del populismo. La transición política en Venezuela. In: RAMOS, M. (Org.). **Venezuela**: rupturas y continuidades del sistema político: (1999-2001). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002.

ARICÓ, J. **La cola del diablo**. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1998.

ARUJ, R. La crisis económica de 1930 en Venezuela. Una respuesta alternativa. In: ANSALDI, W. (Org.) **Tierra en llamas**: América Latina en los años 1930. La Plata: Ediciones Al Margen, 2003.

BANKO, C. Políticas sociales en Venezuela. Una perspectiva histórica In: BANKO, C., CACCIAMALI, M.C.; KON, Anita (Org.). **Los desafíos de la política social en América Latina**. São Paulo: PROLAN/USP : UCV, 2002.

_____. **Regimen Medinista e intervencionismo economico**. Caracas: UCV, 2001.

BETANCOURT, R. **Tres años de gobierno democrático**. Caracas: Imprensa Nacional, 1962. v.3

_____. **Antología política**. Selección, estudio preliminar y notas, Aníbal Romero, Elizabeth Tinoco, María Teresa Romero. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1990. v. 1.

_____. **Antología política**. Selección, estudio preliminar y notas, Patricia Soteldo Rojas. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1999. v. 3.

_____. **Antología política**. Selección, estudio preliminar y notas, Margarita López Maya. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 2003. v. 5.

BETANCOURT, R. **Antología política**. Selección, estudio preliminar y notas, Mirela Quero de Trinca. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 2004. v. 6.

_____. **Venezuela: política y petróleo**. México: FCE, 1956

_____. **Hacia América Latina democrática e integrada**. Madrid: Taurus, 1969.

_____. **Leninismo, revolución y reforma**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

BRITO FIGUEROA, F. **Historia económica y social de Venezuela**. Caracas: UCV, 1947. v. 2.

CABALLERO, M. **Rómulo Betancourt y los partidos modernos**. Disponível em <http://www.analitica.com/bitblbio/mcaballero/betancourt_y_partidos.asp>. Acesso em: 23 out. 2005.

_____. **La Internacional Comunista y América Latina: la Sección Venezolana**. México: Siglo Veintiuno, 1978. (Cuadernos de pasado y presente, n. 80).

_____. **Rómulo Betancourt**. Caracas: Ediciones Centauro, 1997.

_____. **La gestación de Hugo Chávez**. Madrid: Catarata, 2000.

_____. **Rómulo Betancourt, político de nación**. Caracas: Fondo de Cultura Económica, 2004.

_____. Del Comunismo a la socialdemocracia a través del leninismo. In: SUÁREZ FIGUEROA et al. **Rómulo Betancourt: história y contemporaneidad**. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1989.

CARRASQUERO, A. J. V. Governabilidade democrática y reformas políticas en Venezuela. In: HOFMEISTER, W (org.). **Reformas políticas en América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação UNESP/ Fundação Konrard-Adenauer, 2004.

CARRERA DAMAS G. **Una Nación Llamada Venezuela: processo socio-historico de Venezuela (1810-1974)**. Caracas: Direccion de Cultura/ UCV, 1980.

CARRERA DAMAS. **Emergência de un líder: Rómulo Betancourt y el Plan de Barranquilla**. Caracas: Fundación Rómulo Betancourt, 1994.

CASTILLO D'IMPERIO, O . **Los años del Bulldozer: ideologia y política (1948-1958)**. Caracas: Tropykos, 1990.

CASTILLO, C. **Acción democrática: Bosquejo historico de un partido, 1941-1974**. Caracas: Centauro, 1983.

CASTILLO, P; CRESPO, I. (Ed.) **Cultura política**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 1997.

DÁVILA, L. R. **Imaginario político venzolano: ensayo sobre el Triénio Octubrista 1945-1948**. Caracas: Alfadil , 1992. (Trópicos).

ELLNER, S. Venezuela. In: BETHEL, L.; ROXBOROUGH, I (Org.) **América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ESPINOSA, N. A . **Dispositivos simbólicos e identidades políticas en Venezuela**. Disponível em <http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Nelson_Acosta.htm>. Acesso em: 29 out. 2004.

GÓMEZ, A . **Rómulo Betancourt y el partido comunista de Costa Rica: 1932-1935**. Caracas: Fondo Editorial de la Facultad de Humanidades y Educación, 1985.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HOBSBAWM, E. J. (Org.) **História do marxismo: o marxismo na época da III Internacional: De Gramsci a crise do Stalinismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 10.

LAHUERTA, M. Gramsci e os intelectuais: entre clérigos, populistas e revolucionários (modernização e anticapitalismo). In: AGGIO, A. (Org.) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

LÓPEZ MAYA, M.; GÓMEZ CALCAÑO, L.; MAINGÓN, T. **De Punto Fijo al pacto social: desarrollo y hegemonia en Venezuela**. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1989.

MARINGONI, G. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARTA SOSA, J. Dos constituciones cara a cara: mucha revolución y pocos cambios. In: RAMOS, M. (Org.) **Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político: (1999-2001)**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002

MARTÍNEZ, A .R. **Autoritarismo y democracia**. Venezuela: 1936-1941. Caracas: Academia Nacional de la Historia; Fondo Editorial de Humanidades y Educación; Universidad Central de Venezuela, 2004.

MAZA ZAVALA, D.F. História de medio siglo en Venezuela: 1926-1975. In: CASANOVA, G. (Org.) **América Latina: história de medio siglo**. México: Siglo XXI, 1984.

MOLEIRO, M. **Las mascararas de la democracia**. Caracas: Ediciones Centauro, 1988.

NJAIM, H. La concepción de partido político en Rómulo Betancourt. In: SUÁREZ FIGUEROA et al. **Rómulo Betancourt: história y contemporaneidad**. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1989.

NUÑO, J. **Pensamiento en Venezuela de Gómez a neustros días**. Disponível em <<http://www.analitica.com/bitbiblioteca/juannuno/pensamiento>>. Acesso em: 23 out. 2005.

OROPEZA, L. J. La idea de la Democracia en Rómulo Betancourt. In: SUÁREZ FIGUEROA et al. **Rómulo Betancourt: história y contemporaneidad**. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1989.

PIÑEDA, N. **Petróleo y Populismo en la Venezuela del siglo XX**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1992.

RAMOS, M. (Org.). **Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político: (1999-2001)**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2002

REY, J. C. **Esplendores y miseria de los partidos políticos en la historia del pensamiento venezolano**. Disponível na página: <<http://www.fpolar.org.ve/jcr/jcr8.html>>. Acesso em: 29 out. 2004.

ROMERO, A. **La miseria del populismo: mitos y realidades de la democracia en Venezuela**. Caracas: Editorial Panapo, 1996.

ROMERO, M. T. **Rómulo Betancourt: (1908-1981)**. Caracas: Editorial Arte : Biblioteca Biográfica Venezolana, 2006.

_____. **Venezuela en defensa de la democracia: 1958-1998. el caso de la Doctrina Betancourt**. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2005.

ROMERO, M. T.; TINOCO, E.; ROMERO, A. Estudio preliminar: 1928-1935. In: BETANCOURT, R. **Antología política**. Selección, estudio preliminar y notas, Aníbal Romero, Elizabeth Tinoco, María Teresa Romero. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1990. v. 1.

ROUQUIÉ, A. **O extremo-ocidente: introdução à América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1991.

SÁEZ MÉRIDA, S. **La dictadura Perezjimenista: Cara y Cruz: ensayo a Quemarropa**. Caracas: Fondo Editorial Almargen, 2005.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. São Paulo: FGV, 1996.

SOARES, G. P. **Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950 – 1975**. São Paulo: Fapesp/ Annablume, 2000.

SOSA ABASCAL, A. **El Programa Nacionalista: izquierda y modernización (1937-1939)**. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1994.

_____. **Rómulo Betancourt y el Partido del Pueblo: (1937-1941)**. Caracas: Fundación Rómulo Betancourt / Universidad Católica Andrés Bello, 2001.

_____. La política Social de Rómulo Betancourt. In: SUÁREZ FIGUEROA et al. **Rómulo Betancourt: história y contemporaneidad**. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1989.

SOTELDO ROJAS, P. Estudio Preliminar. In: BETANCOURT, R. **Antología política**. Selección, estudio preliminar y notas, Patricia Soteldo Rojas. Caracas: Editorial Fundación Rómulo Betancourt, 1999. v. 3.

STAMBOULLI, A, S. **Acción Democrática hacia el siglo XXI**: una reafirmación social democrata. Disponível em: <<http://www.analitica.com/archivo/vam1996>>. Acesso em: 29 out 2004

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Ed. Unicamp, 1989.

VACCA, G. **Pensar o mundo novo**. São Paulo: Ática, 1996.

VILLA DUARTE, R. Venezuela: O projeto de refundação da República. **Lua Nova**, São Paulo, n. 49, p. 135-167, 2000.